

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**O Conflito Armado Colombiano: Impactos  
Regionais na área da segurança estatal e humana**

**Mónica Montana Martínez**

**Santa Maria, RS, Brasil**

**2015**

# **O Conflito Armado Colombiano e seus Impactos Regionais na área da segurança estatal e humana**

**Mónica Montana Martínez**

Trabalho Final de Curso como requisito parcial para obtenção do grau de  
**Bacharel em Relações Internacionais**

**Orientadora: Prof. Dr. Igor Castellano**

**Santa Maria, RS, Brasil**

**2015**

**Universidade Federal de Santa Maria  
Centro de Ciências Sociais e Humanas  
Graduação em Relações Internacionais**

A Comissão Examinadora, abaixo assinalada  
Aprova o Trabalho Final de Graduação

**O Conflito Armado Colombiano e seus Impactos  
Regionais na área da segurança estatal e humana**

elaborado por

**Mónica Montana Martínez**

como requisito parcial para obtenção do grau de  
**Bacharel em Relações Internacionais**

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

**Igor Castellano, Doutor, UFSM**  
(Presidente/Orientador)

Arthur Cohelho, Doutor, UFSM

Jose Carlos Martinez Beliero Júnior, Doutor, UFSM

Santa Maria, 09 de dezembro de 2015

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, que guia o meu caminho

A esta universidade, seu corpo docente e administrativo

Aos membros da banca, pelos aportes ao meu trabalho

Ao meu orientador, professor Igor Castellano, pela orientação oferecida e por sua bondade acadêmica.

À professora Teresa Cabañas Mayoral, por seu auxílio com a revisão do português e pela amizade incondicional

Ao professor Fábio Albergaria Queiroz, por seus oportunos comentários acadêmicos.

## **RESUMO**

### **O CONFLITO ARMADO COLOMBIANO E SEUS IMPACTOS REGIONAIS NA ÁREA DA SEGURANÇA ESTATAL E HUMANA**

Esta pesquisa aborda temas relativos à segurança humana e à segurança estatal relacionados à produção de cultivos ilícitos, o narcotráfico e o conflito armado na Colômbia. Aborda os impactos do Plano Colômbia e analisa os desdobramentos que esses impactos causaram na região. São descritos os problemas criados na fronteira entre Equador e Colômbia e as tensões diplomáticas que causaram a crise entre Colômbia, Equador e Venezuela.

**Palavras-chave:** Conflito Armado, Plano Colômbia, narcotráfico, aspersões aéreas

## **ABSTRACT**

### **THE COLOMBIAN ARMED CONFLICT AND IT'S REGIONAL IMPACTS IN THE AREA OF STATE AND HUMAN SECURITY**

This research approaches themes relative to human security and to state security related to the production of illicit planting, drug trafficking and armed conflict in Colombia. It approaches the impacts of the Colombia Plan and analyzes the unfoldings that these impacts have caused in the region. It describes the problems created in the border between Ecuador and Colombia and the diplomatic tensions that caused the crisis between Colombia, Ecuador and Venezuela.

**Keywords:** Armed Conflict, Colombia Plan, drug trafficking, aerial aspersions.

## SUMÁRIO

	<b>Pág.</b>
INTRODUÇÃO	1
CAPITULO I - As transformações do conceito de segurança e o caso Colômbia	9
1.1 Segurança: preocupação iminente dos Estados e campo acadêmico em evolução	9
1.2 Mudanças no Sistema Internacional e a introdução do Conceito de Segurança humana	13
1.3 Teoria dos Complexos Regionais de Segurança	21
CAPÍTULO II - Histórico de violência e constituição do estado colombiano	28
2.1 Quando a geografia não é apenas geografia	28
2.1.1 Geografia e violência	29
2.2 Colômbia: uma leitura histórica multicausal do conflito interno e da violência	31
2.3 O Bogotazo e as revoltas do 9 de abril: marco do surgimento da guerrilha	37
2.3.1 Da Guerrilha à simbiose com o narcotráfico	40
CAPÍTULO III – Cultivos ilícitos, narcotráfico, guerrilha: externalidades na área de fronteira Amazônica colombo-equatoriana	46
3.1 A tradição cultural e as plantações de Coca	46
3.2 Vulnerabilidade das Fronteiras Amazônicas	47
3.3 O flagelo da pobreza, os cultivos ilícitos, o narcotráfico e as narco-guerrilhas	48
3.4 Colômbia entre a espada e a parede: o Plano Colômbia como esperança	51
CAPÍTULO IV- Transbordamento dos problemas domésticos colombianos	59
4.1 Visão nacional e internacional do conflito colombiano	59
4.2 Incrementando as Tensões Diplomáticas entre Equador, Venezuela e Colômbia	64
4.3 Tensões Diplomáticas pelas aspersões aéreas e o uso do Glifosato	65
4.4 Irradiação do conflito colombiano e tensões diplomáticas regionais: o controvertido caso da morte de Reyes em território equatoriano	72
CONCLUSÕES	80
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	83

## 1 - INTRODUÇÃO

Os problemas transnacionais enfrentados no eixo norte da América do Sul, especialmente, aqueles vinculados à insurgência armada, tráfico de entorpecentes, cultivos ilícitos e terrorismo, têm sido foco de atenção e discussão acadêmica e política tanto no continente, como fora dele. Além disso, nas últimas décadas do século XX e na primeira do século XXI no cenário internacional se apresentaram mudanças significativas referentes à percepção de diversas ameaças, o que ocasionou uma ampliação do conceito tradicional de segurança. Nesse sentido, a capacidade da segurança capturar o centro conceitual de Estudos sobre Segurança Internacional (ESI), que lida com defesa, guerra e conflito, segundo Buzan e Hansen (2012:24), “ficou condensada de maneira célebre na definição dada por Wolfers, em 1952, como um símbolo ambíguo”. Esses autores destacam, pois, que na definição de segurança dada por Wolfers se enfatiza a capacidade das políticas de segurança de subordinarem todos os demais interesses aos da nação. Tempo depois, a segurança teve uma compreensão ampliada e não exclusivamente político-militar em meados dos anos de 1980, mas essa dimensão ampliada, só seria percebida até um tempo posterior da Guerra Fria (Buzan e Hansen, 2012:36). De fato, foi se percebendo ao longo do tempo que a segurança abrange de um lado, aspectos econômicos, políticos, militares, sociais<sup>1</sup>, de desenvolvimento, ambientais, humanos e de direitos, entre outros. Por outro lado, seu significado depende do valor dado ao que se percebe como ameaça (Villa, 2001; Paris, 2007; Queiroz, 2011).

Nesse último aspecto, é necessário mencionar que o terrorismo concebido como desafio ao Estado é um conceito que depende da elaboração social e política da percepção de ameaça. Em tal âmbito, o tema terrorismo - presente no plano político e acadêmico -, veio a ser discutido com maior notoriedade em metade dos anos 1990, e que se mantém presente até nossos dias, como um dos assuntos mais relevantes da agenda política internacional. Isso é particularmente visível após os acontecimentos de 11 de setembro de 2001, quando os ataques terroristas afetaram a segurança de Estados Unidos. Esse evento propiciou novas alterações acerca desse tipo de ameaça vir a afetar a segurança dos Estados. Ocasionalmente, mudanças significativas no entendimento da segurança no plano doméstico, regional e hemisférico e, ainda, oportunizou mudanças nas políticas públicas, econômicas e de defesa dos Estados nacionais. Em todo esse processo, novos fenômenos transnacionais vieram a ser observados. Verificou-se que os conflitos internos relacionados com a pobreza, a violência, os desastres ambientais, os conflitos religiosos ou políticos, a insurgência armada, o crime

---

<sup>1</sup> Setor cujo foco de análise é a identidade como objeto referente (Queiroz, 2012).



organizado, a migração, entre outros problemas domésticos - que padecem alguns Estados-, teriam a capacidade de afetar as pessoas, os Estados, as regiões e sua segurança, para além das fronteiras.

Em tal dimensão, sabe-se que, no contexto latino-americano, a República de Colômbia enfrenta vários problemas políticos, econômicos, sociais e de segurança interna. O crime organizado, vinculado com o narcotráfico, os cultivos ilícitos e os conflitos violentos entre o Estado e atores irregulares e a subversão, tem propiciado diversos questionamentos sobre o conflito interno e seus impactos na região, por isso a escolha do país andino-amazônico como universo de análise.

Em tempo recente, primeira década do século XX, três países irmãos - “*granadinos*”<sup>2</sup> - vivenciaram momentos de tensão e conflito. Colômbia, Equador e Venezuela tiveram desentendimentos explícitos ao logo dos anos 2000. Ora por conta do manifesto apoio da Venezuela e do Equador aos grupos subversivos atuantes na Colômbia, ora pelos mecanismos e consequências do combate aos plantios ilícitos, ao narcotráfico e ao terrorismo. O estreito vínculo estabelecido entre a Colômbia e os Estados Unidos, no cerne de programas como o Plano Colômbia<sup>3</sup>, afetaram os laços cordiais entre os países sul-americanos. Os problemas internos colombianos pareciam ter se trasbordado para além das suas fronteiras territoriais, afetando a relativa sensação de paz na região. É assim, que o caso colombiano suscita polêmicas em torno dos efeitos da segurança regional e hemisférica dada a ingerência de outros Estados extra regionais e devido à percepção de que os problemas domésticos podem desbordar à região. Adicionalmente, o vínculo das forças subversivas com o terrorismo e como narcotráfico faz que se acentuem as controvérsias sobre o conflito no país e sobre as respostas do Estado aos desafios que esses problemas geram domesticamente. As características da guerrilha atuante no país, por outro lado, acentuaram as polêmicas. Em esse último aspecto é válido destacar que ainda que existam diferenças, como aponta Poletto (2009:42), entre “guerrilha e terrorismo”<sup>4</sup>, resulta pertinente também salientar que no caso colombiano existe dificuldade de demarcar essas linhas divisórias (Rangel, 2003:6), embora seja reconhecido que o termo guerrilha urbana tenha uso como sinônimo de terrorismo. Com inúmeros ataques do crime organizado, vinculado aos cartéis do narcotráfico, nos anos 1980, contra a população civil e a entidades públicas colombianas, vivenciou-se uma das mais

---

<sup>2</sup> Países que integravam a Grã Colômbia.

<sup>3</sup> Trata-se de um programa de cooperação bilateral entre Estados Unidos e a República Colombiana, desenhado em finais da década de 1990, com a finalidade criar e implementar medidas de combate ao período de violência inédita pelo qual o país começou a passar na década de 80.

<sup>4</sup> Terrorismo e Guerrilha, grosso modo, afirma Poletto (2009:43) são diferenciados em função de seus objetivos e alvos táticos. Essencialmente deve verificar-se o status de combatentes ou não combatentes dos alvos para rotular um dado ataque como terrorista ou de outra natureza.

sérias etapas de luta contra o narcotráfico. Além disso, a articulação e comando dos cartéis das drogas para evitar os processos de extradição, assim como o vínculo da insurgência armada com o narcotráfico e sua notória expansão e domínio territorial - fazendo proliferar e crescer áreas com cultivos ilícitos em várias áreas do país - são características únicas desse período em que se dá um fenômeno de hibridação de atores: de um lado, as máfias da droga e do outro, os grupos subversivos. Fenômeno que cobra do Estado e a população civil ações concretas.

O combate ao narcotráfico e à subversão (que muda sua forma tática de operação para combater o Estado, assim como sua forma de financiar-se), a corrupção de entidades estatais e uma economia de difícil identificação (entre negócios lícitos e ilícitos) conduzem à implementação do Plano Colômbia. Estratégia que envolvia a injeção de amplas cifras de dinheiro, a capacitação das forças armadas colombianas, incorporação de grande investimento armamentista para o combate dos principais problemas do país: subversão e narcotráfico e, programas específicos de extermínio a cultivos ilícitos. Um fato importante que deve ser posto em relevo para entender a emergência e concretização do Plano Colômbia - que pode ir além do entendimento acadêmico-, é o clamor dos colombianos pela paz. Interessa neste momento introdutório apenas a menção dessa questão. Posteriormente, no capítulo 3, será abordado esse plano com maior rigor, assim como as críticas realizadas ao mesmo e a perspectiva dos impactos regionais de sua concepção e implementação.

O processo de violência desatado por atores não estatais vinculados ao narcotráfico, a expulsão de camponeses de suas terras, por parte da guerrilha, o incremento da pobreza e de deslocados nacionais que isso trouxe, assim como o recrutamento forçoso e repudiado pelo povo de crianças na guerrilha, o medo constante e a sensação de insegurança generalizada no país, devido aos frequentes e prolongados sequestros e extorsões, somaram-se ao medo da população civil às repetidas ações do Estado que, na sua luta contra a insurgência e o narcotráfico, acabava vitimando um grande número de civis.

São essas apenas algumas das razões que levaram à eleição de dois presidentes colombianos, que, em seus lemas políticos traziam projetos concretos ou para propiciar diálogo com a guerrilha e conseguir a paz, ou para combatê-la severamente. Um deles foi Andrés Pastrana que tomara posse em 1998, conhecido pelo interesse nos diálogos de paz e pelo fato de ter lançado o Plano Colômbia. O outro foi Álvaro Uribe Vélez, eleito por dois mandatos (2002-2010), com a promessa de combater totalmente a guerrilha, tendo um significativo apoio da população. Na gestão desse último se dá de forma enfática a posta em marcha do Plano Colômbia, com sucessos e retrocessos e, em esse âmbito, é que se produzem

as mais recentes tensões da Colômbia com Equador e Venezuela. Interessa neste ponto destacar a perspectiva de Carvajal e Pardo, quando assinalam que:

O Plano Colômbia surgiu da necessidade de organizar e colocar em forma clara as ideias em rascunho do Plano Marshall, anunciado por Pastrana na campanha, e da obrigação de a Casa Branca de apresentar uma estratégia global e tangível ao Congresso de seu país e a outras agências governamentais, dentro da qual se pudesse estabelecer o apoio ao processo de paz (Carvajal e Pardo, 2002:197). (Tradução nossa).

Por fim, deve ser mencionado também, que tendo em vista os ataques dos cartéis da droga, o envolvimento difuso da guerrilha no narcotráfico e a constante violação de direitos humanos e humanitários - tema importante, embora não abordado neste trabalho -, as pressões internacionais cobravam medidas concretas para negociar a paz. As cifras das vítimas da violência crescia, ora por conta do combate do Estado a esses problemas, ora pelas respostas dos atores não estatais à pressão do governo. No outro extremo, Estados Unidos pressionava a Colômbia por medidas mais contundentes para combater os problemas dos narcóticos, o narcotráfico e os cultivos ilícitos (Tickner, 2000). Além disso, havia pressões pela situação generalizada de violência no país e pelas negociações do Estado com a insurgência armada (Tobón, 2000; Echandía, s/d).

É pela complexidade dos aspectos até aqui considerados que o presente trabalho manifesta um interesse geral pelo tema da segurança. Toma-se o caso colombiano para descrever e explorar, tanto no plano nacional e internacional, uma realidade na qual prevalecem os assuntos de segurança Estatal acima da segurança humana. Por outro lado, as tensões diplomáticas entre o Equador e a Colômbia permitem ilustrar a apropriação desse último conceito - pelo Estado equatoriano - para impedir a continuação das estratégias de combate a cultivos ilícitos com glifosato, implementadas em áreas de fronteira no âmbito da execução do Plano Colômbia. De igual forma, a consideração desse aspecto resulta fundamental para a abordagem dos problemas que envolvem o caso colombiano e que o torna tão particular, e que exige para a sua compreensão uma perspectiva crítica além dos padrões convencionais estabelecidos para a análise de conflitos domésticos. É mister destacar que entre as motivações para desenvolver uma pesquisa sobre esse tema está, primeiramente, a problemática mudança do comportamento tradicional dos grupos humanos inseridos tanto na guerrilha<sup>5</sup> como no narcotráfico, e que, até certo momento, funcionaram conceitualmente bem demarcados. De maneira que as novas formas de associação exigem agora novos conceitos e definições.

---

<sup>5</sup> Ver a esse respeito: Gonzálo Sánchez e Donny Meertens: *Bandoleros, Gamonales y Campesinos. El Caso de La Violencia en Colombia*. El Áncora, Bogotá. 1983. Adicionalmente consultar: Informe do Centro Nacional de Memoria Histórica (capítulo 2): *Los orígenes, las dinámicas y el crecimiento del conflicto armado*, Bogotá. 2013.

Em segunda instância, chama à atenção a crise regional que envolve três países historicamente irmãos (Colômbia, Equador e Venezuela), com uma clara intervenção extra-regional (Estados Unidos). Fato que gerou uma clara sensação de ameaça forânea aos países da América do Sul.

Em terceira instância está o fato inédito de judicialização das aspersões aéreas com uso massivo de glifosato feitas pela Colômbia como combate aos cultivos ilícitos na área fronteiriça com o Equador, no marco do Plano Colômbia. Medida que causou o início de um processo jurídico com matizes ambientais e de defesa de direitos humanos, sob um argumento chave de defesa intrinsecamente relacionado com a segurança humana, em relação à população Equatoriana.

Finalmente, haver percebido o surgimento de situações *sui generis* que exigem do observador análises diferenciadas justificaria a elaboração deste trabalho. Junto a isso, está o fato de que, tal como assinala o diplomata brasileiro André Dunham de Castro, a Colômbia tem permanecido “desconhecida no Brasil e praticamente ausente do mundo acadêmiconacional” (Castro, 2009:13). Adicionalmente, está o fato de ter vivenciado pessoalmente claros e diferentes períodos de violência no país, nas épocas em que vivi na Colômbia.

Em face do dito, toma-se como problema de pesquisa a seguinte questão: como podem ser caracterizados os conflitos na Colômbia e seus atores, considerados no quadro temporal da primeira década do século XXI? Trata-se de um problema multicausal e assim sendo, tentar-se-á estabelecer as dinâmicas geradoras de conflitos e suas principais causas. Devido ao caráter do problema formulado e considerando que em relações internacionais, de conformidade com Bauman (2004), os Estados têm aspectos sociais e históricos bastante diversos, o que dificulta o desenvolvimento de generalizações, antes de ser desenvolvida a pesquisa, o presente estudo não se baseará em hipóteses, mas terá questões de pesquisa que buscará resolver. A esse respeito interessa destacar as palavras de Mejía (2011) que assinala: “quando se coloca o problema em forma de questão, essa por sua vez pode ser dividida em outras perguntas que o pesquisador pode investigar” (Tradução nossa).

Dessa forma nossos questionamentos giram em torno de: a) Como se encaixa o caso do conflito colombiano nas novas abordagens sobre segurança? b) Qual o histórico do conflito e da violência no país? c) A crise colombiana teve um transbordamento regional? De que tipo?

### **Objetivos da pesquisa**

Oferecer respostas a esses questionamentos requer que tal investigação assuma como objetivo principal descrever os antecedentes históricos e os nexos causais associados aos

conflitos que têm a Colômbia como cenário, e ator de um processo de desestabilização regional.

Para alcançar esse objetivo geral é preciso vencer objetivos específicos, apontados a seguir:

- Descrever a causa dos conflitos na Colômbia e analisá-los à luz do referencial teórico da segurança estatal e humana.
- Rastrear quais seriam os fatores que levam a uma necessária ampliação do conceito de segurança nacional
- Discutir no plano conceitual qual seria a categorização do conflito colombiano e no âmbito da segurança estatal e humana
- Verificar em que momento o conflito interno se desborda, causando uma crise regional.
- Descrever as causas que ocasionaram a deterioração das relações político-diplomáticas da Colômbia com o Equador e a Venezuela (estudo de caso).

## **Metodologia**

Para atingir tais objetivos a metodologia utilizada parte basicamente da leitura e posterior cotejo de trabalhos referidos aos temas abordados, o que pode definir esta pesquisa como bibliográfica, dada a consulta e revisão de variado material documental, relatórios, livros e artigos especializados, tanto específicos à área de Relações Internacionais, como de áreas afins tais como análises sociológicas e antropológicas do conflito em questão. Isso permitiu realizar uma análise comparativa dos vários pontos de vista e perspectivas levantados pelos especialistas, o que viabilizou a formalização de um ponto de vista pessoal sobre o tema estudado. Assim sendo, foi aplicado o método de análise de conteúdo.

Desse modo, abordar-se-ão aqui as características dos conflitos na Colômbia e seus atores, tentando guardar uma ordem cronológica para a maior compreensão dos fatos. São descritos e analisados os momentos de tensão vividos após a implementação do Plano Colômbia, durante a primeira década do novo século, quando se evidenciou que os conflitos armados, a produção de entorpecentes, o narcotráfico e a ação do narcoterrorismo conformam uma situação de alerta regional e hemisférica (Tobón, 2000; Nasi et al., 2005; Pizarro, 2006; Rangel, 2003, Williams, 2007; Echandía, 2011).

Como os assuntos referidos ao tema da segurança tradicionalmente têm preocupado os Estados, se faz necessário introduzir, embora sucintamente, alguns conceitos e abordagens teóricos sobre essa matéria, tratando também da sua evolução até se chegar ao conceito da segurança humana. Adicionalmente, tenta-se dialogar com a teoria dos complexos de

segurança, no sentido de compreender os efeitos dos problemas domésticos colombianos nos discursos securitários da região.

Assim sendo, no primeiro capítulo realizou-se uma síntese conceitual sobre a segurança, bem como sobre o conflito colombiano, no intuito de identificar e debater nos capítulos seguintes se há de fato um transbordamento da crise colombiana que se traduza em uma ameaça tácita no plano regional. Esse esforço se faz necessário porque além de elementos de um sistema teórico, os conceitos são instrumentos da investigação científica, “uma espécie de processadores das informações coletadas” (Castro Santos, 2001:739). Identificar com precisão os conceitos a serem utilizados no exercício explicativo e investigativo constitui tarefa fundamental para evitar o perigo de incorrer em esticamento conceitual (*conceptual stretching*) (Sartori apud Queiroz, 2012).

Distinguir de que forma os problemas colombianos em áreas de fronteira serviram como mecanismo de situações conflitantes e/ou cooperativas e mesmo securitária, é também relevante.

No capítulo dois, abordam-se alguns eventos históricos acerca da violência no país e a construção do estado colombiano. Contextualizam-se os atores que levaram a Colômbia a uma situação *sui generis* de crises e de violência constante e apresenta-se a hibridação dos mesmos.

No capítulo três são tratados os temas dos plantios ilícitos, o narcotráfico, e a formação dos vínculos da guerrilha com o narcotráfico. Procura-se realizar uma apresentação cronológica dos fatos num período específico, finais dos anos 1970 até finais dos anos 1990. Determinar as variáveis que colocaram o Estado colombiano numa situação de crise é o objetivo deste capítulo. Esse percurso histórico é válido para compreender posteriormente o Plano Colômbia e seus efeitos externos.

Desse modo, no capítulo quatro, se trata especificamente da cooperação binacional entre Washington e Bogotá, que resultara em 1998, no Plano Colômbia. Esse capítulo realiza uma síntese descritiva de como foi sentida a ingerência de Estados Unidos no assunto doméstico colombiano e na ingerência da América do Sul. Uma vez adentrados nos assuntos referidos, ao abordar o Plano Colômbia pretende-se compreender duas situações paralelas de tensões, na área de fronteira dos países amazônicos. Sabidamente, entre a Colômbia, o Equador e a Venezuela. Assim, nas últimas seções do último abordam-se dois casos contemporâneos que revelam o desentendimento diplomático entre três países irmãos. De um lado, as aspersões aéreas com uso de glifosato por parte da Colômbia na fronteira com Equador, para erradicar os cultivos ilícitos. Pelo outro, a violação do espaço territorial equatoriano, resultante de estratégias colombianas de combate o terrorismo. Nesse capítulo objetiva-se descrever os

fatos de tensão entre Colômbia, Equador e Venezuela, bem como discutir se a crise colombiana transbordou-se apenas de forma negativa ou se propiciou, por outro lado, iniciativas de discussão multilateral e cooperação diante dos problemas da vizinha república colombiana. Por outra parte, pretende-se colocar em relevo a importância da segurança humana no marco dos novos desafios e ameaças, destacando os rumos da política externa colombiana para lidar com os cultivos ilícitos. Nesses termos desenvolve-se o último capítulo desta pesquisa, almejando que o esforço cognitivo realizado oportunize e instigue novas pesquisas e interesse na discussão dos problemas tratados, uma vez que a heterogeneidade e antiguidade da violência e dos conflitos colombianos são singulares e a percepção da segurança estatal e humana, são temas basilares deste trabalho.

## **CAPITULO I - AS TRANSFORMAÇÕES DO CONCEITO DE SEGURANÇA E O CASO COLÔMBIA**

### **1 Segurança: preocupação iminente dos Estados e campo acadêmico em evolução**

Os estudos sobre Segurança Internacional, inicialmente, foram tratados como uma área de estudos independentes, porém, posteriormente passaram a ser absorvidos como uma subárea de Relações Internacionais.

A literatura inicial, precedente à Segunda Guerra Mundial, é caracterizada como estudos de guerra, grande estratégia e estratégia militar, além de geopolítica. Já a literatura especificamente sobre segurança foi desenvolvida após 1945 (Buzan e Hansen, 2012). Mister é mencionar que os Estudos de Segurança Internacional (ESI) surgiram de debates sobre como proteger o Estado contra ameaças externas e internas após a Segunda Guerra Mundial.

Nesse sentido, asseveram Buzan e Hansen que:

Segurança tornou-se a palavra de ordem, tanto para distinguir os ESI do pensamento anterior e das disciplinas de Estudos da Guerra e História Militar, quanto, à medida que evoluíam, para servir como conceito de ligação, unindo um conjunto cada vez mais variado de programas de pesquisa (Buzan e Hansen, 2012:33).

No desenvolvimento da literatura sobre segurança, os referidos autores distinguem três características fundamentais: primeiramente, seu conceito-chave era segurança em vez de defesa ou guerra, uma guinada conceitual que ampliou o estudo para um conjunto maior de questões políticas, incluindo a importância da coesão societal e a relação entre ameaças e vulnerabilidades militares e não militares (Buzan e Hansen, 2012: 24). Em segundo lugar, a literatura se distinguiu por tratar dos novos problemas tanto da Guerra Fria quanto das armas nucleares. Por fim, esses autores destacam no que se refere tanto à mobilização total para a guerra no Reino Unido e nos Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial quanto às condições estratégicas peculiares criadas pelas armas nucleares, os “ESI eram um empreendimento mais civil do que pregava a literatura anterior, de cunho mais militar e estratégico” (Idem p. 24-25).

A Escola de Copenhague (*Copenhagen Peace Research Institute - COPRI*), criada em 1985, aportou notável contribuição ao campo de estudo ao oferecer arcabouço teórico alternativo à perspectiva tradicional dos estudos em segurança. A lógica realista – predominante –, e que portanto, considera basicamente os aspectos militares e estratégicos dos Estados como temas prioritários, tendo no Estado sua unidade exclusiva de análise, veio



a ser posteriormente complementada e ampliada. Nesse processo de ampliação e aprofundamento do conceito destacam-se as ameaças concebidas a partir dos desequilíbrios ambientais, do narcotráfico, da pobreza, das doenças endêmicas, das ondas migratórias, da deterioração ambiental e escassez hídrica, do terrorismo, etc (Villa, 2001; Queiroz, 2013, Duque, 2012).

Dentre os aportes da Escola de Copenhague está o trato dado à construção das ameaças como elemento intrínseco à segurança. É dizer, sustenta que as ameaças à segurança não são apenas de natureza militar, mas podem também advir das áreas política, ambiental, econômica e societal, cada qual com uma dinâmica própria que, não necessariamente, terá no Estado seu objeto referente (Queiroz, 2011:394). Dessa forma, o discurso que se tece em relação às ameaças é um elemento central para securitizar um assunto determinado.

A segurança deixou de ser tema exclusivamente de ordem militar, posto que na agenda dos países passaram a figurar os chamados “novos temas”<sup>6</sup>, surgindo um novo paradigma de segurança. A esse respeito, Villa (2001:65) afirma que “desde o início do pós-Guerra Fria, a preocupação estratégico-militar tem recuado no cenário das discussões internacionais, ao passo que outras dimensões, como a econômica e a ecológica, passaram a ocupar um espaço mais amplo no debate político-acadêmico. Assim, novos fenômenos de segurança, antes ocultos e diluídos pelo debate em torno da Guerra Fria, se consolidaram. Esse autor salienta que “no plano específico, esses fenômenos são, a concorrência econômico-tecnológica, os desequilíbrios ambientais, a explosão populacional, as migrações internacionais e o narcotráfico” (Villa, 2001:66).

Nos aportes daquele autor é destacado que os novos processos de segurança têm como singularidade sua natureza societal, que reside no funcionamento de uma sociedade civil cada vez mais transnacionalizada, o que possibilita “que atores não estatais, como grupos ecológicos, ambientalistas, de direitos humanos e de direitos reprodutivos, entre outros, surjam como consciências críticas em torno dos novos fenômenos surgidos” (Villa, 2001:66). Pelas características e a dimensão transnacional desses fenômenos, o paradigma de segurança teve de incluir novas ameaças, começou-se a debater a influência desses fenômenos na sociedade, implicando em novas políticas.

Sob o ponto de vista conceitual, a natureza especificamente transnacional e societal dos processos e dos agentes implica, como destaca Villa (2001:69), relativizar a apreensão e a análise da noção de segurança internacional, que tem por base a “perspectiva teórica realista, mais apropriada à compreensão de relações interestatais puras”.

---

<sup>6</sup> Tais como: narcotráfico, acesso a tecnologias, deterioração ambiental, escassez hídrica, ondas migratórias, terrorismo, pobreza extrema, consolidação das democracias, dentre outros mais (Queiroz, 2011:394).

Keohane e Nye (2001:42) salientam que “as tradicionais questões relativas à segurança não deixaram de ocupar posição de destaque, mas passaram a ser vistas de modo cada vez mais integrado a novos temas da agenda internacional”.

Segurança é, por tanto, um termo que se caracteriza por ser polissêmico, multidimensional, amplo e ambíguo<sup>7</sup>. Essa mudança de percepção foi evidente porque com o fim da Guerra Fria se deu ímpeto à visão defendida há muito tempo por alguns estudiosos, de que interesses e desafios econômicos, entre outros, são mais importantes na condução do Estado do que os ligados à área militar. Há que lembrar que nos anos 1990 Samuel Huntington já percebia que no ambiente emergente, de grandes mudanças, as capacidades militares, provavelmente, seriam menos importantes ou tão importantes quanto o seriam outras questões (Huntington, 1991:8). Nesse mesmo sentido, de conformidade com Rudzit (2005), o tema de segurança internacional voltou a emergir com destaque tanto na mídia quanto nos trabalhos acadêmicos.

É considerado por alguns analistas que os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 tiveram amplo impacto nesta questão, mudando novamente as percepções sobre as ameaças. Dessa forma, em um cenário internacional, caracterizado por um alto grau de interdependência se tornam válidas as palavras de Keohane e Nye (2001), de que as tradicionais questões relativas à segurança não perdem posição de destaque, mas mudam a agenda internacional de segurança internacional, causando impactos em todas as unidades do sistema internacional.

Em tal dimensão, em concordância com Poletto (2009) se aplica que com o fim da bipolaridade há uma ocorrência de aproximação entre crime e terror, modificando a agenda de segurança. Nas palavras desse autor:

Com o fim do confronto bipolar, secaram as fontes de financiamento estatal para grupos insurgentes. Logo, o crime organizado provou-se uma forma disponível eficiente de financiamento de atividades subversivas. Da mesma forma, a globalização contribuiu para que o mercado do crime alcança-se as zonas de conflito armado e respondesse às necessidades espaciais e estratégicas de grupos terroristas (Poletto, 2009:46).

Nessa dinâmica, assevera Queiroz (2012:46), geraram-se “profundos impactos no debate teórico sobre esse que é um dos temas centrais e definidores do campo de estudo das Relações Internacionais (RI)”. Os Estados imersos num ambiente internacional em transformação e amplos dilemas diante de problemas de alcance transnacional, tentaram dar conta de vários desafios para definir uma agenda internacional de segurança.

De fato, determinar o tipo, as características, as origens das ameaças e de onde provêm tornou-se tarefa complexa. Em tal complexidade radicam as dificuldades para conceituar a

---

<sup>7</sup>(Ayoob, 1995; Paris, 2007; Morillas, 2007; Hampson, 2008; Matto, 2013).

segurança, sendo objeto central da Escola de Copenhagen. Ameaças provenientes de dimensões como a econômica, a ambiental, fenômenos migratórios, crime organizado e terrorismo passaram assim a ganhar maior atenção internacional no plano político e acadêmico.

Paralelamente, à percepção de ameaças globais providas da escassez de recursos naturais, dos desastres ambientais, do narcotráfico, do tráfico de armas e de pessoas, das doenças endêmicas e da pobreza colocaram em relevo no plano social e político - local e transnacional - seus vínculos com fatores de segurança, não apenas militar, mas societal (Buzan e Wæver, 1998), em função disso, também surgiram conceitos como segurança humana, ambiental, alimentar, societal, econômica, política e hemisférica. (Hampson, 2008).

Em resposta a tais desafios, em 2004, a comissão de especialistas indicados por Kofi Annan, identificou seis núcleos temáticos descrevendo as principais fontes de ameaças à segurança internacional, Queiroz (2012:46) destaca que cada núcleo, “tem suas particularidades próprias e apresentam uma ampla gama de assuntos com potencial de gerar instabilidades”.

No referido relatório figuram: as guerras entre Estados; a violência no interior dos Estados, guerras civis, violações aos direitos humanos em larga escala e o genocídio; a pobreza, doenças infecciosas e a degradação ambiental; armas nucleares, químicas e biológicas; terrorismo; crime organizado transnacional (Queiroz, 2013).

Observa-se que os aportes de Buzan, Wæver e Wilde, da Escola de Copenhague em metade dos anos 1990, têm se tornado ícone na literatura sobre segurança, de modo que a ampliação do conceito de segurança continua incluindo novos temas e novas ameaças.

A respeito da ampliação do conceito, Queiroz (2012) destaca que:

Buzan, Wæver e Wilde no intuito de realizar uma ampliação conceitual fazem inclusão de novas ameaças e não apenas aquelas advindas dos tradicionais setores político e militar. Assim são consideradas também nessa abordagem as ameaças oriundas do setor ambiental, societal e econômico, cada qual com sua dinâmica, contudo, mantendo os atributos que qualificam um dado assunto como sendo de segurança: 1) ameaça percebida como risco potencial à sobrevivência de um objeto referente; 2) caráter de urgência; 3) o poder estatal reivindicando o uso de meios extraordinários para enfrentar o problema (Queiroz, 2012:70).

Barry Buzan, Ole Wæver, Lene Hansen, Rolando Paris, Elliot Lorrain, John Gledhill, Mohamed Ayoob, entre outros estudiosos da segurança internacional e da segurança humana, têm contribuído para a ampliação do conceito tradicional de segurança. Nesse sentido cabe destacar que os aportes analíticos de tais teóricos contribuíram não apenas para a construção de novos padrões de análise, como também estenderam o debate ao considerar outras variáveis nessa matéria como o desenvolvimento, os regimes políticos, a pobreza, entre outros, a título de exemplo.

Um dos grandes aportes de Barry Buzan e Ole Wæver está na forma de análise da segurança, a partir de estruturas, já que tradicionalmente o foco dos estudos de segurança internacional mantinha-se no nível global e no nível nacional. A abordagem dos Complexos Regionais de Segurança CRS, que trouxe uma inovação conceitual, foi desenvolvida por esses estudiosos, dentro da chamada Escola de Copenhague, propondo que as questões de segurança internacional tivessem um enfoque a partir da região como unidade de análise. Surge desse modo, um dos mais importantes legados nessa matéria: o livro intitulado “*Regions and Powers: The Structure of International Relations*”, onde se apresenta um desenvolvimento mais aprofundado da perspectiva sobre segurança internacional, sendo esse, depois de tratar o assunto da Segurança humana, o próximo assunto a ser explanado, no marco da evolução conceitual.

## **1.2 Mudanças no Sistema Internacional e a introdução do Conceito de Segurança Humana**

A incorporação do conceito de Segurança Humana como resultado da ampliação do conceito tradicional de Segurança constitui um dos avanços em matéria acadêmica e política, pois sua discussão possibilitou uma visão diferenciada acerca das ameaças que afetam parte integral dos Estados, sua população.

Entender as dinâmicas sociais que arrodeiam as ameaças que oferece o conflito colombiano em termos locais e regionais resulta necessário na discussão do transbordamento da crise colombiana e suas consequências multidimensionais no contexto andino-amazônico.

Como visto, a discussão sobre a ampliação do conceito de segurança tem nas contribuições da chamada Escola de Copenhague um ponto referencial emblemático. Sua abordagem abrangente oferece, aos pesquisadores da área, um arcabouço teórico alternativo à perspectiva tradicional ao ensejar a incorporação progressiva de novos temas e atores nos estudos em segurança a partir de uma estrutura conceitual própria.

Então, considerando tal perspectiva, como definir o que viria a ser segurança? E, sob qual ângulo analisar o conflito colombiano? Sobre esses temas trabalhar-se-á a seguir.

Para atender a esses questionamentos será visto o significado de segurança humana, sua evolução e sua aplicabilidade no caso colombiano, parte do último capítulo deste trabalho. Isto se faz necessário porque se acredita que o Estado equatoriano utilizou-se do conceito Segurança Humana, como será exposto posteriormente, para atingir dois objetivos específicos: de um lado, a judicialização dos efeitos das aspersões com glifosato nas áreas de fronteira – assunto que será tratado no capítulo quarto- e, do outro, colocou em questão a violação da soberania de seu país em consequência do combate à cultivos ilícitos e ao

terrorismo. Isso último alertou para os desafios que os problemas, não apenas colombianos, mas andino-amazônicos têm nas fronteiras no eixo norte da América do Sul, vinculados ao narcotráfico e ao terrorismo, problemas que tangem as preocupações dos Estados no seu núcleo mais forte, a segurança estatal.

Como supracitado, sob uma nova perspectiva nos anos de 1990 dimensões como a econômica, societal e a ambiental passaram a ganhar maior atenção internacional. A esse respeito encontramos em Buzan e Hansen (2012:307-308), que as abordagens pós-coloniais chamam a atenção para as especificidades do Estado não ocidental, para as estruturas econômicas globais e, portanto, também para questões de desenvolvimento. Uma expansão mais direta de segurança que incluísse o desenvolvimento foi feita dentro do conceito segurança humana do PNUD, lançada em 1994.

A segurança humana, tal como assinalado por Buzan e Hansen (2012:305), “possui a vantagem de ser promovida a partir de uma forte base institucional e, assim como a segurança comum no começo dos anos 1980, combina agenda político/ativistas e acadêmicas”. De fato, assuntos como o desenvolvimento sustentável e a segurança humana, a segurança ambiental, a segurança hídrica e a (in)segurança alimentar, que até então haviam sido considerados secundários na agenda internacional, progressivamente se converteram em assuntos de *high politics*, passando a merecer atenção mais contundente (Montana, 2012). Isto porque foi considerado que tais problemas, somados aos vários fenômenos que se tecem numa sociedade transnacionalizada, teriam capacidade de incidir em fatores de segurança, na sua visão mais realista.

Conceitualmente, a segurança humana está intimamente ligada à Pesquisa da Paz<sup>8</sup> e aos Estudos Críticos de Segurança (Buzan e Hansen, 2012). Conforme destacado por esses autores:

Dedica-se à visão de que os seres humanos deveriam ser objetos de referência primordiais da segurança, e que, por tanto os ESI deveriam incluir questões como pobreza, subdesenvolvimento, fome e outros ataques à integridade e ao potencial humano. Busca integrar as agendas dos ESI e dos Estudos de Desenvolvimento (Buzan e Hansen, 2012:72).

Entende-se aqui, por segurança, que todo Estado em prol da sua segurança define uma série de valores e propósitos fundamentais que pretende alcançar e manter, que se consideram essenciais para seu desenvolvimento e para onde se orientam os esforços, as energias e todos os recursos disponíveis.

Por segurança, desde uma perspectiva mais ampla, Vaz (2005) indica que é a condição

---

<sup>8</sup> Buzan e Hansen (2012:73) afirmam que é o contraponto normativo clássico aos Estudos Estratégicos, buscando reduzir ou eliminar a utilização da força nas relações internacionais, destacar e criticar os perigos no debate estratégico (em especial nuclear e fornecer suporte à segurança nacional (estatal).

na qual os Estados consideram que não há perigo de ataque militar, pressão política ou coerção econômica, de maneira que estão habilitados a buscar livremente seu próprio desenvolvimento e segurança.

Em 2011, o Banco Mundial diagnosticou a falta de segurança como um desafio fundamental contemporâneo a ser superado, mas é evidente que os Estados continuam com falhas para garantir a segurança humana. Nesse sentido, Gledhill (2012:02) indica que embora o relatório reconheça como os "choques econômicos globais" são fatores causadores de violência, o foco principal da sua análise considera que a violência criminal, os conflitos civis e os estados "fracassados" representam ameaças de difícil quantificação.

Buzan et al., (1998:21), no *Security: A New Framework for Analysis*, percebem a segurança no contexto internacional como um resultado proveniente do entendimento político militar, relacionado à questão de sobrevivência, que sofre uma ameaça existencial. Para esses autores, a invocação da segurança, nesse sentido, tem sido utilizada para justificar o uso de medidas extraordinárias para lidar com certas ameaças, legitimando o uso da força ou de quaisquer meios para bloquear o desenvolvimento da ameaça.

A pesar das críticas realizadas por Paris<sup>9</sup> (2007:210-212) sobre a questão de ser o conceito de segurança humana vago e abrangente, é mister mencionar que a inclusão de novos temas na agenda internacional não apenas resgatou a importância que os novos temas e ameaças alcançaram na arena acadêmica, refletindo sua evolução conceitual. Significou, também, a percepção coletiva de que os indivíduos podem ser objeto de referência, tendo refletido em mudanças nas políticas. É nesse sentido que a percepção de ameaça, conforme Buzan e Hansen (2012:305), faz “que o objeto de referência mude dos Estados-nação para as pessoas”. Ainda que a visão estado-cêntrica continue a predominar na visão crítica, é dever mencionar que são as próprias dinâmicas da estrutura global as que modificam as unidades locais e vice-versa, devido às diversas inter-relações que estabelecem os diferentes atores (Estados, pessoas, empresas, organizações, a título de exemplo).

É, como diriam Keohane e Nye (2001), vive-se em um mundo cada vez mais interdependente e menos independente. Desse modo, veio a ser compreendido que os problemas, em um determinado contexto local, podem constituir -em outro momento da história- ameaças regionais e/ou hemisféricas.

É conhecido que a Segurança Humana possui presença acadêmica no ocidente e no Japão, sendo “assimilada pela ONU, pela União Européia e pelos governos canadenses,

---

<sup>9</sup> *Human Security*- lacks precision: "Human security can be said to have two main aspects. It means, second, it means protection from sudden and hurtful disruptions in the patterns of daily life - whether in homes, in jobs or in communities."The scope of this definition is vast: Virtually any kind of unexpected or irregular discomfort could conceivably constitute a threat to one's human security (Paris, 2007:212).

norueguês e japonês” (Buzan e Hansen 2012:72). A Escola de Copenhague buscou uma visão mais completa da segurança ampliando os estudos de segurança. Essa ampliação do conceito veio acontecendo gradualmente desde os anos 1970s, embora se aluda à década dos anos 1990s a inclusão da expressão segurança humana no Programa das Nações Unidas sobre Desenvolvimento, onde se oficializou.

Buzan e Hansen (2012:306) manifestam que a formulação do PNUD optou por uma expansão da segurança por meio de várias dimensões. A “lógica de segurança” deveria ser ampliada para além da defesa territorial, dos interesses nacionais e da dissuasão nuclear para, assim, incluir “interesses universais” e prevenir conflitos. Na visão desses autores também foi crucial, configurar um espaço global cooperativo para erradicar a pobreza e o subdesenvolvimento; tal como fora a proposta do PNUD em 1994. Pode-se assim dizer que desde os anos de 1970 a visão de segurança, bem como a origem das ameaças, foi em ampla evolução, porém com pouca discussão.

Nessa mesma década se percebeu a necessidade de combater a delinquência transnacional e essa circunstância implicou em um vínculo de forma mais estreita entre os Estudos Estratégicos da segurança com temas de ameaça interna e o uso da força<sup>10</sup>.

Quando Buzan e Hansen (2012: 310) abordam a segurança humana, destacam que o objeto de referência passou a ser “pessoas-cêntrico”, cujo significado era inicialmente “preocupar-se com a maneira como as pessoas vivem e respiram numa sociedade, quão livremente elas exercem suas várias escolhas, quanto acesso elas têm às oportunidades sociais de mercado e/ou e se elas vivem em conflito ou em paz”. Isso resultava, conforme os referidos autores, em uma ampliação radical dos tipos de ameaça e dos setores nos quais a ameaça se aplicava à alimentação, à saúde, à ambiência, ao crescimento populacional, às disparidades de oportunidades econômicas, à migração, ao tráfico de drogas e ao terrorismo (Ibidem: 309).

Embora se reconhecendo que existe imprecisão no conceito de Segurança Humana, para fins analíticos neste trabalho optou-se pela definição do canadense Elliot Lorraine, intelectual de ampla trajetória nessa matéria. Para Elliott Lorraine (1998), a segurança humana abrange duas dimensões: a primeira entende que o conceito de segurança humana não parece se encaixar mais no conceito convencional de Estado, nem de fronteira e nem da integridade territorial. Isso implica que não é ao Estado exclusivamente, mas aos indivíduos e às comunidades aos que se deve garantir a segurança. Elliott sugere que mesmo o Estado que não convive com ameaças externas ou instabilidades internas deve garantir segurança a sua

---

<sup>10</sup> Os estudos de Barry Buzan indicam que a segurança não foi sempre reduzida aos aspectos militares. A nova teoria coincide com medidas por ele denominadas securitizações da economia (1970), meio ambientais (1980), das identidades e dos crimes transnacionais (1990).

população. Assim, proteger os indivíduos e as comunidades, por exemplo, das consequências da violência, da deterioração ambiental é, pois, considerado um aspecto de segurança humana. A existência de comunidades e indivíduos afetados ou fragilizados (econômica, social, política ou ambientalmente) constitui uma fonte de enfraquecimento dos níveis de segurança do Estado.

É considerado, por outro viés, que países que enfrentam tensões políticas, étnicas ou religiosas, e ainda, que sofrem o flagelo da pobreza, da falta de alimentos, falta de acesso à água, ou que, em função das alterações climáticas, gerem refugiados ambientais, ou que pelas guerras, entre outros aspectos, tendam a refletir em insegurança a certos Estados, para onde migram as populações vítimas dessas circunstâncias, vivem uma dualidade própria das duas faces da moeda quando se trata da segurança humana. Porque tradicionalmente é a relação estado-cêntrica que prevalecerá sobre a pessoa-cêntrica.

É devido a essa situação que Rolando Paris (2007) lança suas principais críticas ao conceito, que, segundo ele, peca por ser muito amplo e inclusivo, tornando-se acadêmica e politicamente vazio. Segundo esse autor, se a segurança humana pode significar quase qualquer coisa, porque depende do olhar de quem se sente ameaçado, então ela pode não significar, efetivamente, nada (2007:93). As críticas realizadas por Buzan e Hansen (2012:309-310) referem-se também à expansão do conceito<sup>11</sup> e indicam que:

Não obstante as ambições abrangentes comuns, há, contudo, diferenças importantes entre a Segurança Humana e o conceito de violência estrutural; a Segurança Humana, na formulação inaugural do PNUD, articula uma relação muito menos conflituosa entre o Ocidente e o Sul e entre regimes e cidadãos, oferecendo, portanto, uma crítica menos sistemática da estrutura econômica global do que a teoria da dependência. Acima de tudo, os pesquisadores da paz críticos, criticavam muito o Estado (ocidental, enquanto a incapacidade do Estado de fornecer segurança para o “seu” povo só é mencionada brevemente pelo PNUD. Tais ausências- crítica ao Estado e a ordem econômica neoliberal - não são, talvez, muito surpreendentes, considerando-se a situação do documento como texto do PNUD, o qual por sua própria natureza e localização institucional, deve ser aceitável para os Estados. As apropriações subsequentes da Segurança Humana, vêm, todavia, utilizando o conceito de formas diferentes para desafiar o Estado e a atual estrutura político-econômica (Buzan e Hansen 2012:309).

Torna-se fundamental destacar que o conceito de segurança humana abrange aspectos como igualdade, gênero, direitos humanos e assuntos de identidade, entre outros. A importância dessa perspectiva sobre segurança humana se alicerça nas dinâmicas dos novos processos que têm como singularidade sua natureza societal, aquela que reside no funcionamento de uma sociedade civil cada vez mais transnacionalizada.

Condição que possibilita que atores não estatais, como grupos ecológicos, ambientalistas, de direitos humanos e de direitos reprodutivos, entre outros, intervenham no

<sup>11</sup>A conceitualização de Segurança Humana do PNUD é, provavelmente, a mais abrangente expansão do conceito desde que Galtung lançou a violência estrutural e, como na pesquisa da Paz Marxista, buscou trazer o desenvolvimento e as questões Norte-Sul para dentro do ESI (BUZAN, 2012:309).



cenário internacional como consciências críticas em torno dos novos fenômenos surgidos na agenda internacional (Elliott, 1998; Villa, 2001).

Entende-se que pelas características e a dimensão transnacional desses fenômenos, o paradigma de segurança teve que incluir novas ameaças e a influência de variados fenômenos sociais. Entretanto, observa-se que no campo societal, se, por um lado, a ampliação do conceito de segurança tradicional para segurança humana foi um avanço, por outro lado, num viés negativo, os discursos securitizadores são um problema<sup>12</sup>.

Nos casos que serão tratados no capítulo quatro, será visto que sempre há desdobramentos negativos para alguma fração da sociedade ou do Estado. Isto porque um discurso securitizador de combate às drogas e/ou ao terrorismo, por exemplo, pode vir a legitimar políticas fechadas, por vezes contrárias aos direitos humanos e humanitários, produzindo impactos locais, mas que podem irradiar-se para além das fronteiras nacionais causando tensões entre os países da região.

Foi visto até aqui que os novos fenômenos, ocorridos no cenário internacional, que começaram a fazer parte do diálogo dos países industrializados e daqueles em via de desenvolvimento permitiram que se começasse a compreender que para construir a segurança, dentro das novas condições globalizantes e do Terceiro Mundo, não bastava apenas atender exclusivamente ao cuidado da vigilância territorial, mas também se devia velar pela segurança humana como parte dos lineamentos que implicam a nova concepção de segurança nacional.

Essas dinâmicas permitiram que novas reflexões surgissem acerca das tradicionais definições de segurança, a partir da percepção de valores, ameaças e vulnerabilidades, que podem tornar certo tipo de ameaças como um assunto relevante, implicando em medidas que garantam uma resposta a tais ameaças. O problema é que através do discurso tudo pode ser securitizado se partindo da perspectiva individual ou local.

Nesse sentido, a ameaça (elemento central para o campo da segurança internacional), passa a ser elemento de decisão do *policy-maker*, ou seja: definir certo tema como ameaça pode securitizá-lo e alterar, inclusive, seu tratamento social, já que, como afirma Rocha Reis (2009:6): “esse processo de securitização tem sucesso quando a construção da ameaça existencial pelo *policy-maker* é socialmente aceita e a sobrevivência passa a ser assunto crucial”.

---

<sup>12</sup> Isso é especialmente notório quando se analisam certas políticas e medidas que tentam desestimular a ação de fluxos migratórios, tema de atualidade neste ano de 2015, devido à crise europeia e à violência vivenciada nos países próximos da Hungria, Alemanha e Inglaterra, por exemplo. Isso fica evidente na própria argumentação de Buzan (1998:4), quando assinala que o estabelecimento intersubjetivo de uma ameaça existencial pode causar efeitos políticos.

Dentro da lógica de securitização, a proposta por autores como Buzan e Waever (1998), é que a percepção de ameaça pode inclusive ser transmitida de forma intersetorial (entre distintas áreas de discurso). É justamente a partir da criação de um discurso, normalmente associado a fins políticos ou econômicos, que uma ameaça de intensidade e de alcance menor pode tornar-se uma ameaça relevante e, por vezes, até capaz de legitimar atos e medidas de controle, coerção e combate (Queiroz, 2012; Mattos, 2012). Para entender melhor isso, é necessário destacar que autores como Buzan (1998) já avistavam que as ameaças variam e que não guardam um padrão universal. Assim, a percepção de ameaça pode mudar conforme os fins que um ator pretende alcançar mediante um discurso (Mattos, 2012). Sem embargo, Buzan (1998:22-23), entende que ameaça existencial não se trata de um padrão universal, mas está relacionada ao objeto de referência.

Assim, para diferentes objetos de referência podem-se evocar diferentes ameaças existenciais. Nesse sentido destaca os seguintes:

- **Setor Militar:** o objeto de referência é geralmente o Estado, mas pode ser também outras entidades políticas ou as próprias forças armadas (justificando um golpe, por exemplo).
- **Setor Político:** ameaças relacionadas a fatores constitutivos – soberania, ideologia – do Estado.
- **Setor Econômico:** objetos de referência são mais difíceis de definir. Para empresas, geralmente é a falência ou mudança de leis. Economias nacionais têm maior clamor por sobrevivência, mas raramente possuem ameaça a sua sobrevivência.
- **Setor Societal:** o objeto de referência é, em grande escala, as identidades coletivas que podem funcionar independentes do Estado, como a nação e as religiões. Difícil distinguir ameaças existenciais de ameaças menores. Identidades podem sofrer evolução e uma ameaça está relacionada com a forma como se lida com esses elementos novos.
- **Setor Ambiental:** a possibilidade de objetos de referência é muito maior, variando de temas mais concretos (uma espécie da flora ou fauna) a temas mais amplos (mudança climática). Esses objetos de referência são preocupações iniciais com a relação da espécie humana com o resto da biosfera e se essa relação pode ser sustentada sem por em risco os níveis alcançados de civilização (Buzan, 1998:22-23).

Observando as duas faces da moeda, nesse ponto, Queiroz (2012) menciona que deve ser destacado que, conforme a Escola de Copenhague, a securitização, é um “ato de discurso” no qual um agente securitizador designa como ameaça a um objeto referente especificado, podendo a declarar como existencial. Tal agente utiliza-se, muitas vezes da retórica para convencer a população sobre os riscos que essa ameaça causaria, se não fossem tomadas medidas com urgência no sentido de contê-la, nisso está um dos maiores riscos porque políticas podem ser criadas constringendo Estados e populações.

No caso que será explanado no capítulo seguinte, poderá ser percebido o papel relevante que exerceram as ONGs, ao tratar da proteção e da garantia da segurança da população equatoriana, no referente às aspersões aéreas, quando Colômbia optou por combater cultivos ilícitos usando glifosato, na área de fronteira entre Equador e Colômbia.

De conformidade com o supracitado, ameaças à segurança são determinadas pela percepção, pelo medo, correspondendo a uma interpretação de uma realidade socialmente construída pelos atores. Em outras palavras, equivale dizer, envolve valores e conceitos justificáveis, mas que evocam a sobreposição de problemas e ameaças provocando maiores tensões.

Nessa linha de pensamento, Mestre (1998:19) destaca que quando são abordadas as questões de segurança se atende habitualmente a:

(i) valores relevantes que importa assegurar; (ii) ameaças que incidem sobre esses valores; (iii) vulnerabilidades que tornam aquelas ameaças relevantes; (iv) mecanismos de resposta para reposição da segurança (...). Com uma sensibilidade equivalente à que proporciona esta sistemática, desde o fim da Guerra Fria, os conceitos tradicionais relacionados com segurança, baseados na soberania nacional e na segurança territorial, têm vindo a ser crescentemente questionados. A integridade do território nacional, a independência política e a soberania nacional se mantêm como fatores fundamentais. Contudo, uma definição mais aproximada de segurança deverá incorporar fatores que decorrem de ameaças não tradicionais e as suas causas subjacentes. (...), entre essas ameaças são apontados: o declínio econômico; a instabilidade política e social; as rivalidades étnicas e as disputas territoriais; o terrorismo internacional; a lavagem de capitais e o tráfico de droga; e a deterioração ambiental e o “*environmental stress*” (Mestre, 1998:19).

Pretendeu-se destacar em esta parte sobre o tema da evolução da segurança como um todo e da segurança humana que a percepção de ameaça e o ato discursivo são fundamentais para securitizar um assunto.

Sabe-se que a securitização é uma questão de interpretação das ameaças que os atores envolvidos defendem (Paris, 2007). Assim, poder-se-ia falar de medidas paradoxais, de políticas incoerentes ou conflitantes entre Estados e entre atores não estatais, pode-se falar também de decisões confusas na gestão de fronteiras, por exemplo.

Acredita-se que a securitização depende também da dimensão do problema que deseja ser contido, está interligado com preocupações de defesa da soberania estatal, das preocupações com a segurança da população. A contenção da subversão e do terrorismo são questões bastante sensíveis para os Estados, e seu alcance, num mundo caracterizado pelos processos globalizantes, faz das fronteiras pontos críticos. Conforme Buzan e Wæver (1998), as fronteiras são porosas, tanto para os fluxos de comércio e as relações econômicas, porém dificilmente as fronteiras tornam-se permeáveis para as pessoas. Apesar disso, o crime organizado atua e se fortalece nesses pontos porque na maior parte dos casos o poder estatal não participa de forma tão intensa, salvo condições específicas (fronteiras México-EUA).

Assim sendo, a análise do que é a realidade das políticas fronteiriças a partir da perspectiva da securitização, proposta pela Escola de Copenhague, ajuda a compreender os critérios que informam as decisões que são tomadas pelos Estados, dependendo do objeto de referência em questão. Analistas da segurança indicam que um assunto delicado nesse

contexto o constitui o tráfico de drogas através das fronteiras e, mais ainda, o tema do terrorismo, dois problemas, além da pobreza e a violência, que se somam ao complicado contexto amazônico, e que o convertem num sub-complexo de segurança na América do Sul e num ponto nevrálgico na região. Por fim, cabe destacar que o maior desafio à fronteira (territorial e/ou humana<sup>13</sup>) é, talvez, colocado por uma das principais marcas dos processos globalizantes, senão a principal: a aceleração da circulação a nível planetário: a globalização do movimento (Reis e Bracante, 2009). É nesse contexto que as fronteiras se tornam pontos vulneráveis. É em tal dimensão que a Amazônia, tal como salientado no trabalho de Mattos (2009), torna-se um desafio à segurança regional e estatal e humana.

Adicionalmente, a Amazônia constitui um dos pontos geográficos mais sensíveis, considerando, de conformidade com Poletto (2009) e com Vaz (2005), que o tema do terrorismo adquiriu centralidade na esteira dos atentados de 11 de setembro de 2001, sendo os países andino-amazônicos, e em especial a Colômbia, foco de atenção internacional especial.

Nesse sentido, Poletto (2009:21) indica que o terrorismo “impõe-se como debate necessário em espaços regionais, implicando renovação da temática nas Américas”. Destaca também que a vinculação entre as experiências com terrorismo na região “esteve atavicamente relacionada ao contexto geopolítico da bipolaridade, na mesma medida em que alimentava uma identidade tripla entre guerrilha, narcotráfico e terrorismo”.

Foi visto que um assunto relevante no circuito das relações interestatais e no plano societal está vinculado ao tema central deste trabalho sobre segurança humana e segurança internacional, e que diz respeito aos transbordamentos políticos e humanitários, com cunho na crise que se vive na Colômbia.

### **1.3 Teoria dos Complexos Regionais de Segurança**

Por tudo o anteriormente visto, se depreende que a segurança não é algo estático ou invariável. É “o movimento que leva a política para além das regras estabelecidas e enquadra a questão, ou como um tipo especial de política ou como um conjunto de ações que se executam acima dela” (Buzan e Wæver, 2003:43-44)

Quando as principais percepções e preocupações referentes à segurança daqueles que fazem parte de um espaço territorialmente coerente estão interligadas, determinando que o surgimento de eventuais problemas não podem ser razoavelmente analisados ou resolvidos de forma isolada, conforme esses autores, estamos diante de um Complexo Regional de Segurança.

---

<sup>13</sup> Referimo-nos aqui a aquela fronteira imposta às pessoas que migram de país a país, ao ser considerado uma ameaça.

Isso quer dizer que as inseguranças, as ameaças ou os problemas de segurança devem ser analisados em suas particularidades, mas sem esquecer a interferência do nível global (Cepik, 2005; Pieri, 2011; Queiroz, 2012; Rezende e Fuccille, 2013).

Buzan e Wæver, em 1998, destacaram que, com a ampliação setorial e a introdução de novos atores no cenário internacional, os CRS poderiam ser concebidos como “um conjunto de unidades cujos principais processos de securitização, dessecuritização, ou ambos, estão tão interligados que seus problemas de segurança não podem ser razoavelmente analisados ou resolvidos de maneira isolada” (Buzan e Wæver, 1998:44). Essa abordagem teórica trouxe grande contribuição à área dos Estudos em Segurança ao destacar a importância das dinâmicas que ocorrem em um nível de análise intermediário, estabelecendo, como referência conceitual, o modelo descritivo dos CRS.

Uma das premissas desse modelo pressupõe que a proximidade geográfica é uma variável determinante. Assim, Buzan e Wæver (2003:27, 45) indicaram que as ameaças setoriais tendem a se mover mais facilmente entre distâncias menores ou regiões. Por isso, considerar as relações de segurança a partir de “um nível de análise sub-sistêmico, localizado entre o global e o local, é o que confere grande poder analítico à Teoria dos Complexos Regionais de Segurança”, tal como salientado por Queiroz (2012:36).

Para Buzan e Wæver (2003:43-44), os Complexos Regionais de Segurança não correspondem a espaços fechados, porque existe “porosidade das regiões” e essa porosidade cria ameaças, por sua vez, tornando o espaço vulnerável de sofrer a influência ou interferência dos agentes dos demais níveis. Dessa forma, entendem que os níveis de análise global e local são relevantes para compreender a porosidade das regiões. É importante recordar, então, que, para essa teoria, os problemas de segurança estão mais intrinsecamente associados à sua região, mas continuam sofrendo a interferência da polaridade do sistema internacional (Cepik, 2005).

Mas, porque está se tratando aqui desse assunto? A razão é simples, e se refere às particularidades da crise sofrida em 2008 no arco andino, onde a complexa situação colombiana evidenciou ameaças tácitas à segurança e integridade territorial de outros Estados. A influência na securitização de temas como a Guerra contra as drogas enfatizou tais preocupações entre os países vizinhos. Porém, o receio da interferência estadunidense na região foi um dos aspectos que mais pesaram no contexto, tendo em vista o alinhamento da política externa colombiana e norte-americana de combate aos entorpecentes, ao narcotráfico e à subversão, como fora mencionado na parte introdutória deste trabalho.

Retomando o tema que nos ocupa, no processo denominado de securitização, o ator securitizador, diante de uma situação de ameaça, busca colocar o objeto a ser protegido

(objeto referente) em um lócus de decisão imune às regras ordinárias do jogo político, o que justificaria, portanto, a utilização dos meios necessários para resolver o problema (Queiroz, 2012:110). Ao se pensar nessa característica da securitização, perante as ameaças do problema do crime organizado, a subversão e o terrorismo, muitas reflexões vieram à tona, já que um dado assunto pode ser enquadrado em um amplo espectro que vai do não politizado (em que não é visto como um tópico que deva ser submetido ao debate público ou demande decisões, em termos de segurança), passando pela politização (em que há o reconhecimento de que o tema é de interesse público e, portanto, objeto de decisão governamental e alocação de recursos) e indo, nos casos extremos, à condição de securitizado.

Se um determinado assunto é securitizado, isso pode implicar o uso de medidas emergenciais, ainda que fora dos limites convencionais do processo político, salienta Queiroz (2012). Existe o movimento inverso, que é a dessecuritização. Esta, conforme Buzan (1998:4), consiste em deslocar assuntos qualificados como existencialmente ameaçados para o nível dos processos usuais de barganha e disputa da esfera política. Veja-se, assim, que, em linhas gerais, “a teoria dos CRS busca enfatizar um meio-termo entre o sistema global e o Estado”, aponta Cepik (2005:3). Cumpre destacar, tal como salientado por Queiroz (2012), que tipificar um assunto de acordo com tais estruturas conceituais não é uma prerrogativa exclusiva dos Estados, podendo, inclusive, ocorrer por intermédio da agência de atores outros, como organizações intergovernamentais, comunidades epistêmicas, organizações não governamentais (ONGs), de alcance transnacional ou mesmo pela ação de movimentos sociais de natureza diversa (grupos nacionalistas, anti-imigração, antiglobalização etc). Esses processos revelam que os critérios estabelecidos para definir determinado tema como sendo de segurança é uma construção social intersubjetiva e está diretamente relacionado à ênfase discursiva atribuída aos possíveis efeitos políticos substanciais de uma dada ameaça existencial a um objeto referente (Queiroz, 2013).

Por isso, tal processo, que é denominado por Buzan e Wæver (1998:23-24) de movimento de securitização, configura-se como uma negociação entre um agente securitizador e sua audiência em busca de legitimidade e permissão para desconsiderar as regras vigentes do jogo político ou, então, alterá-las. Pelo supracitado, os CRSs concebem-se a partir do Estado como unidade base de análise (Estado-cêntrico) porque os Estados estão presentes em todos os setores como atores e interlocutores centrais. Regularidade essa, assinala Queiroz (2012), que não ocorre com outras estruturas ontológicas, como, por exemplo, a nação, que pode ser importante no setor societal, mas não necessariamente no setor ambiental e/ou econômico.

Os CRS resultam de interações simbióticas entre variáveis materiais e ideacionais, como crenças, identidades, capacidades materiais, fronteiras, distribuição/percepção de poder, anarquia, polaridade e construção social, o que confere a este modelo maior alcance, consistência e densidade analítica (Queiroz, 2012).

Outro ponto central nessa estrutura, que é uma das características distintivas de um CRS, está no fato de que os processos de securitização/dessecuritização e, por conseguinte, o grau de interdependência em segurança, são notadamente mais intensos entre as unidades que os compõem do que entre estas e os atores externos ao complexo (Buzan e Wæver, 2003:4). Nesse sentido, é necessário mencionar que o modelo proposto por Buzan e Wæver possui abrangência para encaixar as noções de segurança estatal e de segurança humana, se considerarmos que em termos conceituais, conflito e cooperação caminham juntos e fazem parte das relações estatais como faces de uma mesma moeda. Vimos que a literatura dominante ressalta a centralidade do Estado como ator principal da política, o que é verdade (Queiroz, 2012; Turton e Henwood, 2002<sup>14</sup>). O problema é que muitas vezes atores não-estatais são subestimados ou até mesmo completamente negligenciados por muitas abordagens teóricas. Esta é a crítica que fazem Turton e Henwood (2002), ao defenderem, enfaticamente, a incorporação sistemática de atores não estatais, conforme assinalado por Queiroz (2012).

A compreensão da região sul-americana, na abordagem do CRS, emerge de uma interpretação histórica da região. Ao longo dos anos esta região foi considerada relativamente pacífica. Para Buzan e Wæver (2003), apesar dos conflitos existentes na região, especialmente relacionados com a apropriação e exploração dos recursos naturais na América do Sul, o complexo regional de segurança é identificado pelo seu baixo nível de intensidade, desse modo sendo considerado um complexo padrão. Entre tanto, a análise da região não pode se afastar das particularidades em relação aos outros complexos de segurança. Sobre esse fenômeno, Pieri (2011) manifesta que a “frágil constituição interna da região expressa nos níveis de violência doméstica e, ao mesmo tempo, em relativa paz, ao longo dos séculos, caracterizada por um pequeno número de guerras” explicaria a denominação de sub-complexo de segurança dada por Buzan e Wæver (1998). De fato, esses autores indicam que o CRS da América do Sul se caracteriza por apresentar dois sub-complexos relevantes: no eixo norte, o andino, e no eixo sul, o Cone Sul.

A carência de capacidade dos Estados do complexo regional de segurança Sul Americano para fazer valer as leis internas, controlar seus respectivos territórios,

---

<sup>14</sup> TURTON, A. R; Patrick, Marian. J; JULIAEN. Frederick. Transboundary Water Resources in South Africa: Conflict or cooperation? Society for international Development. 2006. Disponível em: [WWW.sidint.org/development](http://WWW.sidint.org/development).

disponibilizar plenos direitos à população e a dificuldade de mobilizar cidadãos, estaria relacionada com as características da região, tal como aponta Pieri (2011:30), mas também, e principalmente, “fortemente relacionada com o pacifismo que eles tem exibido secularmente no cenário internacional” Pieri (2011:31).

A formação dos Estados ajuda a entender essa questão, uma vez que existem diversos laços entre a construção do Estado e a Segurança no Terceiro Mundo, tal como apontam Tilly(1975) e Ayoob (1995). A complexidade da situação de segurança do Terceiro Mundo pode ser compreendida quando é entendido o processo de construção do Estado. Nesse sentido, Ayoob (1995) argumentou que a dimensão interna de segurança, que está inextricavelmente entrelaçada com o processo de tomada de decisão do Estado. Assim, para esse autor, é necessária a sólida compreensão do processo de construção do Estado no Terceiro Mundo. Destaca, então, os aportes de Keith Jagers, que, segundo ele, teria elaborado uma boa definição acerca da construção do Estado. De acordo com Jagers (1992), a construção do Estado pode ser definida como a capacidade de um Estado para acumular poder. Assim, a construção do Estado é o processo pelo qual o Estado não só cresce na produtividade econômica e coerção do governo, mas, também, em poder político e institucional. Mais precisamente, no poder de elites estatais para superar forças ambientais, sociais e políticas que se interpõem no caminho de seus objetivos políticos.

Nesse sentido, Ayoob (1995) analisa o poder do Estado em três diferentes faces: (a) poder como capacidades nacionais, (b) o poder como capacidade política e ( c) o poder como coerência institucional. Quando os analistas passam a considerar estas questões para a abordagem específica do caso da Colômbia, tema deste trabalho, desenvolvem diferentes pontos de vista.

Ao tratar da violência e do conflito na Colômbia, Pizarro (2006:33), por exemplo, manifesta que se trata de um “confronto armado interno em trânsito para um conflito regional complexo”. Já Yepes (1993:576) entende o processo como conflito armado interno, uma conflagração violenta cujas origens radicariam mais em fatores domésticos do que em causas ligadas à esfera internacional, com a violência armada transcorrendo dentro dos limites territoriais de um único Estado.

Sem embargo, conforme sustentam alguns estudiosos contemporâneos (Pieri, 2011); Mattos (2009), a existência de conflitos puramente domésticos, isto é, sem a influência internacional, torna-se pouco provável num sistema interdependente e globalizado. Por outro lado, a interação do crime organizado, do narcotráfico, das guerrilhas e das autodefesas converteram o cenário amazônico e especificamente o cenário colombiano, como algo ameaçador da segurança local e regional. Assim sendo, é considerada numa área sob



constante ameaça, e como região que potencializa prováveis conflitos interestatais.

Em tal contexto, os problemas internos e os conflitos pelos que a Colômbia atravessa teriam capacidade de se transbordar para os países vizinhos (Yepes, 2013; Castro, 2009), causando motivos para seus problemas, especificamente relacionados com o narcotráfico e o terrorismo serem securitizados.

O caso da Colômbia é complexo, pois os intrincados problemas sociopolíticos internos que enfrenta (uma antiga insurgência armada –bastante fortalecida-, o combate às drogas, o terrorismo, violência rural e urbana etc) e que fazem do país um dos mais violentos da América do Sul, são condições que transbordam suas fronteiras, dado o quadro de inter- relação difusa de atores estatais e não estatais que aí aparece (Rangel, 2005; Ortíz, 2006; Tobón et al., 2009).

Dessa forma, em termos conceituais, ainda que a definição de maior relevância sempre esteja vinculada à segurança do Estado, a segurança é um "ato de discurso" (speech act) no qual "um agente securitizante designa uma ameaça a um objeto referente especificado e declara uma ameaça existencial, com a implicação de ter direito de usar meios extraordinários para repeli-la" (Wæver, 2000:251 apud Buzan, 1998).

Nesse sentido, resulta interessante destacar as palavras de Fuccille e Rezende (2013:81-82) e Matto (2013:43) quando assinalam sobre a composição da América do Sul em dois sub-complexos de segurança:

Há uma maior estabilização da região, que tendia, após a Guerra Fria, a se distanciar de radicalismos, do controle político dos militares, com destaque especial para os processos de integração regional. A segurança cooperativa mostra-se importante nesse período, tendo, como foco, ameaças externas – o que batia de frente com a agenda imposta pelos EUA, em especial na Colômbia, na Guerra contra as Drogas, uma vez que direciona o combate para um inimigo interno.

Autores como Fuccille e Rezende (2013:81-82) e Matto (2013) também afirmam que Buzan e Wæver (2003) indicam duas questões importantes para o entendimento do CRS na América do Sul: “o futuro do Mercosul e o combate às drogas na Colômbia”.

Para Buzan e Wæver, 2003:445-6, existiriam Complexos Homogêneos compostos por formas específicas de interação entre unidades similares (isto é, formado por Estados (complexos militares) e existiriam Complexos Heterogêneos (que, conforme, Queiroz (2012) agregam diferentes tipos de atores em dois ou mais setores (Estados e empresas interagindo nos setores político e econômico, por exemplo). Nesse mesmo nível poder-se-iam encaixar os atores paralelos ao poder do Estado como as organizações criminosas transnacionais.

A realidade colombiana torna-se num ponto crítico de atenção local, regional e hemisférica, isto porque, além da atuação de diversas organizações criminosas vinculadas ao

narcotráfico está o fenômeno do neoparamilitarismo<sup>15</sup>, além do terrorismo. Sobre esse último, em conformidade com Poletto (2009), quem analisou a dinâmica do terrorismo e o contra-terrorismo no Cone Sul, é válido destacar sua postura:

Note-se que a regionalização não exclui a inclusão de *inputs* exógenos ao espaço em questão, ao reconhecer a complementariedade da globalização da atuação destacada dos Estados Unidos e a influência, embora bastante reduzida contemporaneamente, de Cuba sobre as dinâmicas insurgentes na América do Sul. Ou mesmo, a externalização de efeitos, como o *spill over*, do terrorismo da guerrilha colombiana sobre Panamá. (...) Vale também refletir sobre a internalização de elementos originalmente externos, como a imigração de comunidades árabes no Cone Sul e a potencial atuação de grupos como o Hezbollah. Nada disso compromete a opção pela circunscrição sul-americana, que oferece, por si só, elementos para avaliar riscos e desafios comuns de uma agenda regional de segurança que lhe é particular, bem como canais de interlocução e contigüidade espacial (Poletto, 2009:58).

No intuito de colocar em relevo a composição dos estudos de segurança e a ausência de uma definição universal sobre o que abrange a segurança, vimos que a segurança é uma construção cimentada na percepção de ameaça, que é intersubjetiva e que esta evolui e se modifica ao longo da história. De modo tal que o conceito de segurança abrangeria temas diversos, tais como políticos, a formação do Estado, a autoridade, a legitimidade e a soberania, o desenvolvimento e a pobreza, entre outras questões. Assim, procurando um melhor entendimento da situação colombiana, se tratará a seguir do aspecto da in-segurança humana na Colômbia, provocada ora pelo Estado, ora por grupos insurgentes, paramilitares e narcotraficantes, esclarecendo, porém, que estes não são os únicos protagonistas das ameaças à segurança humana no país.

---

<sup>15</sup> A esse respeito ver Tobón et al (2012) Neoparamilitarismo en Colombia: una herramienta conceptual para la interpretación de dinámicas recientes del conflicto armado colombiano.

## **CAPÍTULO II - HISTÓRICO DE VIOLÊNCIA E CONSTITUIÇÃO DO ESTADO COLOMBIANO**

Como catalogar o tipo de conflito que atravessa a Colômbia e como entender a duração dos atos violentos no país até nossos dias? Na tentativa de responder essa questão, parte-se da ideia de que o conflito interno colombiano é de longa data, possui uma grande complexidade e vem-se transformando ao longo do tempo devido às diferentes dinâmicas e propósitos dos principais atores da violência. Assim, antes de mergulhar no tema propriamente dito, se faz oportuno introduzir algumas das principais características do país e as dinâmicas em que os conflitos e a violência se dão, atentando para uma ordem cronológica dos fatos.

### **2.1 Quando a geografia não é apenas geografia**

A República democrática da Colômbia tem uma extensão territorial de 1.141.748 Km<sup>2</sup>, uma população de 47 milhões de habitantes, um clima equatorial variado e uma geografia diversa. A maior parte de sua população concentra-se nas áreas montanhosas e costeiras<sup>16</sup>.

O país se compõe de cinco regiões, sendo que, do total do seu território, 41,8% correspondem à região amazônica. A posição equatorial do país e a variedade de climas são características que favorecem a agricultura e o desenvolvimento de diversos ecossistemas, com especial destaque na Amazônia, Região caracterizada, entre outras coisas, pelo histórico de violência no país.

A riqueza e a variedade biogenética na Amazônia, vão constituir de forma problemática a condição física propícia para, por exemplo, o florescimento das plantações de cultivos ilícitos pelos cartéis da droga.

A geografia amplamente diversa acolhe uma densidade demográfica bastante diferente nas cinco regiões da Colômbia, o que vai se traduzir num histórico de violência especificamente regional, com vínculos alicerçados em ideologias partidárias contrastantes ou em ideologias subversivas. Como se vê, a geografia física, então, tem sido uma condição importante na configuração dos conflitos sociais no país, seja pela demarcação de bolsões partidários, como será explanado a seguir, seja pelo tipo de atores que atuam em cada região ou mesmo pelas condições de concentração do poder central em algumas regiões e a escassa presença estatal, entre outras.

---

<sup>16</sup> Ver sobre ese asunto Aragón (2007).

### 2.1.1 Geografia e violência

As características descritas fazem da Colômbia um assunto emblemático para o entendimento das causas dos conflitos e da violência no país. Há que lembrar que Colômbia desde a época colonial foi violenta e violentada<sup>17</sup>. No país, sobre todo na região do Putumayo, na região amazônica, a mutilação de indígenas e ribeirinhos foi indiscriminada e frequente, assim como cotidiano era o estupro de mulheres e crianças. Esses fatos estão registrados em vários textos que narram a história do país<sup>18</sup>.

O sistema que fora imposto pelos conquistadores espanhóis às tribos indígenas pré-colombianas parece não ter sido superado ao longo dos anos, mas sim se sofisticado nos seus índices de crueldade nos tempos mais recentes. Como se sabe, o período colonial durou de 1524 a 1819<sup>19</sup>.

A economia colonial restringiu-se a grandes propriedades em áreas montanhosas. Ao passo que as áreas mais baixas eram públicas e despovoadas, o que basicamente se manteve depois da Independência. Nesse plano é de destacar que o isolamento geográfico e a fertilidade das terras provinciais foram fator determinante para gerar não apenas a demografiado país, mas também a estruturação do poder local, a tal ponto de gerar uma tendência a poderes locais mais fortes que o poder nacional (Castro, 2009:22-23). Fenômeno que se estabelece com a chegada da República e os tempos de bonança econômica, nos quais as regalias provenientes de minerais preciosos (ouro, prata, esmeraldas, petróleo) e produtos agrícolas (café, banana, borracha) só incrementaram a riqueza das elites, e com isso seu poder no direcionamento econômico e político do país. A partir daí, se instala um ambiente de conflitos de classes, de violentas lutas partidárias e diversos enfrentamentos entre a

---

<sup>17</sup> Termo utilizado por Gabriel García Marquez como crítica aos procedimentos do Estado no plano social, econômico e político, no tempo da República, bem como aos tempos coloniais.

<sup>18</sup> Ver La Vorágine, de Jose Eustásio Rivera, onde a barbárie que compõe a história amazônica colombiana é escrita pela afiada espada da literatura. No livro Los crímenes del Putumayo, do diplomata colombiano Francisco Urrutia, é revelada a violência impartida aos nativos desde a época colonial. Outros textos como Los crímenes del Putumayo, do diplomata colombiano Francisco Urrutia, revela o trabalho e comércio dos indígenas como escravos, na região amazônica. A submissão à empresas de exploração estrangeiras, como no caso da Peruvian Amazon Co. Limited e a Casa Arana Hermanos. Na mesma direção, Vicente Olarte Camacho autor das obras Las crueldades en El Putumayo y en el Caquetá de 1910 e Los Convenios del Perú. A obra, intitulada El libro Rojo del Putumayo, publicada em Londres, no século XIX, e traduzida ao espanhol por Arboleda e Valencia (1913), relata com riqueza de detalhes como várias tribos indígenas do Putumayo foram torturadas com requintes de crueldade e aniquiladas por completo.

<sup>19</sup> Para efeito da administração dos territórios, é fundada Santa Fé de Bogotá, que, formando parte do Vi-reinado do Peru, se torna a capital do Vi-reinado da Nova Granada. Despojada das suas terras, a população autóctone foi submetida ao conhecido sistema de “encomienda”, que a obrigava a trabalhar em condições de escravidão, além, é claro, de violentar as suas crenças culturais e religiosas originais através da catequização. Se essa situação nada tem de diferente com a história de outros países latino-americanos, serve para ilustrar como, desde o início, se consolida a influência da igreja na conformação do Estado, dado relevante para a posterior compreensão da história colombiana.

população urbana e rural, fatos todos que vão atravessar a história contemporânea do país, tal como será abordado neste capítulo.

A inter-relação entre violência, conflito e região na história colombiana parece evidente, e se mostra claramente na região amazônica do país, um dos espaços menos povoados. É justamente nessa região que nos tempos contemporâneos ocorre a disputa territorial entre as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), ribeirinhos e diferentes grupos indígenas. É a região amazônica palco de inúmeros conflitos armados entre o Estado e a subversão. Por sua vez, a área do Putumayo, com um histórico de violência desde o passado mais longínquo, tornou-se cenário de tensões diplomáticas recentes, quando da implementação do Plano Colômbia, episódio que será tratado neste trabalho.

Para destacar, então, essas inter-relações torna-se pertinente a opinião de Quintero (2000), que assinala com sagacidade o problema dessa região:

*(...) si vamos a la historia, a la geografía y a la economía de la región, encontramos una zona en donde sus gentes se han visto envueltas en diferentes procesos de explotación de sus recursos naturales, pero para su desgracia, no como sujetos activos, sino más bien como sujetos pasivos, o mejor como cuerpos de negocio. (...) En este ambiente el hombre y los indígenas del Putumayo presenciaron y vivieron la comercialización de la quina y la tagua en el Siglo XIX, y por supuesto, la posterior historia roja de la explotación del caucho, en donde no sólo se le robó a la selva sino a la carne de la raza. Lo mismo podríamos decir del petróleo, y con mayor razón, ahora, de la siembra y procesamiento de la coca y la amapola (...) Es perverso, pero es como si la belleza y la exuberancia de estas tierras, sólo le hubieren servido a sus gentes, de la misma manera que la belleza y la exuberancia le sirven a las mujeres en prostitución, vendiendo el cuerpo y la tierra de su carne por unos pocos pesos para el día. Y allí en ese mercado, los proxenetas de siempre, hacen de la desesperanza y la falta de educación del hombre, una oportunidad de negocio y bacanal (Quintero, 2000)<sup>20</sup>.*

Há que lembrar que nessa área se estabeleceram em tempos recentes grupos guerrilheiros e diversos grupos de narcotraficantes que, uma vez mais, prejudicaram seriamente a população e sua forma de vida. O que resulta não apenas em ameaças concretas à sua segurança humana, mas evidencia a fragilidade da capacidade estatal de garantir sua própria segurança como Estado. Os recentes confrontos entre atores estatais e não estatais, a brutalidade nas estratégias de operação e domínio territorial ou de recuperação dos territórios invadidos, ora para práticas delitivas, ora no combate ao crescimento da guerrilha, resultaram num elevado número de vítimas e em elevadas cifras de deslocados dentro do próprio estado nacional e fora dele. De modo que, todo este quadro tem levado estudiosos do assunto a afirmar que a Colômbia, há décadas, atravessa por um conflito interno, em ampla evolução.

Em suma, é oportuno enfatizar que a regionalização da violência na Colômbia é real e historicamente permanente. Hoje isso pode ser constatado, por exemplo, quando se observa o

---

<sup>20</sup> Matéria do Jornal El Tiempo, ano 2000, disponível em: <http://www.eltiempo.com/archivo/documento/MAM-1264921>. Acessado em 05 de março de 2015.

quadro de disputas e lutas entre grupos subversivos pelo controle do território conquistado e seus métodos de domínio, assentados em práticas inimagináveis de violência (Quintero, 2000)<sup>21</sup>.

Por outro lado, percebe-se que o conflito colombiano é de difícil entendimento se não se considera o fato *sui generis* da geografia também constituir uma das dimensões envolvidas na conformação da história da violência no país. Assim, se o estudo das dimensões da violência na Colômbia tem proporcionado, da parte dos seus estudiosos, diversos pontos de vista (Pécaut, 2000:56; Lair 2001:49-50; Echandía, s/d), e embora muitas dessas análises sejam corretas, é impossível atentar para a complexidade do assunto sem a consideração desse fator determinante que é o elemento geográfico (Castro, 2009). A ele juntam-se outros fatores, como os interesses políticos e econômicos das elites que dirigem o país, os grupos de oposição e o contexto internacional, relacionado com o nascimento da subversão e de outros atores não territoriais.

É justamente a determinação da mútua influência de aspectos como os assinalados na formação de uma diversa malha de relações que se tentará perfilar no fim deste capítulo.

## **2.2 Colômbia: uma leitura histórica multicausal do conflito interno e da violência**

Definir o conflito colombiano é um desafio intelectual. Colômbia vive um conflito interno, irregular, prolongado, complexo e de raízes ideológicas, históricas, antropológicas e culturais inegáveis. A dificuldade para definir o caráter da violência está associada em muito, às características políticas do país, que enfrenta diversos problemas de desigualdade econômica e social. Por outro lado, o caso colombiano se apresenta com matizes variadas, de forma a dificultar um estudo bem delimitado entre as diversas modalidades de violência política (Sánchez, 1997; Pizarro, 2006; Poletto, 2009).

Na Colômbia, afirma Ramírez (2010:2), em pleno mundo da globalização, depois de duzentos anos de vida republicana, ainda se discute se houve evolução ou fundação do Estado-nação. Nas palavras do autor, “*aunque parezca un asunto trivial y marginal dilucidar el origen sociológico y jurídico del Estado colombiano, puede no serlo desde la perspectiva histórica y politológica*”. Em relação a isso, existem duas posições teóricas elaboradas desde extremos epistemológicos opostos, conforme apontado por Ramírez (Ibidem): o fundacional, que toma como ponto de partida a Ata de Independência de 1810 e as primeiras Constituições Provinciais que se expediram posteriormente a esta data; o evolucionista, que considera o

---

<sup>21</sup>A esse respeito, ler uma matéria do Jornal colombiano, disponível em: <http://www.eltiempo.com/archivo/documento/MAM-1264921>.

Estado Monárquico Pré-colombiano ponto de partida da organização estatal e que tem importância relevante na formação das elites político-econômicas *criollas* da América espanhola<sup>22</sup>. Elites essas nada pacifistas e das quais, acredita-se, tenha-se herdado a violência que marcou no país a constituição do Estado moderno (Vieco, 2001; Berrio, 2003).

Para Madrigal (2012:220), na Colômbia o século XIX representou o umbral histórico-social durante o qual aconteceram os processos de gênese do Estado, espaço no qual os distintos projetos de hegemonia se confrontaram na busca de uma definição do público- político até o século XX (tradução nossa). A materialidade do Estado se fez visível, conforme no estabelecimento da administração pública (burocracia), do mercado (comércio) e dos partidos políticos (eleições) dentro do processo de distinção social condizente à adoção do sentido do que fosse público. Enquanto que a imaterialidade do Estado, visando a criação da identidade pública, foi expressa simbolicamente na fixação imaginária da integração territorial (fixação de fronteiras), legitimidade sistêmica (ideologia dominante) e pertencimento classista (diferenciação populacional)<sup>23</sup>.

Ao tempo que estes processos apresentam, contraditoriamente, em sua realidade a articulação do privado como público e o público como privado, tal qual sucedeu com a materialidade e a imaterialidade do Estado, a verdade é que o sentido material público- político da administração, do mercado e dos partidos políticos contempla apenas interesses privados (da elite no poder), privatizando espaços do que seja público, enquanto que a identidade imaterial define um público inclusivo desde a exclusão privada do sujeito nacional colombiano<sup>24</sup> (Madrigal, 2012:223).

Percebe-se assim que a lógica do público-político na formação do Estado e da nação na Colômbia, a partir da dinâmica de inclusão e exclusão aponta a emergência de uma identidade individual (privada) do cidadão ou sujeito nacional colombiano e a um sentido coletivo (público-privado) estatal concentrados no marco do Estado nacional. Cujas características, conforme esse autor, é o permanente avanço do privado sobre o público- político. Da perspectiva geral de Madrigal, a formação do Estado e da Nação é um fenômeno social de construção do público-político, em que suas dimensões convergem a partir de sua

---

<sup>22</sup> (Ibidem p.222).

<sup>23</sup> Ou seja, o público-político evidencia a emergência da esfera pública com forma de espaço de debate e deliberação: manifesta-se, pois, como um âmbito institucionalizante da participação cidadã da sociedade civil, como esfera pública oficial co-produtora do político neste caso, representada no Estado e a nação colombianos, junto à emergência de múltiplos mecanismos de publicitação (jornais, tabloides, folhetos, cartazes etc.), cuja prática se sustenta na lógica da inclusão e exclusão numa formulação a elaborar uma distinção que define uma elite emergente, separando-a de velhas aristocracias a serem superadas, e de diferenciar estratos populares e plebeus a governar, como sucedeu com a elite *criolla* independentista (Madrigal, 2012:222-225), tradução nossa.

inter-relação dentro de um processo histórico que maneja dinâmicas de inclusão e exclusão, na esfera pública, que resiste ao progresso da privatização .

Aduz Madrigal (2012:224) que um dos principais desafios para a formação do Estado é:

o trânsito da administração colonial à administração da República, o que inclui - entre outras coisas - o estabelecimento de uma nova autoridade, já fragmentada no Vice-reinado e a formação de uma burocracia que ponha em funcionamento o Estado (Tradução nossa).

Cabe destacar que a Colômbia dispôs, então, de uma administração colonial no século XVII com funções definidas, porém fragmentadas no espaço do local, questionada em seu intento de penetração social (aumento dos tributos), o que, no final do século XVIII, aprofunda o antagonismo entre *criollos* ilustrados e governantes espanhóis, sem afetar a lealdade ao rei. Sobre esta base se pretende construir a administração da República, espaço no qual começa a posicionar-se a burocracia *criolla*, integrada pela elite, com experiência de governo e formada em centros de ensino europeus. Essa tradição continua promovendo em tempos mais recentes a educação técnica e acadêmico-profissionalizante (científica), com um claro interesse político (Berrio, 2003). Merece aqui destacar que a forma como se formalizou o acesso à educação é um dos pontos sensíveis da realidade colombiana, que, segundo Sánchez (1997), é chave para entender a confrontação violenta no país, numa história recente, entre uma elite educada (dominadora da política) e a grande massa da população analfabeta (camponeses e indígenas submissos).

O citado trabalho de Sánchez destaca que a burguesia colombiana atual não tem os equipamentos intelectuais necessários para assimilar a ciência e o pensamento contemporâneos. A burguesia, em sua opinião, parece ter-se perfilado propositalmente a saber tudo sobre economia, mas permanece fora da realidade da grande massa social, forjando, consequentemente, uma filosofia política inadequada às necessidades do país.

Embora existam poucos autores que abordem essa questão, sabe-se que no século XIX o acesso à educação foi um elemento marcante na disputa pelo controle do poder. A educação, por outro lado, foi afetada pela instabilidade política, a escassez de recursos e pela falta de respaldo e inexistência de uma comunidade acadêmica consolidada.

O acesso à educação torna-se assim um assunto político e social estratégico, relacionado com nítidas diferenças de oposição de classe e de poder econômico, de tal modo constituindo uma clara linha divisória de classes sociais com papéis pré-definidos. Há de se notar que toda política criada para diminuir a capacidade crítica e pensante da população para contestar interesses das elites dominantes tinha poucas possibilidades de florescer sem o agenciamento dos governos. Pode-se observar então que o acesso à educação torna-se um assunto de exclusão a partir do poder aquisitivo que constituía uma linha divisória de classes sociais,



com papéis definidos – na prática e no imaginário. Por outro lado, se engendrava ao mesmo tempo uma política dirigida a diminuir a capacidade crítica, pensante e contestatória que viesse a questionar os interesses das elites dominantes, surdas aos pedidos de reivindicação de direitos sociais por parte das classes subalternas (Sánchez, 1997). Nessas condições, o florescimento da paz torna-se difícil.

Em tal âmbito, os representantes dos sindicatos e dos grupos estudantis teriam como respostas a atuação violenta do Estado na repressão às reivindicações de seus direitos sociais. Num país comandado pelas elites, educadas nos claustros estrangeiros de cunho capitalista e conservador, qualquer pensamento contrário é fortemente combatido, o que intensifica o grau da injustiça social padecido pela população e se converte, ao mesmo tempo, no combustível para enfrentar o rigor do Estado, intensificando, por sua vez, o círculo infundável da violência.

Para a leitura que aqui se esboça, é importante a menção de outro fator conformador da história da Colômbia, o comércio, denominador comum das atividades econômicas do Estado colombiano, sendo gerador de prestígio e de vínculos nos grupos sociais fundados na economia. A formação de uma classe comerciante heterogênea, assevera Madrigal, definiu a necessidade da intermediação do Estado no comércio via protecionismo ou livre-cambismo, segundo os interesses que a administração lograva captar em um período determinado. Como contraparte da gênese do processo de desenvolvimento capitalista periférico concentrador da riqueza, surgem classes médias e proletárias deliberantes que já, desde os finais do século XIX, começaram a exigir os direitos negados pela formação de uma cidadania de minorias por parte de um Estado oligárquico, com hegemonia de classe e popularmente questionado (Madrigal, 2012: 227-28) tradução nossa.

A insuficiente inserção de setores populares, operários e camponeses, no processo pleno de formação, ilustrada com a estreiteza do bipartidarismo como forma de canalização das demandas sociais, desemboca na exploração de formas alternativas. É onde reaparece – e seguirá reaparecendo – o personalismo político que acompanha a história colombiana, e também latino-americana, com líderes carismáticos que se instituem nos momentos de crise.

Na metade do século XIX, tanto a administração como o mercado republicano se constituíam como espaços de disputas da hegemonia de um projeto político manifesto nas propostas do partido liberal e do partido conservador: liberdade religiosa e de cultos, abolição da escravatura, educação pública e laica e a entrada no mundo burguês moderno frente às premissas conservadoras de defesa da fé e a moral católicas, aliança Estado-igreja, defesa dos monopólios e conservação da tradição (Madrigal, 2012; Ortiz, 2005). Essa seria a herança espanhola, que vem de mãos dadas com a instituição da violência, desde a formação do

Estado, se reproduzindo nos claustros acadêmicos e nos laços familiares e educativos (Berrio, 2003).

Cabe ressaltar que no processo de formação de Estado, durante o século XIX, aumenta o número, a frequência e o nível de participação popular, chegando, inclusive, a estabelecer momentaneamente medidas como o sufrágio eleitoral e o voto da mulher. Contudo, dentro desta aparente abertura democrática, a história do direito ao sufrágio e das eleições na Colômbia mostrem exclusões sobre setores específicos, que vão desde o voto censitário que excluía os economicamente “dependentes”, a exigência de requisitos limitantes, táticas de manipulação até estratégias variadas que põe em dúvida se o processo eleitoral realmente expressava a vontade popular como discursivamente sustentavam as elites no poder.

A existência de comunidades de resistência, localizadas em territórios agrestes, inóspitos, eram espaços que desde a época colonial se mantiveram ilhados, pelo difícil acessos das condições topográficas. Foram sendo povoados com grupos marginais (mestiços resistentes ao domínio estatal e ao controle dos padres católicos, brancos pobres sem acesso à terra, negros e mulatos livres, fugidos de minas ou fazendas), o que implicou a existência de territórios onde o Estado carecia do pleno monopólio da justiça e da coerção legítima e onde se configuraram mecanismos internos de regulação social. Esses povoamentos são representativos da forma mediante a qual no processo de centralização e integração territorial se incorporaram outros públicos subalternos, tais como os setores do movimento plebeu, inclusive as mulheres. Estas, foram socialmente marginalizadas de espaços públicos como a educação, pois a elite colombiana preferiu a formação destinada aos varões, voltada às virtudes atinentes aos bons cidadãos (Madrigal, 2012:229) tradução nossa.

A materialidade do Estado necessita certo grau de legitimidade da ordem política estabelecida, para a ideologia dominante “naturalizar” a presença do Estado. Um dos componentes ideológicos que legitimaram o Estado colombiano desde o início foi a religião e a Igreja Católica. Para Madrigal (2011:227), necessariamente, a Igreja Católica teria de ser um fator central da construção do Estado e da Nação, junto ao processo de estabelecimento da ordem política, devido à forte influência que adquiriu na identidade individual e coletiva (nacional) como doutrina uniformizadora já na época colonial.

Um caso concreto, onde se faz evidente a interdependência ideológica do Estado e a religião é a guerra, justificada na Colômbia no século XIX, desde perspectivas profanas ou religiosas que terminaram por serem sacralizadas; pode-se falar de três fases da relação Igreja Católica e Guerra no contexto colombiano. Na primeira, a Igreja e o conservadorismo se associam fortemente entre 1840 (a partir da guerra dos Supremos) e 1860 (a guerra magna vencida pelo liberalismo e que deixa vencidos o conservadorismo e a Igreja), e que se

aproxima ao imaginário ainda proveniente das guerras da independência, de ver ao outro não como um opositor, mas como um inimigo, a quem cabe submeter ou ser destruído.

Na fase seguinte, devido à negação e ao reconhecimento do outro, os conservadores e a Igreja são derrotados, novamente, pelos liberais, os quais levam a cabo medidas contra o lugar social da religião; porém, a partir de 1870 os conservadores associados à Igreja passava-se a opor com mais força à construção dessa paisagem cultural liberal (Madrigal, 2012).

A marca confessional da regeneração na política colombiana impõe ao sistema político uma suposta “vontade geral” baseada na observância dos dogmas necessários para realizar os deveres sociais e morais da comunidade bendita da “República Cristã”. Com a diferenciação populacional que se sucede ao longo do século XIX se começam a definir as classes sociais visíveis no século, fixando um lugar de pertencimento na estrutura hierárquica do Estado-Nação. A definição das classes em conformidade com Madrigal (2012) seguiu a se desenvolver com as reformas liberais entre 1847 e 1863 quando o projeto modernizador de corte capitalista necessita gerar um sentido de apropriação política.

A formação do Estado da Colômbia no século XIX significou a instituição de uma ordem política a partir de processos histórico-sociais, com uma materialidade visível geradora de sentido desde o acionar da administração, o estabelecimento de um mercado e a criação dos partidos políticos; o que exige uma imaterialidade, identidade no plano dosimbólico, mediante a fixação da integração territorial, a legitimidade sistêmica e o pertencimento classista, como partes complementares no processo de formação do Estado nacional colombiano. Por outro lado, como o mesmo autor destaca, se produz uma inversão do público/privado, que obedece a essa mesma dinâmica de inclusão/exclusão, e que conforma um Nós nacional sobre a base da exclusão material do público e o desconhecimento do público subalterno.

Em síntese, a gestação de uma tradição histórica de violência em certas regiões colombianas traçaria cruelmente o destino de milhões de colombianos, levando-os a incrementar os índices mundiais de vítimas em guerras internas e, mais recentemente, aumentando sensivelmente o número de refugiados colombianos a partir da metade dos anos de 1980. Por outro lado, esse mesmo contexto se apresenta propício para o aparecimento do pensamento e da ação insurgente, que, além de reagir contra as profundas diferenças de classes e as inúmeras injustiças sociais padecidas pela população, se rebela contra aceitação dos acordos partidários das classes dominantes para se manter no poder na alternância de conservadores e liberais.

Concomitante aos acontecimentos internos, vê-se que a divisão ideológica entre capitalismo e comunismo, no contexto internacional, afetou como em nenhum outro país do

continente a história política, econômica e social da Colômbia. Nessa conjuntura o caso colombiano ratifica-se ímpar, pelo que deve ser analisado conforme suas múltiplasparticularidades locais, embora seja necessário considerar também as dinâmicas externas da arena política internacional e as influências da luta ideológica, ora mencionada. Tudo o qual define essa história multicausal da violência no país.

Com fins, então, de adentrar o leitor em outro momento histórico do conflito, faz-se necessária a compreensão do leque de atores envolvidos, de modo que a seguir apresentamos uma breve descrição de eventos pontuais para a definição dos mesmos.

### **2.3 O *Bogotazo* e as revoltas do 9 de abril: marco do surgimento da guerrilha**

Na história da Colômbia os fatos ocorridos em 9 de abril de 1948 são um divisor de águas na compreensão da violência e dos conflitos que se sucedem após essa data, ameaçando de forma enfática a estabilidade do país. É por conta disso que nesta segunda parte do capítulo nos ocuparemos de um novo período histórico que inicia em 1948 e vai até 1970. Década importante porque o Exército de Liberação Nacional (ELN), criado em 1965, recolhe setores do bandoleirismo e das guerrilhas liberais, assim como do liberalismo radical, e faz eco da perspectiva foquista revolucionária que emerge a partir da Revolução Cubana, mobilizando práticas distintas às comunistas. Igualmente será tratada a origem das FARC, embora com um pouco de maior atenção, já que para os objetivos do presente trabalho isso se faz indispensável.

O *Bogotazo*, como é conhecido esse período histórico de violência, desencadeou-se inicialmente devido, ao assassinato do líder político Jorge Eliécer Gaitán na capital do país, Bogotá. Esse momento é importante para fins analíticos porque a reação dos dirigentes do país a partir desse fato foi de violência extrema por parte do Estado contra os setores populares, causando a maior onda de insegurança humana até então conhecida. Isso provocou respostas igualmente violentas entre a população, que, desarmada, tentou resistir ferozmente à capacidade armada do Estado em desigualdade de condições. Nesse contexto, houve saques e incêndios e diferentes delitos contra a população. Adicionalmente, houve reações e cruéis enfrentamentos entre partidários liberais e conservadores (Nasi e Rettberg, 2005).

As medidas e reações partidárias entre liberais e conservadores, simbolicamente representadas na violência do 9 de abril, provocou a curto e longo prazo que os dirigentes políticos tomaram uma atitude precavida perante o surgimento do populismo. Esse fato, por sua vez, demandou uma violenta e resistente resposta de repressão a todo movimento social e político que surgisse no país (Ortiz, 2005). Essa postura rígida do governo, que fora

ferozmente contestada pelo povo, ajudou a fortalecer os movimentos de esquerda. Segundo Pizarro (2006:64-66), organizações como as FARC têm raízes nos grupos de autodefesa camponesa organizados pelo Partido Comunista, no fim da década de 1949. Autores como Reyes (2009) destacam que entre 1949 e 1964 o Partido Comunista se nega a se desmobilizar e entregar as armas de seus destacamentos e, em consonância com a situação política nacional, desenvolve uma política cíclica de autodefesa – a guerrilha móvel. Com o início da Frente Nacional, em 1958, e a política de paz e anistia do presidente Alberto Lleras Camargo, as guerrilhas comunistas abandonaram a mobilidade e começam a criar zonas, que Pizarro (2006:65) denomina “zonas de colonização armada”, nos moldes já comprovados no passado por organizações de autodefesa camponesa. Em 1964, o Partido Comunista Colombiano – PCC- decide converter estes grupos armados novamente em guerrilhas móveis.

Cabe destacar que desde os anos de 1950 o país apresentava dificuldade de apresentar um projeto liberal unificado. As guerrilhas, nos anos de 1960, constituíam de certo modo uma ameaça administrável, conforme salienta González (2003:97), até podia existir uma simpatia difusa na população, beneficiada pelo ideal revolucionário, fator que atraía particularmente à classe estudantil. É mister destacar que nessa década surgem outros grupos de esquerda; embora o mais ativo, conhecido e também com o maior número de efetivos sejam as FARC, cuja ideologia é marxista-leninista<sup>25</sup>. Nesse mesmo período, é dado a conhecer o Exército de Liberação Nacional (ELN), grupo subversivo herdeiro do movimento estudantil inspirado na revolução cubana e nas ideias de Ché Guevara, tal como assinalado por González (2006:122) e por Poletto (2009:125).

Note-se que já o PPC tinha fincado raízes em áreas rurais do país desde 1920, conforme destacam Minaudier (1997:262-63) e Pizarro (2006:96), o que incrementou os vetores de violência contra os camponeses. O departamento de Tolima e especificamente em Sumapaz, apresentam desde essa época índices críticos de violência (Pizarro, 2006:97). Minaudier (1997:263) e Ortiz (2006:23) informa que essas áreas, após da Revolução Cubana, passaram a abrigar alto número de subversivos.

Durante os anos de 1970, quando as guerrilhas se voltaram contra as instituições e homens de Estado, percebeu-se tacitamente que havia uma ameaça crescente à governabilidade do país (González, 1997). A guerrilha começou a dominar algumas regiões do território nacional. Nessa época expandiu-se e fortaleceu, debilitando o Estado, que ao mesmo tempo incrementava sua ação repressiva (Ortiz, 2006).

No governo de Turbay Ayala (1978-1982), foi promulgado o *Estatuto de Seguridad*, documento voltado para a redução das liberdades individuais e o aumento na severidade das

---

<sup>25</sup>Teve seu origem nos grupos de camponeses que reclamavam a reforma agrária.

penas para crimes relacionados a atividades guerrilheiras (Pizarro, 2006). Os resultados dessa postura implicaram numa crescente brutalidade na atuação militar em relação à população civil das regiões marcadas pelo conflito e uma reação desproporcional contra os membros da esquerda, afirma González (1997). Ocorreu, assim, a militarização do conflito por meio da expansão da atuação dos tribunais militares como parcela significativa do aparato judicial.

Durante o governo de Belisário Betancur Quartas (1982-1986), foi proposta como estratégia de pacificação, o processo de anistia aos guerrilheiros de forma incondicional<sup>26</sup>. Os guerrilheiros não eram obrigados a deixar as armas para se beneficiarem do plano de reabilitação e de reinserção social. Apesar da desconfiança de grupos guerrilheiros e da oposição das forças armadas, o plano rendeu frutos positivos, (Pizarro, 2006), uma vez que atraiu para o diálogo parte das FARC, em 1984, e em seguida, ao Movimento 19 de abril – M-19, que abandonou as armas em novembro de 1989. Porém a brutal Operação Antonio Nariño, popularmente conhecido como o massacre do Palácio de Justiça, em Bogotá, em 6 de novembro de 1985, decretando o fim de qualquer possibilidade de diálogo político com os grupos insurgentes.

Dado esses fatos, em 1986, o presidente Virgílio Barco lançou uma dupla ofensiva contra as forças insurgentes, consistindo na melhoria do aparelhamento das forças militares e policiais. Na mesma época, o assassinato de candidatos presidenciais, e com especial notoriedade o do candidato Luis Carlos Galán, que se preparava para concorrer nas eleições de 1990, colocaram em evidência a incursão do crime organizado, vinculado com o narcotráfico na esfera política, sabidamente, o Cartel de Medellín, comandado por Pablo Escobar.

Nessa década, a violência contra a população civil sentiu-se com rigor nas principais capitais da Colômbia, ocasionando diversas sensações de insegurança humana. Os cartéis das drogas empreenderam ações de barbárie em áreas povoadas, em diversos centros de atenção policial (CAI) e edifícios, no intuito de pressionar o Estado para impedir o avanço nos processos de extradição.

Inicia-se assim um novo ciclo de violência no país (Salazar, 2005:126) fase na qual, com o auxílio de especialistas norte-americanos, o governo empreendeu uma grande ofensiva contra os líderes dos cartéis da droga, implicando na modificação legal da constituição e em uma declaração de guerra, especialmente, quando se ratificaram compromissos de extradição com Estados Unidos (Pizarro, 2006). Atitude que foi violentamente contestada pelos cartéis de Medellín e Cali, assim como por outros cartéis atuantes na região da Costa Atlântica e de Boyacá, que significaram violentos ataques à população civil e a diversos organismos

---

<sup>26</sup> Ver a esse respeito Centro de Memoria Histórica Colombiana. Universidad Nacional de Colombia.

públicos. A militarização do conflito ocorre nesse pano de fundo (Centro de Memória Histórica Colombiana, 2001).

Torna-se relevante destacar que desde os anos de 1980 é perceptível a hibridação de atores (Ortiz, 2006), a expansão territorial da guerrilha para conseguir financiamento a partir de cultivos ilícitos, que provocam a expulsão de camponeses de suas terras e o narcotráfico, sem deixar de lado “*sequestros e extorsões*” (González, 2006). Assim, cada vez mais se imprime maior violência à população, especialmente nas áreas longínquas do poder central.

Um dos temas mais delicados neste último e mais recente contexto da história colombiana é o das “entidades híbridas” que têm surgido da ação das guerrilhas e do narcotráfico, tal como destacado por Poletto (2009:47), e que vêm se somando ao terrorismo e aos cultivos ilícitos já existentes. Para esse autor resulta evidente que tais fatos implicassem na elaboração de “uma agenda política explícita com atividades ilegais voltadas para o lucro por meio de elevado grau de violência”. As FARC dessa forma se convertem em um caso paradigmático dado seu envolvimento com o mercado de narcóticos, que é traduzido “em um poderio econômico que nem sempre é capitalizado para sua causa política”, como afirma o citado autor. É conhecido que essas questões causaram uma alteração uniforme ou constitutiva ao interior das FARC, motivo pelo qual, e especificamente após 11 de setembro, seu vínculo com o terrorismo passa a se definir de forma contundente, de tal maneira que tanto as FARC como o ELN passam a ser considerados pela maior parte dos Estados grupos terroristas, implicando em uma política externa específica para o tratamento dessa situação.

### **2.3.1 Da Guerrilha à simbiose com o narcotráfico**

Estudiosos como Ortiz (2006), Cornell (2007:213-217) e Pizarro (2006:134) destacam a promiscua relação existente entre os cartéis da droga, a subversão, os cultivos ilícitos e a violência que azota a república colombiana. Para Cornell, há uma enfática relação que se estabelece entre insurgentes e criminosos, o que possibilitaria uma mutação motivacional de grupos originalmente movidos por ideologias políticas, que logo mudam o caráter de suas organizações. Essas relações são facilmente comprováveis ao comparar o domínio do território colombiano na Amazônia, justamente com fins de ampliar os plantios ilícitos, além de buscar o fortalecimento das linhas de combate, sendo as áreas de fronteira pontos estratégicos para saída da cocaína e outros entorpecentes. Na análise de Pécaut (1997) se coloca em relevo que se trata de uma guerra de algumas minorias contra o conjunto da sociedade, e foi sobre essa perspectiva que o presidente Andrés Pastrana (1999 a 2002) se referia aos contínuos confrontos entre setores da sociedade e as forças armadas do Estado. Autores como Alex Schmid (2005:12) e Poletto (2009:223) incorporam um elemento ao

conflito colombiano que está relacionado à guerra contra o terrorismo, particularmente associada ao narco-terrorismo. Do mesmo modo, derivado das dinâmicas dos atores geradores da violência no país e fazendo uso da memória histórica, Pizarro (2006) analisa o conflito colombiano como uma guerra ambígua, de longa duração, que vem se transformando na mesma intensidade que os atores e as ideologias insurgentes mudam. Nesse mesmo sentido, Ortiz (2006) manifesta que a guerrilha colombiana tem passado por um processo de mutação em seus objetivos e interesses. É visível então, que a Colômbia atravessa por um confronto armado complexo, antigo, de cunho ideológico e ambíguo. Para Pizarro (2006:32)

É uma metamorfose que se faz patente no cenário internacional no qual se desenrola: se a lógica da Guerra Fria determinava o conflito nas décadas de 1960 e 1970, hoje ele se inscreve nos marcos da guerra mundial contra o terrorismo e o narcotráfico (Pizarro, 2006:32).

Embora sem ter a pretensão de discutir a definição mais precisa para entender o conflito colombiano, neste trabalho concorda-se com Pizarro (2006:41) quando assevera tratar-se de “um confronto armado interno/internacionalizado, irregular, prolongado, com raízes ideológicas e situado em algum ponto intermediário entre um conflito de baixa e média intensidade”.

Essa definição leva em consideração diferentes momentos históricos do conflito e os atores que intervêm no processo de violência no país. De uma parte, o Estado, e da outra, diversas forças paralelas ao poder do Estado, no qual, embora não abordado neste estudo também estão presentes como atores do conflito as forças paramilitares.

Paralelamente, os braços armados do Estado colombiano têm executado diversas operações para inibir o avanço territorial desses atores, mas também têm vitimado a população, daí que se fale que o conflito colombiano, trata-se de uma guerra contra a população, e mais do que isso, contra sua segurança humana, ideia aqui defendida. Disso tudo deriva um dilema, quando pensa-se no Plano Colômbia.

Constitui um problema para o mundo os treze milhões de pessoas (mais da metade nos Estados Unidos) que, segundo o Escritório de Crime e de Drogas das Nações Unidas – UNDCP – são viciadas em cocaína. Para os Estados Unidos, são um problema os cinquenta mil cidadãos que morrem todo ano no seu território devido ao tráfico de drogas; e esse país precisa preocupar-se com o fato de que 80% da cocaína e 50% da heroína que ingressa no seu território provêm da região andina (UNODC, 2014:15-17). Mas esta é apenas uma parte da tragédia. Para países como Colômbia, Peru e Bolívia constitui também um problema social que camponeses cultivem a folha de coca, ora por falta de melhores condições econômicas, ora pela pressão dos narcotraficantes, caso específico da Colômbia, onde a população local,



muitas vezes é forçada a cultivar a folha, em troca da preservação da sua vida e da sua família (Pizarro, 2006:98); Ortiz (2006:17). Em outra dimensão, a guerra contra os narcóticos que se desenrola no território colombiano e as consequências dessa guerra: mortes, contaminação ambiental, deslocamentos forçados, fome e instabilidade política e social. Assim, o problema é de todos e lesa fortemente a dignidade humana e a tem tudo a ver com a garantia da segurança humana. Aspecto que foi pouco considerado no Estado colombiano devido, de uma parte a um problema de segurança estatal. Nesse caso fica evidente o vazio que deixa a teoria, porque um Estado incapaz de prover segurança a sua população é falho.

A recessão econômica que assolou o país sem que as propostas de reformas agrárias tenham sido postas em marcha, ou políticas de melhoria social, levaram a muitos camponeses, que perderam suas terras, a somar-se ao número de vítimas desse conflito interno. Os deslocados por causa dessa guerra cresceram a cada ano e não apenas sofreram as consequências da violência em seus lugares de origem, mas a própria violência de sentir-se deslocado em seu próprio país. Marginalizados, entraram nas estatísticas de colombianos que integravam os cordões da miséria ou que migraram a outros países.

Nesse aspecto merece destaque as análises do Centro de Memória Histórica Colombiana (2003:104-107) quando assinala que um elemento do conflito colombiano é a concentração fundiária. A histórica concentração latifundiária deu origem a um processo constante de colonização camponesa da periferia, distante do alcance da regulação estatal e esse fato e condições favoreceram a insurgência armada, sendo que, o surgimento de grupos guerrilheiros é coincidente com a geografia da colonização aluvial e anárquica, tal como afirmado por Jaramillo (1987) apud González (2003:36).

Existe convergência de opiniões quando se assinala que o caso de violência colombiano é atípico, fato que o faz merecedor de análises diferenciadas. O fortalecimento dos cartéis da droga, com maior visibilidade nos anos de 1980, sua incursão na política, as violentas manifestações contrárias ao projeto de extradição e sua participação difusa na economia legal e ilegal são apenas umas dos elementos que lhe dão tal característica. Por outro lado, tem-se o caso das guerrilhas, as mudanças no contexto mundial referentes ao comunismo e o fato de ser o narcotráfico fonte de financiamento da guerrilha, além da quebra do diálogo com o governo. Todo esse quadro teve consequências no plano interno e reflexos fora do país, durante as décadas de 1980 a 2000.

A despeito do progresso da guerrilha na década de 1980, a qual lhe prenunciava um “caminho luminoso” o panorama na década de 1990 era sombrio (Pizarro, 2006:70), tanto por pressões internas como por mudanças na arena internacional. De fato os ataques da *Coordinadora Guerrillera Simón Bolívar* (CGSB), durante o governo de César Gaviria,

criaram a indignação cidadã com intensas manifestações públicas, rejeitando os brutais ataques da guerrilha à população civil<sup>27</sup>. Muitos estudiosos dos conflitos colombianos assinalam esse momento como o mais crítico, porque o país vinha padecendo a violência dos cartéis e paralelamente diversos ataques por parte da guerrilha à população de forma indiscriminada realizaram-se, porém sendo os camponeses e afrodescendentes alvos constantes nessa contenda, que, buscava além de impartir o terror, também, a expansão e o domínio territorial.

Desse modo, assevera Pizarro (2006:73), pelas pressões da população no cenário interno, quatro dos seis componentes da CGSB aceitaram o clamor nacional a favor da paz<sup>28</sup>; a CGSB que jamais passara de ser um precário aparato para a discussão de comunicados dos grupos guerrilheiros, se dissolveria em 1992”. Assim, “paulatinamente, mas também devido a diversas razões de ordem política, extinguiram-se as Frentes Políticas”. Diante desse panorama adverso, manifesta Pizarro (2006) tanto no plano nacional como internacional e arcando com seus próprios fracassos, bem como com a morte de Jacobo Arenas (seu líder político) as FARC decidiram pela desistência em abrir perspectivas democráticas e em conquistar espaços constitucionais para o desenvolvimento da atividade política. Isso aconteceu após este grupo reunir-se na sua VIII Conferência, onde a decisão tomada apontou “para o engajamento total na guerra revolucionária, cancelando todas as opções políticas legais e apostando na força das armas” (Pizarro, 2006:71). Outras das decisões ali tomadas foi pela desistência do diálogo com o governo; “dorovante a luta pelo poder seria travada pela criação de um governo de reconciliação e reconstrução nacional” (...) Diante desse panorama “as FARC estavam dando adeus à política” (Ibidem:72).

A partir desse momento, como será explanado nos capítulos posteriores, essas decisões tiveram consequências de profundo impacto no futuro do país, e na forma de resposta estatal aos problemas enfrentados com as guerrilhas, assim como com as organizações do narcotráfico. Nesse contexto, faz-se necessário mencionar o processo de hibridação surgido entre o narcotráfico e a guerrilha, sendo as palavras de Camilo Echandía, especialista no assunto, bastante esclarecedoras:

*En el caso de las FARC, a partir de la Séptima Conferencia en 1982, se adoptó una estrategia de crecimiento basada en el desdoblamiento de los frentes existentes; se determinó entonces que cada frente sería ampliado a dos hasta conseguir la creación de un frente por departamento y para ello se prioriza la diversificación de las finanzas. En cuanto a los determinantes financieros que hicieron posible el aumento de frentes, en la primera mitad de la década de los ochenta la coca juega un papel decisivo. Los recursos derivados de la coca hacen posible el número creciente de frentes que se*

---

<sup>27</sup>Ver a esse respeito Quintero (2000) Disponível em <http://www.eltiempo.com/archivo/documento/MAM-22725>. Acessado em junho 16 de 2014.

<sup>28</sup>Coordinadora Guerrillera Simón Bolívar (CGSB)

*consolidan en los departamentos de Meta, Guaviare y Caquetá. Así mismo, las FARC se vinculan a esta actividad en los departamentos de Putumayo, Cauca, Santander y en la Sierra Nevada de Santa Marta (2004:35).*

De acordo com as análises de Pizarro (2006) quando as FARC optaram pela criação de um governo de reconciliação e reconstrução nacional, essa decisão derivou em duas consequências: de um lado, o afastamento das FARC em relação ao PCC e outras manifestações da luta política institucional, ou seja, o abandono da doutrina da combinação de todas as formas de luta revolucionária, legais e ilegais; e por outro lado, o propósito de recorrer a diversas formas de financiamento para acelerar a construção do exército guerrilheiro e agudizar a conflagração armada.

Após intensos combates entre o Estado e as forças insurgentes, espalhadas por todo o país, em 1996, as FARC cancelam todas as ações na esfera político-eleitoral, e dão início a uma expansão crescente. Pizarro (2006: 71-72) é enfático ao salientar que, nesse contexto, um dirigente do PCC afirmaria que o destino do partido estava liquidado: “Era muito difícil manter viva e pujante uma força política legal que não podia dissimular sua identidade ideológica como uma organização submersa dos pés à cabeça na guerra”. Esse autor afirma também que em meados da década de 1990 o PCC dividiu-se “entre os que passam à clandestinidade e os que permanecem na vida legal; estes, após quatro décadas de orientação de uma luta armada de inspiração comunista, perdem inteiramente sua capacidade de influência sobre o movimento armado”.

Por tudo o anteriormente colocado, pode-se afirmar que o conflito colombiano passou por uma evidente transformação. Nas palavras de Pizarro (2006:74) “de um confronto armado interno, em trânsito, para um conflito regional complexo”.

Para finalizar esta parte, mister é lembrar a ingerência crescente de Washington e do cerco militar às fronteiras terrestres colombianas por parte das nações vizinhas. É fato que a intervenção americana nos assuntos internos da Colômbia foi interpretada como uma ameaça ao continente (Castro, 2009; Santos, 2009; Yepes, 20013).

A toda essa crítica situação se somou os escândalos de corrupção no governo, nas forças armadas e em outros estamentos do Estado (Pécaut, 2001:170). A imagem do país já abalada pelo narcotráfico e a violência colocava em evidência a falta de capacidade estatal para lidar com seus problemas domésticos, situação que exigia cooperação externa.

Em esse último aspecto é pertinente incluir a reflexão de Yepes (2013:200) sobre o conflito e acerca do transbordamento da crise colombiana e as escassas propostas dos seus países vizinhos.

*¿Qué propone Latinoamérica frente a los problemas que la amenazan, como el narcotráfico, el crimen organizado, la trata de personas, el terrorismo internacional y la inestabilidad política? ¿Realmente son algunos de estos asuntos problemas para la*

*estabilidad de la región? ¿Qué países le dan relevancia a la discusión en torno al narcotráfico, al terrorismo y a la delincuencia organizada? ¿Será que a estos temas que se encuentran dentro de la agenda internacional debe restársele importancia global para que pueda tratárseles como temas de la agenda regional y local? ¿Estados Unidos es el único responsable de las amenazas que aparecen en la zona de América Latina, y en consecuencia, se le debe aislar de su participación en la solución de dichos fenómenos? ¿Los Estados latinoamericanos pueden presentar una propuesta de esquema de seguridad regional, dentro de una estructura de sistema multipolar, a fin de maximizar sus capacidades estratégicas y reducir en un mismo grado las capacidades de otros Estados? (Yepes, 2013:3).*

Como se vê, a complexidade de tal situação, indica a necessidade de realizar um corte espaço-temporal para tratar do tema dos cultivos ilícitos na Amazônia e posteriormente do Plano Colômbia, para, em seguida, tratar dos momentos de tensões diplomáticas.

### **CAPÍTULO III – Cultivos ilícitos, narcotráfico, guerrilha: externalidades na área de fronteira Amazônica Colombo-equatoriana**

Este capítulo objetiva num primeiro momento abordar o tema da produção de cultivos ilícitos e o narcotráfico nas áreas de fronteira andino-amazônicas. Tentar entender este quadro é de vital importância para a compreensão posterior do Plano Colômbia, tema relevante neste trabalho já que guarda estreita relação com as políticas norte-americanas na luta por combater o terrorismo e o narcotráfico.

Nesse contexto, faz necessário analisar as opiniões sobre a pertinência do Plano Colômbia. Uma vez que, derivado dessa estratégia de combate a cultivos ilícitos, ao narcotráfico e à subversão armada, na primeira década de 2001, pode visualizar-se os efeitos do desbordamento de problemas internos. Além disso, sabe-se que dois eventos conflituosos acompanharam as dinâmicas regionais sul-americanas dando origem ao primeiro caso jurídico internacional que pode ser considerado um caso vinculado a aspectos de segurança humana e estatal, resulta importante elucidar as circunstâncias em que o processo se produziu, o que, paralelamente, também permitirá abordar um segundo conflito derivado da estratégia adotada pelo Estado colombiano no marco do Plano Colômbia no combate à subversão e ao terrorismo.

#### **3.1 A tradição cultural e as plantações de Coca**

O ancestral cultivo da planta de coca<sup>29</sup>, o qual se desenvolve nas regiões de floresta de altitude e de nevoeiro (Geoamazônia, 2008:83), passou a ser considerado um delicado e crescente problema no contexto amazônico. O aumento significativo desses cultivos em finais da década de 1970 e a atuação de diversas organizações paralelas ao poder do Estado, começaram a mostrar uma dinâmica societal inquietante na região amazônica que exigia atenta vigilância dos Estados.

Junto à expansão dos cultivos de coca, somaram-se outras culturas, como a da papoula, ambas destinadas à fabricação de entorpecentes. Além disso, a atuação do crime organizado e do narcotráfico nas áreas de fronteira dos países andino-amazônicos, bem como a presença e

---

<sup>29</sup> Distintas tribos indígenas da Bolívia, Peru e da Colômbia desde tempos ancestrais fazem uso da coca. Atribuem-lhe grandes valores religiosos e curativos. Sua folha também era utilizada para evitar a fome. *Tierra profanada: Impacto de los Mega proyectos en Territorios Indigenas de Colombia*. HREV. 2008. Disponível em: [http://www.mamacoca.org/docs\\_de\\_base/Cifras\\_cuadro\\_mamacoca/HREV\\_Tierra\\_profanada\\_2\\_cultivosilicitos.pdf](http://www.mamacoca.org/docs_de_base/Cifras_cuadro_mamacoca/HREV_Tierra_profanada_2_cultivosilicitos.pdf). Acessado em 005/06/2013.

atuação violenta de grupos subversivos no espaço amazônico colocaram em pauta novas e velhas discussões a respeito da segurança regional e da segurança humana.

O aumento dos cultivos ilícitos e do narcotráfico em países produtores de coca, como Bolívia, Colômbia e Peru, teve significativas repercussões sociais, ambientais e de segurança (no seu conceito tradicional), as quais têm gerado sérias preocupações tanto em nível local como regional, tanto pelos impactos transnacionais dessas dinâmicas, quanto pela sempre temida ameaça de intervenção dos Estados Unidos na região.

No caso do conflito interno colombiano, a associação das guerrilhas colombianas ao terrorismo e ao narcotráfico potencializa essas ameaças. Com isso, um olhar atento do governo norte-americano na América do Sul se fez presente.

Elucidar as circunstâncias em que este processo se produziu é o objetivo central deste trabalho. Busca-se analisar o papel das instituições criadas no âmbito da cooperação regional, pelo que se torna fundamental conhecer o cenário regional e as principais dinâmicas mundiais em que o Plano Colômbia foi concebido.

### **3.2 Vulnerabilidade das Fronteiras Amazônicas**

Equador e Colômbia dois países andino-amazônicos cujas relações diplomáticas tradicionalmente foram pacíficas, viram-se envolvidos recentemente numa série de controvérsias as quais deixaram principalmente ao descoberto problemas muito sérios que se alastram, há décadas, na Amazônia Continental, e que são agravados pela existência de forças paralelas ao poder do Estado, cujos negócios transitam pelas redes do narcotráfico. Some-se a isso, a falta de percepção de que os problemas locais afetam a região como um todo, a pouca articulação política dos países vizinhos, assim como a corrupção, que terminam por induzir o fortalecimento do crime organizado, da violência, da insegurança humana e da insegurança ambiental na região; além de colocar em risco a paz regional.

A existência de comunidades e indivíduos afetados ou fragilizados (econômica, social, política ou ambientalmente) constitui uma fonte de enfraquecimento dos níveis de segurança do Estado.

Foi essa desproteção das diferentes comunidades fronteiriças o que ficou em evidência com a implantação do Plano Colômbia, que, aunado à instabilidade interna vivenciada pela República colombiana e aos diferentes ilícitos na área de fronteira vinculados ao narcotráfico e às narco-guerrilhas, terminou por mostrar um complexo quadro social que não só afetou as relações cordiais com um país vizinho, como mostrou a existência de novas correlações para uma redefinição do tradicional conceito de segurança nacional.

### 3.3 O flagelo da pobreza, os cultivos ilícitos, o narcotráfico e as narco-guerrilhas

No cenário internacional, a Amazônia Continental é conhecida como uma região com notável destaque ecológico e ambiental. Raras vezes é considerada como um espaço de rica diversidade étnica, cultural e linguística, prevalecendo uma visão de vazio amazônico ou de vazio demográfico.

O fato dos próprios países amazônicos estarem de costas para essas áreas, alimenta tal visão. Salvo localizadas exceções, persiste entre os países uma visão periférica sobre suas áreas amazônicas. O resultado disso tem sido erros nas políticas públicas, baixo investimento na saúde, na educação, na segurança, em obras de infraestrutura, na preservação ambiental; além de comprometer resultados significativos na promoção de um desenvolvimento realmente sustentável. Concomitantemente, dessas carências emergem diversas atividades ilícitas e forças transnacionais capazes de afetar significativamente as relações sociais e ambientais.

A existência de grandes sistemas naturais, abundante riqueza biológica, mineral, florestal e hídrica, contrasta com a pobreza, quase generalizada, da sua população. Os baixos índices de desenvolvimento humano nas regiões amazônicas são evidentes se comparados ao resto de seus países (Aragón, 2007; Geoamazonia, 2008). O desemprego e o analfabetismo são comuns na maior parte dos Estados Amazônicos.

As atividades econômicas não diferem muito, concentram-se no extrativismo (vegetal e mineral) e na agropecuária. Como se sabe, os lucros dessas atividades não chegam até a população, devido ao qual, paralelamente, são realizadas atividades clandestinas (contrabando de gemas, biopirataria, cultivos ilícitos, tráfico de armas, pessoas e entorpecentes) (Procópio, 2005; Pizarro, 2006; Vaz, 2008).

Nesse espaço regional, de dimensões continentais, com uma superfície total de 13.598.187 km<sup>2</sup>, isolado geograficamente por enormes rios e florestas, prevalecem condições de isolamento não apenas físicos, mas político. Essas condições e características tornam, por sua vez, vulneráveis as fronteiras, permitindo que na imensidão amazônica coexista um variado número de atores, além dos Estados nacionais, atuando com fins lícitos e ilícitos. Por outro lado, a incipiente presença do Estado contrasta com a atuação de robustas organizações criminosas que impõem violência e terror, atuando para além das fronteiras e dedicadas entre outras atividades ilícitas ao narcotráfico<sup>30</sup>.

---

<sup>30</sup> Uma lista bastante detalhada de atividades e negócios ilícitos é apresentada por Procópio (2007:206-2010). O autor faz referência, por exemplo, às extrações ilegais de ouro e pedras preciosas entre as quais diamantes, muitos deles extraídos de áreas indígenas. Indica um crescimento no contrabando de todo tipo de gemas, aumento no tráfico de pessoas, armas, e drogas. Junto a isso, destaca a corrupção nas áreas de fronteira dos países

A insurgência armada, caso específico de Colômbia e Peru, aumenta os índices da violência em seus Estados. Em tais circunstâncias, alterações culturais e sociais ocorrem, afetando à população (grupos indígenas, ribeirinhos, castanheiros e coletores de sementes, entre outros povoadores), assim como modificações ambientais e econômicas de difícil quantificação, tanto local como transfronteiriçamente. Sem esquecer os impactos negativos na segurança humana e na segurança dos Estados, devido à atuação difusa de organizações criminosas entre as fronteiras.

Um fragmento de um relatório militar brasileiro<sup>31</sup> apud (Montana, 2012) descreve a crítica simbiose amazônica.

A atual problemática existente em diversas regiões do arco fronteiriço amazônico, da Guiana Francesa à Bolívia, envolvendo com maior ou menor intensidade, questões indígenas, garimpo clandestino, descaminho de recursos minerais, atividades de contrabando e de tráfico de armas, problemas fundiários, e, principalmente, a forte conexão existente entre a guerrilha alienígena e o narcotráfico criando o fenômeno da narcoguerrilha (particularmente no Peru e na Colômbia), ratifica a possibilidade da eclosão latente de crises que tenham no seu escopo o desencadeamento de conflitos onde estará em foco a defesa dos interesses vitais do Brasil na Amazônia, particularmente, a Soberania e a Integridade do Patrimônio Nacional (Montana, 2012:247).

A interligação desses problemas com a segurança regional e suas consequências sociais atingem de forma diversa as localidades e a região como um todo e, em maior grau as populações locais. Apesar disso, os problemas na Amazônia e suas dinâmicas não têm sido abordados de forma integrada e cooperativa pelos países fronteiriços. Contrariamente, as organizações criminosas vêm operando em redes sofisticadas com altos níveis de articulação.

Assim, resulta evidente observar que, sob diversas formas, a Amazônia colombiana e até continental constituiu-se em um espaço no qual ora interagem ora se confrontam, de um lado, os Estados Nacionais, ciosos de sua soberania, e, de outro, uma extensa gama de atores domésticos e internacionais, para os quais a região é, tal como assevera Vaz (2008:07) “antes de tudo, ou tão somente, um espaço de oportunidades para a realização de interesses em variados campos: do econômico, de onde provêm impulsos e processos cada vez mais vigorosos para o acesso a recursos, à segurança”, sendo que, a respeito dessa última, o que ressalta é a escassa presença dos Estados. Também deriva desse último aspecto, uma intrincada malha de problemas locais e regionais, provenientes dos cultivos ilícitos, do narcotráfico e da atuação de guerrilhas e redes criminosas, onde a segurança humana e a segurança estatal, regional e hemisférica constantemente estão sendo minadas. Em consonância com essa visão, um dos mais conceituados analistas do conflito colombiano e da

---

amazônicas e faz menção também à incipiente presença do Estado, em meio à formação de redes criminosas altamente sofisticadas.

<sup>31</sup> Relatório apresentado por motivo de um violento ataque das FARC a um regimento militar brasileiro, nas proximidades do Rio Trair, na década de 1990.



violência no país, Eduardo Pizarro Leóngómez, afirma que por décadas Colômbia foi definida pela comunidade internacional como um “país problema”. Nas palavras do autor, Colômbia de país-problema passou a ser percebido como fator de desestabilização regional. A erosão institucional e a grave crise humanitária pela qual atravessa o país, há décadas, são fatores que têm contribuído para a mudança de perspectiva.

Nas palavras de Pizarro (2006:195-196):

à medida que a instabilidade política do mundo andino como um todo começou a deteriorar-se, a tal ponto que acabou por converter-se na região mais vulnerável da América Latina; neste cenário de turbulências, a Colômbia passou a ser percebida como um sério fator de desestabilização regional.

Assim fica evidente que a incipiente presença do Estado, as características geográficas dos isolados espaços amazônicos e as condições de penúria nas quais vivem, em geral, as populações amazônicas<sup>32</sup> favoreceram a proliferação de cultivos ilícitos na floresta amazônica, especialmente nos países tradicionalmente conhecidos como produtores (Bolívia, Colômbia e Peru).

No caso da Colômbia, estudos nacionais como os do *Instituto de Planeación Nacional*<sup>33</sup>, o *Instituto Amazônico de Investigaciones Científicas*<sup>34</sup>, entre outros, têm produzido diversos relatórios que coincidem em indicar não apenas o avanço dos cultivos de coca, papoula, maconha como também de adormidera.

Há concentração dos cultivos ilícitos na região ocidental (departamentos de Guaviare, Caquetá e Putumayo), assim como na região oriental do país. Também fica evidente que, ao longo dos anos, a proliferação dessas plantações foi se ampliando para outras regiões do país, além da Amazônia. Essas dinâmicas vinculadas à hibridação de atores denotam, a transformação de dinâmicas sócio-econômicas e ambientais que vem ocorrendo nessas regiões e que estão diretamente relacionadas com aspectos que lesam a segurança humana e estatal. Por outra parte, é perceptível, como ilustra a figura No. 4, as regiões onde proliferam essas plantações ilegais são espaços territoriais de operação e domínio das FARC, o ELN e as AUC. Esse fato está estreitamente relacionado com a economia do narcotráfico desenvolvida pelas guerrilhas<sup>35</sup>.

---

<sup>32</sup> Sabe-se ao longo da história, a Amazônia foi centro de atração da população expulsa de áreas com limitada atividade produtiva e poucas possibilidades de emprego, ou, ainda, alvo da colonização promovida pelas políticas públicas (PNUMA, OTCA e Universidade do Pacífico, 2008:17).

<sup>33</sup> DNP (Departamento Nacional de Planeación). Política de bosques. Documento CONPES, No 2834. Bogotá. 1996.

<sup>34</sup> SINCHI (Instituto Amazônico de Investigaciones Científicas (SINCHI). Cultivos ilícitos e impactos socioeconômicos en la Amazonia colombiana. Bogotá. 1999.

<sup>35</sup> A esse respeito consultar: o Relatório: Las cuentas de las Farc, semana, 30 de Janeiro de 2005; Colombia's Civil War: Revolutionary Armed Forces of Colombia (FARC), sur. Disponível em: [www.cocaine.org.2003](http://www.cocaine.org.2003); El espectador, 2009: Decomisan cinco toneladas de cocaína de las Águilas Negras; Las Farc: El mayor Cartel Del Narcotráfico em El Mundo. Securempire.com.

Portanto, o que fica claro é que se trata de regiões onde a violência é constante devido aos diversos enfrentamentos entre o Estado e a subversão, entre as autodefesas e a guerrilha, entre a guerrilha e a população. E, ainda, que são regiões dominadas pela violência gerada por diversas facções vinculadas ao narcotráfico. Dessa forma, é impossível que possa haver garantias para que a população viva em segurança.

Todo o anteriormente exposto coloca em evidência que a falta de segurança estatal afeta de forma intrínseca a segurança humana, que é impossível de ser garantia em condições como as descritas. A segurança estatal da Colômbia, tem se dedicado ao combate dos atores não territoriais, porém propiciando índices de violência inusitados que são contrários aos preceitos da segurança humana.

### **3.4 Colômbia: entre a espada e a parede**

Do que foi exposto até aqui se evidencia a história de violência que perpassa à Colômbia, de guerras intestinas, que atravessam do século XIX para o XX, na sua história recente o país vem há mais de seis décadas suportando o flagelo da violência urbana e rural: guerrilhas, narcotráfico, terrorismo, forças paramilitares e corrupção. Esses são alguns dos ingredientes do coquetel que vitima a milhões de colombianos numa mistura de vários tipos de conflito, violência e atores diversos que fragilizam o Estado colombiano e cuja origem e causas históricas tentamos até aqui sintetizar.

A atuação e o envolvimento da guerrilha com o narcotráfico, sua presença e domínio numa porção extensa da Amazônia colombiana, a incapacidade por parte do Estado para lidar com esses atores e o incremento de cultivos ilícitos na Amazônia colombiana, veio a fortalecer e justificar programas bilaterais entre a Casa Branca e o Palácio de Nariño, para combater alguns desses problemas.

Nessa direção, acrescentando-se aos problemas ora mencionados é de se lembrar que durante o governo de Andrés Pastrana negociava-se a paz de forma infrutuosa. Além disso, em março de 1999, o assassinato de três antropólogos indigenistas americanos na Colômbia levou ao endurecimento da posição dos EUA em relação ao processo de paz que tentava Andrés Pastrana conseguir, sem resultados concretos e positivos. Em agosto desse mesmo, o subsecretário de Estado Thomas Pickering reuniu-se com Pastrana com fins de avaliar a situação do país, vista como caótica. A avaliação de EUA, conforme Castro (2009:50), “era de que o governo Pastrana havia sido muito permissivo com a guerrilha e que, se não mudasse sua postura, deterioraria as relações bilaterais”. Deve-se dizer, também, que esse

autor destaca “o interesse de outros países no processo de paz colombiano gerou apreensão e críticas nos EUA. Cuba, China e Irã foram os principais motivadores”.

Como resultado imediato daquela reunião, o governo colombiano apresentou uma versão preliminar do Plano Colômbia, desenhado em finais da década de 1990, programa de cooperação bilateral entre Estados Unidos e a República Colombiana com a finalidade criar e implementar medidas de combate ao período de violência inédita pelo qual o país começou a passar na década de 80, especialmente pelo combate do Estado aos cartéis das drogas, mas também agravado pela violência nas áreas tomadas pelas guerrilhas, em áreas específicas e consideradas críticas (região pacífica, região oriental e região amazônica).

A condição imposta pelo governo norte-americano era, de conformidade com Castro (2009:50), a “renarcotização da agenda política e foi aceita por Pastrana”. Dessa forma em 17 de setembro de 1999 foi apresentada essa estratégia de combate aos cultivos ilícitos, ao narcotráfico e à insurgência armada, conhecida pelo nome de Plano Colômbia<sup>36</sup>.

Esse caso concreto de pressão por um ator estatal forâneo à região também esteve acompanhado de pressões internacionais para que o conflito armado provocado pelas guerrilhas chegasse ao fim, apelava-se pelo cumprimento de direitos humanos e humanitários no conflito interno colombiano, isto mais promovido por ONGs.

Os concretos informes do aumento de cultivos ilícitos em várias áreas do país vinculando-os com a violência serviram de suporte para que aumentassem as pressões sobre o governo colombiano. Durante as décadas de 1970-1980 houve um gradativo incremento de cultivos ilícitos (coca, papoula, maconha) na Bolívia, Colômbia e Peru verificando-se nos dois últimos países extensas áreas com plantações de coca, inclusive em terras indígenas.

Estudos de Tenna (2000); Viaco (2001), Vargas (2004); Pizarro (2006); Santos (2006); Cornell (2007) e Geoamazônia (2008), entre outros estudos, coincidem em afirmar que nessa época houve um aumento significativo dos cultivos ilícitos, nesses países dando especial destaque a Colômbia. País que se tornou o maior fornecedor de entorpecentes que ingressavam aos Estados Unidos da América (Tenna, 2000; Cornell, 2007). Os estudos desse último autor indicam que tradicionalmente existiram cultivos de coca

---

<sup>36</sup> Ao Plano Colômbia foi destinado um pacote de 7,5 bilhões de dólares: 4 bilhões advindos do orçamento colombiano e o restante de outros países e instituições internacionais, dos quais 1,3 bilhão de dólares foi inicialmente concedido pelos EUA (Castro, 2009:51). Esse Plano previu o emprego de US\$ 416,9 milhões da ajuda dos EUA na criação de três novos batalhões do Exército destinados a intervir; para garantir diversas operações policiais e militares nos departamentos meridionais de Putumayo e Caquetá. A Região Amazônica foi foco central das operações, já que como se sabe, nessa área são vastos os plantios de coca, é uma zona amplamente afetada pela presença de grupos guerrilheiros e paramilitares, por tanto, de violência extrema. Dentro das estratégias de defesa e armamento, estava previsto o fornecimento de helicópteros, apoio logístico, inteligência e treinamento às forças armadas (CARVAJAL e PARDO, 2002:197-198).

na Colômbia, mas houve um gradativo aumento dessa cultura e de culturas exógenas como o ópio, por exemplo<sup>37</sup>.

Afirma Cornell (2007:214-216) que existe uma relação direta entre o incremento de cultivos ilícitos e a participação de grupos insurgentes com o narcotráfico<sup>38</sup>, as FARC, o ELN e as Forças Unidas da Colômbia (AUC) são atores relevantes nessa dinâmica, que se aduna a outro tipo de organizações criminosas dedicadas ao narcotráfico.

No combate às drogas e ao narcotráfico, sabe-se que Estados Unidos da América desde meados dos anos 1970 é um ator de peso. País que tentava inibir o uso de entorpecentes domesticamente e passou a ocupar-se de reforçar seu aparato de repressão aos narcóticos com políticas específicas. Desde 1973 foram notórios esses esforços e é justamente naquela época que foi criada a *Drug Enforcement Agency Administration (DEA)*. Essa agência, conforme Tenna (2000:16) “*acumulou as funções de cuidar da política antidrogas dentro do próprio país e das ações contra o narcotráfico no exterior*”. Dessa forma, o problema dos narcóticos, considerado um assunto de segurança nacional, ocupou lugar de destaque nas políticas domésticas norte-americanas nessa e nas décadas seguintes. Razão pela qual EUA passou a se fixar de forma mais acentuada no Estado colombiano (Pizarro, 2006; Echandía, 2003, Castro, 2009). País que, além de ser produtor de coca e outros plantios ilegais, mostrava as destemidas redes de narcotraficantes, atuantes em várias áreas da Colômbia (Pecaut, 2001), além disso, evidenciava um vínculo direto entre grupos insurgentes e o narcotráfico (Ortiz, 2005; Cornell, 2007; Yepes, 2013).

Por outro lado, a Colômbia era cenário, ao mesmo tempo, de conflitos internos; provocados pela insurgência armada e o terrorismo, de uma parte, e a atuação diversificada de redes criminosas, cujos negócios transitavam de forma direta ou indireta pelo narcotráfico, da outra parte (Vargas, 2004; Pizarro, 2006; Castro, 2006).

Tudo o supracitado faz com que os anos de 1980 sejam um momento de inflexão absoluto na dinâmica insurgente da Colômbia que coincide também com o fortalecimento do narcotráfico e a transformação das práticas de guerrilha. Fatos esses que induzem à transformação da cultura colombiana (Vieco, 2001) e da própria análise do conflito contrainsurgente (Rangel, 2003; Vargas, 2004; Yepes, 2013). E são essas mesmas condições que levaram ao governo colombiano a redesenhar sua política doméstica e externa de forma mais evidente nessa década (Rangel, 2003:3). Adicionalmente, as pressões de ONGs

---

<sup>37</sup> Durante as décadas de 1970-1980 houve um gradativo incremento de cultivos ilícitos (coca, papoula, maconha) na Bolívia, Colômbia e Peru verificando-se nos dois últimos países extensas áreas com plantações de coca, inclusive em terras indígenas. Estudos de Tenna (2000); Viaco (2001), Vargas (2004); Pizarro (2006); Santos (2006); Cornell (2007) e Geoamazônia (2008), entre outros estudos, coincidem em afirmar que nessa época houve um aumento significativo dos cultivos ilícitos, nesses países, dando especial destaque a Colômbia.

<sup>38</sup> Ver a esse respeito Cornell (2007).

proclamando a preservação da Cultura Indígena, nas áreas de plantio e controle da guerrilha, somavam-se à luta pela preservação da vida dos seqüestrados pelas guerrilhas como forma de pressão ao governo. Do mesmo modo, as ONGs pressionavam ao Estado colombiano pela maior transparência das operações e pela garantia dos direitos humanos.

Nessa época paralelamente durante o governo de Ronald Reagan a política de combate às drogas foi ganhando mais relevância na agenda interna e externa norte-americana (Tenna, 2000), sobretudo no que diz respeito ao seu relacionamento com a América Latina (Santos, 2006:180). Assim, sendo a Colômbia a fonte primária da cocaína que entrava nos Estados Unidos e palco de um conflito interno, irregular, prolongado e com raízes ideológicas, começaram a se elaborar estratégias de combate a esses problemas e atores paralelos ao poder do Estado. A estratégia andina, por exemplo, se encaminhou nesse sentido, abrangendo também a Bolívia e o Peru (Pizarro, 2006:76).

Durante o governo de George Bush, a mesma linha se manteve. Os problemas relacionados com os entorpecentes e o narcotráfico eram encarados como graves ameaças nacionais. Nessa direção, Martins Filho (2006:16), menciona que em um discurso de 1989, Bush declarou que “a mais grave ameaça doméstica que nossa nação enfrenta hoje são as drogas” e foi nesse contexto que, posteriormente, anunciou a Iniciativa Andina, com o fim de reduzir o montante de drogas que entravam nos Estados Unidos. Para alguns estudiosos, essa iniciativa marcou o início de significativo fornecimento de recursos aos países daquela área e selou a reorientação do interesse central dos Estados Unidos na América Latina – do comunismo na América Central para a guerra contra as drogas na Região Andina (Martins Filho, 2006:16-17; Echandía, 2003; Pizarro, 2006; Pieri, 2011).

Apesar dos esforços colombianos por erradicar e/ou controlar esses problemas internos, as décadas de 1980 e 1990 terminaram com episódios violentos devido a inúmeros combates entre os atores à margem da lei e do Estado, isso provocava pressões internacionais pela em virtude da proclamação dos direitos humanos e humanitários, como supracitado. Adicionalmente, na década de 1990 e na primeira década do novo século, os plantios de coca e outras plantas alucinógenas, como destacado anteriormente, aumentaram de forma considerável na região amazônica. Isso focalizava a região como uma área de visível atenção em termos de segurança local e regional.

Assim, em lugar de ser atacado e reprimido o problema do consumo nos Estados Unidos, passou-se a flagelar a Colômbia pelos poucos resultados conseguidos no combate à erradicação manual dos plantios ilícitos. Por outro lado, há que lembrar que na Colômbia, apesar da declarada guerra aos narcotraficantes nos anos de 1980, as áreas com cultivos ilícitos continuaram a aumentar (Pizarro, 2006). Estudos de Geoamazônia (2008:83)

verificaram que na Colômbia a área cultivada de 15.600 hectares de coca em 1985, passou para 85.750 hectares em 2005. Isso significa, conforme os estudos dessa entidade, “que a superfície cultivada com coca no país cresceu 4,5 vezes ao longo de 19 anos”.

Esse período de tempo coincide com a consolidação e fixação de grupos guerrilheiros na Amazônia colombiana<sup>39</sup>. Uma promiscua relação que surgiu entre o crime organizado e a insurgência, encontrando nos cultivos ilícitos e no narcotráfico novos meios de financiamento para a luta armada no país, além das extorsões e dos sequestros.

Nesse sentido as palavras de Rangel (2003) são esclarecedoras:

*Llegados los años ochenta hay un momento de quiebre absoluto en la dinámica insurgente en nuestro país. Esto coincide con el surgimiento del narcotráfico, que no es de ninguna manera casualidad, y coincide con la simultaneidad de una serie de bonanzas económicas. Unas ilegales, como la bonanza de la coca y, ulteriormente, la de la siembra de amapola en los páramos del país; y otras legales como la bonanza petrolera que se pensaba estaría en Arauca; la bonanza carbonífera, en regiones como el Cesar y en el Cerrejón; la bonanza aurífera, en otros sitios del país; la bonanza del cultivo de banano (Rangel, 2003:3).*

Um dado interessante apresentado por Vieco (2001), indica que até o final de 1980 os cultivos de coca e a expansão da área sob o domínio das guerrilhas na Amazônia oriental colombiana cresceu e se estendeu até os estados de Guianía e Vaupés; posteriormente, atingindo o estado de Amazonas em menor escala. Já na década de 1990, conforme aquele autor, essa dinâmica e seus conflitos chegaram à última fronteira, que era o estado do Amazonas vinculado às atividades ilícitas da guerrilha, que na época, controlavam quase 75% do espaço territorial colombiano.

Constatando o fato e incorporando um novo ator, importante no contexto do conflito armado, Pizarro (2006:146) afirma que “os movimentos guerrilheiros e grupos paramilitares incorporaram-se na década de 1980 ao complexo mundo do narcotráfico, desempenhando papéis diferenciados de acordo com as diversas etapas da cadeia produtiva do narcotráfico”. Esse autor destacou também que as guerrilhas, a partir de 1980, passaram de um estado de crescimento vegetativo a um processo de expansão exponencial, “isto relacionado à dupla dinâmica de extorsão dos produtores de coca, petróleo, ouro, banana e também, de modo cada vez mais intenso, ao vínculo direto com as diversas etapas produtivas presentes no narcotráfico” (Pizarro, 2006:129).

Com foco atento nas dinâmicas amazônicas alguns programas foram criados (o Programa de Monitoramento de Cultivos Ilícitos –PMCI- , por exemplo) e em 1998 com a UNODOC (Escritório de Controle de Drogas e Prevenção do Crime da ONU) se intensificou o monitoramento e localização de cultivos ilícitos. Através de sistemas de monitoramento foi

---

<sup>39</sup> Consultar Vieco (2001:s/d).

detectado o crescimento das plantações de coca na tríplice fronteira entre Colômbia, Peru e Equador. Em tal dimensão, o Departamento de Putumayo, fronteira com os dois países, foi considerado uma área crítica de expansão das plantações e de brutais conflitos. A localização e operação da guerrilha nessa área, tal como expõem as pesquisas de Vieco (2001 e Pizarro (2006), está diretamente associada à expansão dos cultivos ilícitos e à propagação da violência contra as populações locais, as quais eram desapropriadas das suas terras de forma violenta ou incorporadas à cadeia produtiva ou às atividades subversivas.

Ao considerar que a violência se expandia perante a interação de vários atores não territoriais a campanha presidencial de Andrés Pastrana propunha um Plano específico para a paz na Colômbia, com base na ideia de que os cultivos ilícitos eram um problema social e não criminal (Castro 2009). Assim, após a posse em agosto de 1998, as primeiras medidas foram normalizar as relações com EUA e iniciar o processo de paz. Dessa forma, criou uma zona de distensão no Caguán, localidade amazônica, para propiciar diálogos com a guerrilha. Essa postura teve boa acolhida do governo Clinton, mas foi visto que durante o governo Pastrana a situação do país era caótica e se exerciam pressões externas para que o governo colombiano tomasse medidas mais radicais de combate à insurgência armada e ao narcotráfico. Desse modo, paulatinamente, os contatos entre o governo Pastrana e as cabeças dirigentes das FARC se iniciaram. Cabe salientar que, como foi visto, o Plano Colômbia emerge da necessidade de ordenar e colocar idéias concretas que haviam sido plasmadas na campanha presidencial de Pastrana, referentes à consecução da paz. Logo, havia também, uma aparente obrigação da Casa Branca em ajudar e apresentar uma estratégia global e tangível perante o Congresso norte-americano e a outras instâncias governamentais, dentro dasquais se pudesse avançar rumo ao processo de paz, que via-se como possível.

Um dado de Castro (2009) indica que apesar das reservas quanto à criação da “zona de despejo” (zona desmilitarizada), funcionários do Departamento de Estados dos EUA se reuniram com membros das FARC na Costa Rica para debater sobre sequestros de norte-americanos e o envolvimento dessa organização com as drogas. Posteriormente, aconteceu o sequestro de Ingrid Betancour e críticas internacionais, sobre tudo da França, recaíram acerca da seriedade e credibilidade das negociações pela paz. Junto a isso, cabe destacar que vários combates fizeram crescer o número de vítimas na região amazônica, colocando em pauta a insegurança humana que se vivia na região. Tudo isso ocasionou severas críticas pela forma como a guerrilha lidava com seus prisioneiros, presos durante décadas, e obrigados a permanecer na selva colombiana em condições de grande precariedade. Muitas ONGs, defensoras de direitos humanos, sobre tudo nessa época, advogou por um trato diferente de como o conflito estava sendo conduzido.

Dessa forma e com tal pano de fundo, o Congresso de EUA aprovou o Plano Colômbia em julho de 2000. Conforme Castro (2009) na lei, em razão de preocupação de ONGs e de parlamentares, constam cláusulas condicionais de direitos humanos que devem ser averiguadas a cada seis meses. Até a aprovação do Plano Colômbia, a distinção entre combate às drogas e combate à insurgência era clara na política externa dos EUA, que visava apenas à primeira; todavia, na prática das operações militares, a ajuda americana era convertida em apoio à luta do governo colombiano nas duas frentes.

A preocupação em deixar clara a linha entre os dois tipos de combate, por parte dos EUA, era não aumentar as violações aos direitos humanos e às liberdades individuais advindas da militarização do conflito interno. Apesar dessa intenção, muitas críticas advieram. De uma parte, porque a implementação do Plano Colômbia provocou maiores e constantes confrontos entre o Estado e a guerrilha, aumentando os índices de insegurança da população. Da outra parte, porque as medidas de combate aos cultivos ilícitos trouxe consequências na saúde da população local e transnacional, devido às aspersões aéreas, bem como danos ambientais significativos, tal como será visto no capítulo quatro.

A atuação cada vez mais ousada e violenta da guerrilha e do narcotráfico, a presença de grupos armados à margem da lei em áreas de fronteira amazônicas, os ataques terroristas e a intensa onda de violência vivenciada no país, tendo como pano de fundo os acordos de extradição de narcotraficantes para Estados Unidos, incrementaram a observância de Estados Unidos na Colômbia<sup>40</sup>.

Essa situação se acentuou após os ataques do onze de setembro de 2001. De fato, na primeira década do século XXI, influenciada pelas mudanças da ordem internacional e pelos efeitos dos ataques terroristas de 11 de setembro, se intensificou a atenção sobre América do Sul, seus problemas e suas fronteiras. Nessa direção, Colômbia voltou a ser foco das atenções, quando em 2003, as forças insurgentes colombianas (FARC e o ELN) foram elevadas pelo Departamento de Estado Americano à categoria de organizações terroristas. A esse nível também foram elevadas as organizações paramilitares, comumente chamadas de “Autodefesas” (Rangel, 2003; Ortiz, 2006).

Tal como assinalado por Poletto (2009:43), a diferença entre guerrilha e terrorismo, “pode ser tênue em estágios avançados de ocorrência sistemática de atos terroristas”. Isso foi o que aconteceu no caso colombiano, uma vez que ocorre uma transformação de guerrilha em terrorismo quando há estrangimentos estratégicos e motivacionais. Nessa direção, Rangel (2003:19); Feldmann (2005:10); Ortiz (2005:18) e Pizarro (2006:26), afirmam que as forças

---

<sup>40</sup> Esses fatos possibilitaram uma ingerência norte-americana por convite, quando se assina o Plano Colômbia (Tickner, 2009). Isso por sua vez gerou grande desconfiança dos vizinhos da Colômbia.



revolucionárias da Colômbia – FARC – como atores relevantes da insurgência armada vêm se transformando, ora nos seus ideais, ora nas suas medidas táticas de guerra. Dessa forma, na medida em que um grupo guerrilheiro abandona certas características, regras e limites, atentando contra a vida de civis e almejando clima de terror generalizado, aproxima-se do terrorismo (Feldmann, 2005; Ortiz, 2006; Poletto, 2009). Por outro lado, há que lembrar que nos anos de 1980 houve uma hibridação de atores e de táticas que impuseram terror à população colombiana, violando sua segurança humana. O uso de táticas terroristas por parte de grupos de narcotraficantes foi enfática, e isso originou dois conceitos que se popularizaram ao se falar da situação de guerra na Colômbia “narcoguerrilha e narcoterrorismo (Rangel, 2003; Pizarro, 2006; Williams, 2007; Poletto, 2009).

Nesse quadro complexo de atores e conflitos internos, a Colômbia passou a ser amplamente pressionada<sup>41</sup> existindo um evidente nexos entre atores transnacionais heterogêneos e problemas locais. No caso colombiano, essas dinâmicas como visto, aconteceram num contexto mundial de transformações e, nesse pano de fundo, é implantadoo Plano Colômbia. Estratégia que desencadeou diversas e sérias tensões diplomáticas ao longo da primeira década do século XXI entre o Equador, a Venezuela e a Colômbia e um litígio internacional inédito na América do Sul relacionado com a periculosidade das aspersões aéreas, como mecanismo de combate aos cultivos ilícitos, na área de fronteira entreEquador e a Colômbia. Temas esses a serem tratados no capítulo a seguir.

---

<sup>41</sup> Nesse sentido, ver Santos (2006:170) citando Vélez Quero (2003).

## CAPÍTULO IV – Transbordamento dos problemas domésticos colombianos

Num ambiente praticamente de isolamento político regional a Colômbia enfrentou por décadas seus problemas internos sozinha. Os seus vizinhos optaram por se manterem firmes na política de não ingerência nos problemas domésticos colombianos. Além disso, a dinâmica política regional sul-americana na década de 2000, caracterizada pelo predomínio de governos de esquerda, evitava a proclamação da insurgência armada colombiana e do paramilitarismo como atores terroristas.

No caso concreto da Venezuela<sup>42</sup> e do Equador o apoio à guerrilha era público, em ocasiões, e a postura dos governos era a favor da beligerância das FARC e do ELN. Nos anos de 2008 foram comprovados vínculos muito estreitos entre esses dois governos com as FARC<sup>43</sup>, caindo em descrédito, sobre tudo, a neutralidade de Chávez no processo negociador dos processos de Paz, como poder ser constatado no trabalho jornalístico investigativo do Jornal RCN<sup>44</sup>. Todos esses fatos ocasionaram uma situação de tensão no início do novo século, desencadeando desde agressões verbais até uma crise regional tácita.

Como foi visto, o Plano Colômbia emerge numa nítida situação de violência e incapacidade estatal para lidar com a mutação da guerrilha e o vínculo dos diversos atores paralelos ao poder do Estado com o narcotráfico. Essa proposta, que entre outras questões estratégicas passou a incluir uma multiplicidade de ações, que compreendiam ajuda específica a projetos de aspersão de plantios ilícitos, atividades de inteligência e apoio a operações de interdição terrestre, aérea e ribeirinha (Pizarro, 2006), implicou também no fortalecimento das forças armadas colombianas.

### 4.1 Visão nacional e internacional do conflito colombiano

Mesmo com uma situação que justificava o apoio norte-americano à república colombiana, o Plano Colômbia não foi visto com bons olhos pelos países da América do Sul,

---

<sup>42</sup> Ver: minuto 1.32 e 4,2 do jornal la Noche (RCN) indicando os aportes da guerrilha à campanha presidencial de Correa, pelo montante de 400 mil dólares. Informação disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=8IeYyGlekHE>.

<sup>43</sup> Em Bogotá, o 2 março de 2008, o Governo de Colômbia publicou ter no seu poder documentos que comprometem ao governo do presidente equatoriano, Rafael Correa, de ter certos "vínculos" com a guerrilha das FARC e que demonstram o apoio do Equador à guerrilha e da guerrilha à campanha presidencial de Correa. O diretor da Polícia de Colômbia, General Oscar Naranjo, ratificou ao portavoz internacional que essa informação está contida num dos três computadores apreendidos pelo cabeça número dois das FARC, Raúl Reyes, morto em território equatoriano, numa ação militar colombiana. Naranjo falou da existência de um documento, elaborado por Reyes e dirigido ao mando de las FARC, no qual se detalla que o "*ministro de Seguridad de Ecuador, Gustavo Larrea, en nombre del presidente del Ecuador, tiene el interés de oficializar las relaciones con la dirección de las FARC*". Ver imagens dessa notícia em: [www.youtube.com/watch?v=jiNHLGa3bMk](http://www.youtube.com/watch?v=jiNHLGa3bMk).

<sup>44</sup> Ver minuto 2, 56 - noticiário RCN publicado em 2009- Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=8IeYyGlekHE>.

tanto por questões relacionadas com o trato soberano de cada país a seus conflitos internos, como pelas consequências imprevistas da ingerência de atores externos à região, sabidamente, os Estados Unidos da América.

A Amazônia colombiana, peruana e boliviana, pelos diversos atores e dinâmicas vinculadas a ilícitos, a saber, grupos subversivos, paramilitares e narcoguerrilha, passaram a ser uma área de atenção especial. De modo que, as áreas de fronteira com a Colômbia tornavam-se cada vez mais vulneráveis à ingerência norte-americana, fato que causou desconforto regional quando anunciado o Plano Colômbia, preocupando especialmente a países como Brasil e Venezuela, que viam com desconfiança a ingerência de países externos em problemas locais.

É sabido que grupos armados ilegais colombianos usam as zonas fronteiriças como retaguardia e como espaço de abastecimento e descanso. Nesse sentido, tal como apontado por Moreano Urigüen (2000):

*La presencia de las Autodefensas Unidas de Colombia (AUC) y de guerrillas como las Fuerzas Armadas Revolucionarias Colombianas (FARC) y el Ejército de Liberación Nacional (ELN) en las cabeceras municipales fronterizas y las operaciones de la fuerza pública en la zona indican que el control del cordón fronterizo es clave para acceder a importantes recursos ocupados en la guerra (Moreano Urigüen, 2000).*

Disso se deduz que a situação fronteiriça da Colômbia em relação a Panamá, Equador, Peru, Venezuela e Brasil, é bastante sensível a dinâmicas que agravam o problema da subversão, potencializando impactos de toda ordem<sup>45</sup>. Dessa situação se depreendem duas posturas nítidas em termos regionais e que aqui se denominou como externalidades da implementação do Plano Colômbia e o transbordamento do conflito interno.

Por um lado, a postura oficial dos países vizinhos de se abster de intervir em problemas domésticos. Pelo outro lado, uma relação financeira estreita entre a guerrilha e as campanhas presidenciais, comprovadamente a de Rafael Correa.

As pressões do governo colombiano à guerrilha intensificaram-se em finais de 1999 e isso provocou o trânsito de pessoas e a permanência nas áreas de fronteira, dos guerrilheiros, especificamente na Venezuela e no Equador. Isso provocou um claro desconforto ao governo colombiano, dado os vários pedidos de ajuda aos seus países vizinhos de colaboração policial e de restrição nos seus territórios nacionais (Lair, 1999).

O fato das principais guerrilhas no país serem consideradas guerrilha e não terroristas, até 2001, justificava o apoio a essas organizações por parte dos vizinhos. Por outro lado, associada à defesa da Amazônia, proliferaram as percepções brasileiras sobre a ameaça de

---

<sup>45</sup> Ver Hernán Moreano Urigüen: Las Implicaciones Del Conflicto Interno Colombiano.

ingerência, enquanto ficou evidente que os países vizinhos da Colômbia, com relativo peso regional, isolaram o país com seus problemas domésticos, minimizando a importância das forças transnacionais atuantes em suas fronteiras, as guerrilhas, e a gravidade das possíveis consequências sociais de outro grave problema, o narcotráfico.

A cooperação internacional para dar conta de parte desses problemas veio concretamente de Estados Unidos, assim se concretizando o Plano Colômbia, malgrado a visão visível de desconforto sul-americana pela ingerência estrangeira num conflito considerado doméstico, mas que pela brutalidade da violência e pelo número de vítimas, tornava-se necessária uma medida concreta.

Contudo, cabe reconhecer também que, tal como salienta Santos (2006:170), os esforços dos EUA no sentido de internacionalizar a sua política de combate às drogas nunca estiveram relacionados somente a um problema de saúde pública mundial, mas atendia também a objetivos diplomáticos, geopolíticos e comerciais.

Para Santos (2006:170), decorre daí a Diplomacia das Drogas, conduzida por estrategistas de relações exteriores dos EUA. Não é à toa, manifesta esse autor, que em vários momentos do século XX e início do XXI, o Departamento de Estado norte-americano procurou associar o tema do tráfico de drogas com a criminalidade, o comunismo e o terrorismo, justificando assim possíveis intervenções externas estratégicas.

Nesse sentido, cabe destacar que, embora o Plano Colômbia tenha sido apresentado à opinião pública como um programa antinarcóticos e não como uma estratégia contra-insurgente, é evidente, como destaca Pizarro (2006:150), que por trás da intenção de debilitar o narcotráfico, ocultava-se a ideia de enfraquecer as forças guerrilheiras e paramilitares. Nesse nível, os acontecimentos do 11 de setembro permitiram ao governo Bush proclamar o que antes era secreto: o caráter contra insurgente e contra paramilitar da ajuda norte-americana (Castro, 2006).

O impacto internacional desencadeado pelo conflito colombiano, atentando sobretudo, para a esfera das relações entre Washington e Bogotá, é notório, tal como assinalado por Pizarro (2006:194-196), em virtude do peso que Estados Unidos tem para a América Latina e para a profunda influência que exercem sobre a Colômbia. O referido autor menciona também que existe um influxo do conflito armado nas fronteiras internas do país, como Panamá, Venezuela, Brasil, Peru e Equador.

A concretização do Plano Colômbia se dá no governo Pastrana, mas é importante destacar que após de um período de grande tensão diplomática entre Washington e Bogotá, no governo de Ernesto Samper (1994-1998), houve uma radical mudança de rumo na política e a Colômbia passou a ocupar um papel relevante no espectro da política externa norte-

americana para a América Latina (Pizarro, 2006; Castro 2009). Em tal dimensão, teve como seu maior emblema a aprovação de um amplo programa de ajuda norte-americano de onde se desprende o Plano Colômbia e mais tarde à continuidade desse conjunto de medidas pelo que se denominou de como iniciativa regional andina (Pizarro, 2006:194).

Concebido inicialmente o Plano Colômbia como um instrumento de apoio no combate ao narcotráfico, bem como para enfrentar as consequências negativas para o Estado e a sociedade, vinculado com os entorpecentes, sabe-se que a dinâmica do narcotráfico se tornou a principal preocupação regional em matéria de segurança. Isso é especialmente visível nas décadas de 1970 e se concretiza ao longo das duas décadas seguintes.

Nesse sentido, os estudos de Poletto (2009:180) indicam que essas preocupações representam “o enfraquecimento do Estado por meio da ação dos grupos insurgentes domésticos”, também reflete como argumenta Poletto, nas relações entre a Colômbia e os países sul-americanos “por seu poder de transbordar para além da suas fronteiras” essa variedade de problemas, ameaças e fenômenos (Poletto, 2009:201). De tudo isso pode concluir-se, em consonância com as análises de Echandía<sup>46</sup> (2003:123); Pizarro (2006) e Poletto (2009) que, como fora destacado, a partir de 11 de setembro de 2001, no esteio da política norte-americana de formação de uma Coalisão Mundial Antiterror o Plano Colômbia passa por uma significativa transformação: abre-se as comportas para a utilização direta dos recursos estadunidenses no conflito interno colombiano contra as organizações armadas não- estatais, tanto de esquerda quanto de direita (Tickner, 2009:65). Ou seja, as coordenadas que pautavam a política norte-americana em relação ao confronto colombiano sofrem uma profunda mutação, em consonância com as mudanças no cenário internacional após os ataques terroristas em Nova Iorque e Washington. Dessa forma fica visível que o contexto internacional influencia as dinâmicas locais e, de certa forma, o local afeta o contextoregional<sup>47</sup>.

Nas análises de Pizarro León Gómez (2006), conhecido estudioso do conflito colombiano e da violência no país acerca do Plano Colômbia e da iniciativa regional andina, indica que existe evidências que a situação internacional havia intervido na realidade da política doméstica colombiana. Esse autor conclui que a Colômbia é simultaneamente “paradigma para os conflitos do século XXI e um emblemático campo de provas para a

---

<sup>46</sup> Ver: Echandia, Camilo. El Conflicto Armando Colombia en los años noventa: Cambios en las estrategias y efectos Económicos. Revista Colombia Internacional. 2002. Ver também Pécaut, Daniel. "De la violencia banalizada al terror: el caso colombiano". Revista Controversia, No. 171, 1997.

<sup>47</sup> Ticker (2009:65) fala sobre um esquema de império ou de intervenção por convite. Representa uma situação na qual há pressão exercida por países “menores” que se bem não podem obrigar a Estados Unidos a fazer algo que não quer, são essas pressões as que ajudam a modelar, de algum modo, a ingerência e intervenção da potência norte-americana na América do Sul. (Tradução nossa).

estratégia norte-americana”. Para o referido autor, a conflagração armada é, de fato, um paradigma para os conflitos armados hodiernos (nos quais conjugam-se uma debilidade estatal impressionante e vastos recursos ilícitos para financiar a guerra interna). Assim, entende que, em virtude da importância que assumiu para o programa de ajuda militar norte-americano (terceiro receptor mundial depois de Israel e Egito), pode realmente o caso colombiano ser considerado “*test-case*” (Pizarro, 2006:195).

Para Poletto (2009) a securitização das drogas é um exemplo evidente da “influência de políticas norteamericanas no sub-contidente”<sup>48</sup>. Na perspectiva de Poletto (2009) era previsto militarmente, quando projetado o Plano Colômbia naquela época existia uma percepção do transbordamento dos problemas colombianos não apenas para os países vizinhos mas também porque Estados Unidos é o principal país de destino dos narcóticos provenientes da Colômbia.

Embora exista divergência entre os analistas da crise colombiana e seu vínculo com o terrorismo alguns pensam que a intervenção estadunidense pode contribuir para uma escalada de confronto envolvendo a Casa Branca em um novo Vietnã (Pizarro, 2006:195). Em outra linha de pensamento acredita-se que dado o significativo componente anti-narcóticos embutido no Plano Colômbia, bem como o fracasso do atual modelo da guerra contra as drogas, tratar-se-ia de um programa pura e simplesmente destinado ao fracasso (Echandia, 2003:86). Na opinião de Pizarro (2006:140) manifesta que “é preciso deixar de lado estas concepções maniqueístas, procurando destacar tanto os aspectos positivos contidos no programa de ajuda quanto evidenciar os programas manifestos em outros aspectos”.

A tese que esse autor defende é que o auxílio de Estados Unidos ao Plano Colômbia “constitui uma resposta acertada a duas demandas profundas da sociedade colombiana: por um lado, a urgência em regenerar instituições estatais abaladas (mormente aquelas ligadas à Justiça e a segurança) e, por outro lado, a necessidade de enfraquecer o narcotráfico, que se transformou no principal combustível de guerra interna; ao mesmo tempo, contudo, trata-se de um programa insuficiente e também questionável em alguma de suas coordenadas”. Na perspectiva desse autor é insuficiente porque não contempla com a mesma profundidade algumas facetas importantes da crise colombiana (entre outras o combate a pobreza e a má distribuição de renda); e é questionável, desde o ponto de vista em que o modelo de luta contra o narcotráfico encerra vários aspectos negativos.

---

<sup>48</sup> Nesse sentido, merece ser destacado que em 2006, Pizarro, informou que em um pronunciamento no centro de estudos estratégicos internacionais, no dia 10 de setembro de 2002, o General James Hill afirmou que a Colômbia se converteu em um “campo de provas” para a determinação de Estados Unidos. Esse autor Manifestou, adicionalmente, que essa autoridade militar expressou: “Se falharmos nesse contexto decisivo, o problema ultrapassará as fronteiras da Colômbia e continuará assolando uma região já fragilizada” (Pizarro, 2006:196).

Dentre os quais as aspersões aéreas e seus impactos socioambientais consequentemente, existe o risco iminente de vir a acontecer um efeito balão (*balloon effect*) não apenas em âmbito meramente regional, mas em escala nacional, desencadeando um processo de dispersão de cultivos ilegais para áreas que até agora escapam dessa dinâmica e flagelo. Além de tudo isso, podem ser mencionados os impactos ambientais que as aspersões aéreas causam na ambiência e na população. Aspectos esses vinculados de estreita forma com as concepções basilares da abordagem de Segurança Humana.

Interessa destacar que as perspectivas estratégicas dos primeiros anos do Plano Colômbia (1998-2001) constituem uma primeira face. Após o impacto de 11 de setembro e sua influência na questão colombiana delineiam segundo momento, como fora colocado. Por décadas Colômbia foi definida pela comunidade internacional como um país problema dados os problemas de erosão institucional e grave crise humanitária pela qual o país atravessa. À medida que a instabilidade política do mundo andino como um todo começou a deteriorar-se, a tal ponto que acabou por converter-se na região mais vulnerável da América Latina, vista como um sub-complexo regional de segurança. Neste cenário de turbulência e de mudanças a Colômbia passou a ser percebida como um sério fator de desestabilização regional. Em tal âmbito merece ser destacado que o Plano Colômbia, tal como assinalado por Pizarro (2006:67), “se transformou em um dos principais problemas para a segurança do hemisfério ocidental, inclusive acima de Cuba”.

Uma vez percorrido o contexto colombiano e a participação de atores estatais e não estatais, é mister tratar a seguir dos danos provocados por essas dinâmicas no espaço territorial do Equador para posteriormente tratar dos casos que provocaram as tensões diplomáticas entre os dois países andino-amazônicos.

#### **4.2 Incrementando as tensões Diplomáticas entre Equador, Venezuela e Colômbia**

A implantação do Plano Colômbia em 2000 e a instabilidade interna vivenciada pela república colombiana foram situações que afetaram negativamente e de formas diversas as relações entre Equador e Colômbia. Em primeira instância, o uso do letal glifosato, utilizado nas aspersões aéreas deu início às controvérsias sobre a pertinência dos métodos colombianos para erradicar os cultivos ilícitos no país, na medida em que afetava transnacionalmente a saúde da população equatoriana, danificava os rios, os solos, as plantações e os animais daquelas populações na área de fronteira. Igualmente estava o fato de serem muitas dessas populações grupos indígenas e ribeirinhos dependentes da pesca e da caça.

Em segunda instância, a migração de grupos guerrilheiros para território equatoriano, devido ao combate intensivo das áreas de plantação da coca, e as pressões militares, no

combate ao narcotráfico e às narcoguerrilha, foram ações que deterioraram as relações cordiais entre os países andino-amazônicos, desde 2001. A isso soma-se o fato de as incursões militares colombianas serem realizadas sem autorização expressa das autoridades equatorianas.

Por outro lado, a interferência de atores como o presidente da Venezuela, naquele momento, Hugo Chávez, foram agravando drasticamente as relações entre os países, como será abordado a seguir. Adicionalmente, as diferenças políticas entre os presidentes Uribe e Correa, acirradas por Chávez manifestando apoio público aos movimentos subversivos colombianos, explicitamente às FARC, e as críticas à implantação do Plano Colômbia, detonaram no ano 2008 graves tensões não apenas entre Colômbia e Equador, mas entre a Colômbia e a Venezuela, até que Uribe saiu do poder.

O ano de 2007 terminou com evidentes tensões entre Equador e Colômbia. De uma parte, estava o assunto delicado das aspersões com glifosato e, do outro, a incursão guerrilheira no território equatoriano<sup>49</sup>. Além disso, começaram naquele período, mútuos e agressivos ataques entre os dois representantes do governo, atizadas pelo presidente Hugo Chávez, com respeito às acusações que fazia o governo colombiano de que Equador e Venezuela estavam oferecendo cobertura à expansão de um mal que carcomia não somente a Colômbia, mas aos países vizinhos: o narcotráfico e a narcoguerrilha.

O presidente Uribe, em diversas oportunidades, respondeu aos ataques verbais de Chávez e de Correa dando avisos de que, a qualquer custo, iria combater os insurgentes e o narcotráfico. Uma vez que sabia da presença de células subversivas nas áreas de fronteira com esses países, sem que houvesse cooperação no controle militar das mesmas.

Na madrugada de 1º de março de 2008 seus anúncios foram cumpridos, quando foi bombardeada uma base clandestina das FARC, instalada na província equatoriana de Sucumbios (área de fronteira). A incursão de forças militares e efetivos policiais colombianos, para recolher os corpos de dois subversivos mortos na operação militar, detonaram o primeiro grave conflito, dada a visível violação do espaço aéreo e territorial equatoriano.

Posteriormente, Equador instaurou a demanda contra Colômbia pelos efeitos transnacionais do uso do glifosato na área de fronteira, trinta dias após, o evento de Sucumbios, perante a Corte Internacional de Haia. Com esse recurso Equador busca, conforme exposto pela Chanceler equatoriana Maria Isabel Salvador, três objetivos chave: (1) O reconhecimento da Corte de Haia de que Colômbia violou a soberania e a

---

<sup>49</sup> Grupos denominados Águilas Negras tem-se assentado sobre tudo ao norte do país (Norte de Santander, Sul do Cesar, Magdalena, Sul de Bolívar) (Semana, 26 de noviembre de 2008). Apesar de que as Águilas Negras não operam de maneira coordenada em nível nacional, outros grupos, utilizando o mesmo nome, se têm expandido no centro e sul-ocidente, chegando inclusive aos estados fronteiriços com Equador – fronteira Nariño e Putumayo (Massé, 2009). Tradução nossa.



integridade territorial do Equador com sua prática de aspersões aéreas ilegais e os consequentes danos à população e à ambiência equatorianas; (2) Que este Tribunal (que é o órgão judicial principal das nações Unidas) ordene a Colômbia abster-se de executar aspersões a uma distância de dez quilômetros desde a fronteira. (3) Pagamento de indenização pelos danos já causados.

Assim, a gravidade da ação colombiana no âmbito regional justifica detalhar um pouco mais as consequências humanas e bioambientais provocadas pelo uso deste herbicida.

#### **4.3 Tensões Diplomáticas pelas aspersões aéreas e o uso do Glifosato**

A Amazônia colombiana compreende 42% do território nacional. É formada por oito estados (Putumayo, Caquetá, Guaviare, Guainía, Vaupés, Amazonas, Meta e Vichada) e alguns deles fazem fronteira com Brasil, Equador e Peru. Essa região colombiana se caracteriza por ser a zona menos populosa do país. Isso se deve em boa parte à presença de forças paralelas ao poder do Estado<sup>50</sup>, às precárias condições de vida e aos altos índices de violência e insegurança na região. O estado de Putumayo estabelece limite internacional com Equador e Peru. Nele, se chegou a concentrar 50% da coca produzida no país (Monteiro, 2008); desse modo, as aspersões aéreas com herbicidas, entre eles o glifosato<sup>51</sup>, foram amplamente utilizadas junto a procedimentos de erradicação manual no marco do Plano Colômbia, que, como se sabe, concentrou diversas estratégias nessa área, incluindo maior presença militar.

Desde 2000, as aspersões se fizeram cada vez mais frequentes em aquele estado, tendo como argumento que a erradicação manual por tratar-se de áreas extensas com plantios ilícitos inviabilizava bons resultados na erradicação das roças de coca. Por ser uma área sob comando das FARC, eram cada vez mais intensos os ataques às forças repressivas do governo para impedir a destruição dos plantios ilícitos. A localização de Putumayo, na fronteira internacional da Colômbia com o Equador e o Peru, tornava-se inquietante para seus vizinhos, toda vez que de uma intervenção de tamanha magnitude poderiam esperar-se resultados sociais e ambientais imprevisíveis.

---

<sup>50</sup>Nesses estados atuam em áreas demarcadas as FARC e o ELN (entre outras forças insurgentes); as AUC, narcotraficantes e o crime comum.

<sup>51</sup>O Glifosato é um herbicida de amplo espectro, aplicado após a planta ter emergido do solo (pos-emergente) e é de ação não-seletiva. O Glifosato, conforme pesquisas toxicológicas, tem baixa toxicidade para mamíferos. Os solventes usados em formulações comerciais, no entanto, podem alterar as propriedades toxicológicas. O glifosato é um produto registrado em mais de 100 países e pode ser vendido em combinação com outros herbicidas. <http://lrc.nutes.ufrj.br/toxicologia/mXII.glifo.htm> Acessado em mar 15 de 2015.

Entre os impactos sociais produzidos pelo combate e erradicação dos plantios ilícitos de forma localizada está também a mudança de operações de um lugar a outro e de um país a outro<sup>52</sup>, o que significa dizer, riscos ambientais e de segurança para a população local ou transfronteiriça.

Os relatos a seguir evidenciam um conjunto de situações locais altamente complexas; não apenas derivadas da implantação do Plano Colômbia, que efetivamente teve repercussões negativas no Equador, mas porque mostram o isolamento colombiano na luta de seus problemas internos. Indicando, por sua vez, que a luta antinarcóticos e as promessas de repressão aos ilícitos transnacionais, comuns no cenário amazônico, jamais cresceram como esforço conjunto e multilateral que permitisse abrir caminhos para estratégias integradas e cooperativas de segurança na Amazônia, com todas as implicações que isso tem no âmbito regional.

A república equatoriana se viu afetada pelas estratégias do Plano Colômbia em três dimensões principais. Devido à aplicação de herbicidas tóxicos no combate às plantações de coca, bem como pela migração da insurgência armada ao território equatoriano e de populações locais que fugiam da violência, e devido à violação do espaço aéreo e terrestre equatoriano ou durante as aspersões ou ainda em ações militares de combate à insurgência armada.

Os movimentos sociais, as ONGs e as comunidades epistêmicas tiveram um papel fundamental para trazer à tona a insegurança ambiental e humana que os métodos colombianos impunham, em ambos os países. Desde que começaram as aspersões, em aéreas de fronteira, esses atores deram passo a uma série de denúncias sobre mudanças na saúde da população local e até de óbito de pessoas, ao longo do tempo que as aspersões duraram, sendo apontada como causa dos óbitos intoxicação química. Igualmente foram constatadas irritações na pele e olhos de pacientes que tiveram contato com herbicidas ligados com glifosato (Montana, 2012). A essas denúncias, que começaram em 2001, somaram-se estudos acadêmicos de universidades equatorianas, que confirmaram problemas em animais e na ambiência (solo, ar, águas superficiais e subterrâneas) associados ao uso do glifosato (Montana, 2012).

De 2001 a 2008 houve notável articulação de movimentos sociais e ambientalistas, bem como dos meios acadêmicos e de ONGs equatorianas, comprometidos com os direitos humanos e particularmente com direitos indigenistas, contrárias ao uso do glifosato. Da mesma forma, houve intensa troca de informações entre atores desse tipo na Colômbia e entre os dois países. Essa dinâmica foi fundamental para que no Equador se exercessem pressões

para que esses assuntos chegassem ao nível de discussão política interestatal, argumentando-se que era necessário elevar essas questões a um nível de segurança humana, ora pelas consequências sobre a saúde humana, animal e da ambiência, ora pelos efeitos colaterais dos mecanismos de combate aos cultivos ilícitos, ao narcotráfico e à narcoguerrilha, devido os efeitos de transbordamento da crise colombiana.

Com respeito a esses atores, é válido mencionar o *Programa Andino para la Democracia y los Derechos Humanos de la Unión Europea en Colombia*, na medida em que apresentaram diversas bases científicas contra o uso do glifosato, de forma articulada com grupos epistêmicos de reconhecidos centros acadêmicos colombianos. A *Defensoría del*

*Pueblo Del Ecuador*, alicerçada em um estudo científico realizado em 10 mulheres equatorianas e 12 colombianas, entregue ao governo do Equador, apresentou provas de que o uso de glifosato teve sérias consequências sobre a saúde, relacionadas com o câncer e a malformação de crianças indígenas. A área de estudo abrange localidades próximas ao rio San Miguel e, no estudo, a incidência desses fenômenos foi associada ao início das aspersões.

Outros estudos realizados no rio Putumayo, na Colômbia, também revelaram alterações no ecossistema aquático e terrestre, além de plantações queimadas pelo efeito do glifosato. No meio aquático os resíduos de herbicidas se mostraram altamente destrutivos, tendo como consequência a perda das espécies mais sensíveis a seu efeito, o que, consequentemente, foi associado às possibilidades de se causarem desequilíbrios nos ecossistemas. Adicionalmente, foi revelado que um dos efeitos sobre o solo e as plantas consiste na destruição dos cultivos ilícitos e das plantações que alimentam as populações na área das aspersões. Com esses estudos preliminares se iniciaram as controvérsias entre os dois países acerca da periculosidade e dos efeitos de herbicidas ligados ao glifosato. Posteriormente, estudos mais sofisticados, solicitados pela *Defensoría del Pueblo de lEcuador*, foram realizados numa amostra maior de mulheres e crianças, em estudos sanguíneos. Esses informes vieram a dar suporte para que o presidente Rafael Correa tenta-se uma solução diplomática ante o presidente Álvaro Uribe.

Coincidindo com a posição norte-americana, Colômbia argumentou, ante os primeiros manifestos de Equador, que o uso de herbicidas ligados ao glifosato não teriam impactos severos e nem permanentes, passando a defender seu uso por ser inofensivo à saúde humana. Assim, com as duas nações imbuídas de perspectivas opostas, ao longo de pelo menos 6 anos, tentar resolver essa questão por via diplomática não rendeu uma solução para o problema levantado. As pressões internas no Equador pelas ONGs e grupos ambientalistas, por causa dessas questões, continuaram a provocar esforços diplomáticos para que os dois países tentassem um acordo para pôr fim às aspersões com glifosato numa faixa não inferior a 10

km da fronteira entre Colômbia e Equador. Esse foi o pedido que fez Rafael Correa em 2003. A grave situação de instabilidade interna vivenciada pela Colômbia, na área de fronteira, refletiu-se negativamente no relacionamento com o país vizinho, que, além das reclamações pelos efeitos das aspersões, queixava-se da violação do espaço aéreo equatoriano, quando as aeronaves lançavam os herbicidas, daí a solicitação de Correa para que se respeitasse pelo menos 10 Km de distância nas aspersões.

Assim, ao final de 2003, Equador e Colômbia acordaram em estabelecer uma comissão científica e técnica, formada especialmente para investigar os efeitos das aspersões no Equador. As delegações também não conseguiram chegar a um acordo quanto aos efeitos desse tipo de aspersões, como se verá a seguir, e o Equador seguiu promovendo denúncias a respeito dos efeitos nocivos das ações colombianas. Nesse estágio de insucesso começou o ano 2004. Nesta altura, Correa também reclamou do aumento de migrantes colombianos para o território equatoriano, por causa da violência e das pressões militares aos acampamentos das FARC. Além disso, reclamou das incursões militares realizadas por ordem do governo de Uribe sem autorização expressa das autoridades equatorianas.

Devido a essas pressões, em dezembro de 2005, o governo colombiano pronunciou-se a favor de cessar as aspersões aéreas em áreas com distância menor do que 10 km da fronteira. Assim, a pedido do governo equatoriano, as aspersões com glifosato foram suspensas nas áreas colombianas limítrofes com o Equador em janeiro de 2006, mas de forma temporária, já que em dezembro de 2006, pressionada pelos Estados Unidos por maiores resultados para combater o narcotráfico, e em razão do aumento dos cultivos ilícitos, Colômbia voltou a lançar seus herbicidas, incluindo glifosato, como mecanismo de combate às plantações de coca e maconha. Cabe destacar que, naquele ano, apesar dos esforços colombianos para erradicar manualmente os cultivos da planta, conforme a Casa de Nariño (2008), registrou-se no país um aumento de 26% desses cultivos naquela área (Montero, 2005; Montana, 2012).

Colômbia, de acordo com Montero (2005), manteve-se a maior produtora mundial de coca entre 2004 e 2005. Esses dados coincidem com as estatísticas sobre o aumento dos cultivos ilícitos na Amazônia colombiana, reportados por Geoamazonia (2008), que indicaram, também, grande aumento no desmatamento para a plantação dessa cultura para países como Peru e Bolívia. Cabe mencionar que Colômbia retomou o método de combate aos cultivos ilícitos mediante as aspersões aéreas com glifosato. Mas, o não atendimento de se respeitar 10 km de distância da fronteira e nem a suspensão do método de aspersões ocasionou a demanda, inicialmente, de Equador na Corte Interamericana de Direitos Humanos, fundamentada nos malefícios causados pelos herbicidas misturados com glifosato à população, à produção agrícola da fronteira equatoriana e aos sistemas aquáticos. A

deterioração das relações cordiais entre os presidentes Uribe e Correa de 2003 a 2008 seguiu uma linha ascendente.

Em abril de 2007, a *Comisión Científica Ecuatoriana* divulgou o relatório *El Sistema de Aspersiones Aéreas del Plan Colombia y Sus Impactos sobre el Ecosistema y La Salud en La Frontera Ecuatoriana*, visando contrapor-se à argumentação do governo colombiano que subestimava a periculosidade de herbicidas ligados ao glifosato. Com base nesse relatório, novamente Equador pediu pela segunda vez que o governo preservasse a faixa dos 10 km a partir do limite internacional. Nesse âmbito, pode-se dizer que as ONGs, atores ativos na divulgação do problema, no debate público e na reivindicação dos direitos da população afetada, iniciaram um processo discursivo no qual se enfatizava a obrigação do Estado em garantir a segurança humana e ambiental do Equador, já que o povo é um dos elementos do Estado.

O presidente Correa vinha exigindo um compromisso por escrito do presidente colombiano acerca da suspensão definitiva das aspersões naquela faixa de fronteira. Ante os pedidos de Correa, em 28 de maio de 2007, o ministro das relações exteriores da Colômbia, Fernando Araújo Perdomo, afirmou em uma reunião entre os países, que a Colômbia não estava em uma posição de fazer compromissos com relação ao tema das aspersões, tampouco de prever o que deveria ser decidido no futuro, em relação à matéria de discórdia. Tal como assinalado por Montana (2012), entre as razões para dar continuidade no território colombiano às aspersões estava, de um lado, o aumento das plantações ilícitas depois de suspensas as aspersões e, de outro, o fato de a erradicação manual desses cultivos se mostrar inviável por conta do tamanho das áreas plantadas e, principalmente, porque o procedimento manual para retirar essas plantações colocava em risco de morte à força armada na área dos plantios. Como estratégia de defesa, os donos dos cultivos e/ou os insurgentes armados, pressionados pela militarização da área, colocavam as chamadas “*minas quiebra patas*” em meio das plantações, assim como realizavam outros tipos de ataques.

Diante disso, o Equador informou à Colômbia, em nota diplomática, expedida em 27 de julho de 2007, que considerava esgotado o processo de diálogo, já que não havia perspectivas de êxito (Xavier, 2011).

Posteriormente, a Colômbia argumentou formalmente que na época foram incrementados programas de erradicação manual, mas considerou inadequado adquirir um compromisso sem limite de tempo, principalmente devido aos riscos e os custos em matéria de segurança e de vidas humanas que têm significado os programas de erradicação manual, já postos em prática na área de conflito e em geral na Amazônia. Entretanto, houve um reconhecimento por parte da Colômbia de estar afetando a saúde da população equatoriana,

confirmando ao Equador o pagamento de indenizações, assim que apresentassem provas concretas e irrefutáveis que ligassem os efeitos nocivos das aspersões com danos ambientais transfronteiriços ou na população equatoriana.

Colômbia justificou também a impossibilidade de intensificar programas de erradicação manual da coca, uma vez que as áreas com cultivos ilícitos são extensas e a erradicação manual não apresentaria os resultados esperados. Adicionalmente, foi argumentado que os programas desse tipo somente incrementaram a violência na região; aludindo-se à periculosidade dessa medida para as forças militares, policiais e para a população civil, uma vez que, em diversas ocasiões, as FARC atacaram tanto militares como civis, tendo sido contabilizados pelo governo colombiano vários ataques da guerrilha, que se incrementaram desde 2004, ano em que as aspersões aéreas foram menos frequentes. Esse ano de 2007 também testemunhou mútuas e agressivas acusações entre os dois representantes do governo devido a suas posições políticas divergentes, as quais eram atizadas pelo apoio que o presidente Hugo Chávez manifestava às FARC, criticando abertamente os métodos do Plano Colômbia.

Com o fim das tentativas diplomáticas, uma demanda contra a Colômbia foi apresentada pelo embaixador Diego Cordovéz, perante a Corte Internacional da Haia, em 31 de março de 2008. Segundo manifestou tempo depois<sup>53</sup>, tratar-se-ia de um processo inédito, que pretendia defender os direitos de populações indígenas equatorianas e o ambiente como um todo integrado para garantir a segurança da população. No processo contra Colômbia, Equador pediu que a Corte obrigasse a esse país a pôr fim, definitivamente, às aspersões em áreas que o pudessem afetar, com base nos princípios do Direito Internacional, alicerçado, segundo o qual o Direito Internacional proíbe que um Estado provoque dano à população de um Estado vizinho, sobretudo, dentro do território desse último.

Nessa perspectiva, este caso de Colômbia e Equador é um processo especial que interliga diversas consequências hidro-sócio-ambientais, deixando um precedente jurídico positivo que destaca relações conexas de forma muito estreita com aspectos que permeiam ameaças à segurança humana em ampla dimensão. Tal como se depreende das explanações apresentadas anteriormente.

Por outro lado, o processo instaurado pelo Equador, argumentando dano transfronteiriço, ocasionado pelas aspersões aéreas, é uma mostra da evolução da preocupação com esse tipo de ameaças, principalmente, pelas ONGs ambientalistas e indigenistas. Seu ineditismo poderá converter-se num ícone em matéria jurídica ambiental e de direitos humanos na América do

---

<sup>53</sup>Entrevista de Diego Cordovéz concedida à Radio Nederland Servicio Español em março de 2009.

Sul, uma vez que estão também elencados a valores e percepções defendidos no âmbito da segurança humana e ambiental.

Em 2009, no mês de maio, os países envolvidos apresentaram o memorial, na Corte de Haia, contendo todas as provas para o caso ser julgado. Conforme o embaixador Cordovéz, existem provas técnicas que demonstram que o espaço aéreo do Equador foi violado repetidas vezes pelas naves que aplicavam o glifosato. Além disso, os relatórios científicos apresentam suficientes provas da sua periculosidade para os ecossistemas aquáticos, terrestres e para a população, afirma Cordovéz apud Montana 2012.

Apesar de que as petições realizadas pelo Equador se distanciam do tema que originou a crise regional, como veremos a seguir, parece claro, não obstante, que a demanda é uma resposta às operações que produziram a morte de 'Raúl Reyes' em território equatoriano, colocando em evidência mais uma vez a violação do espaço aéreo e territorial do Equador.

#### **4.4 Irradiação do conflito colombiano e tensões diplomáticas regionais: o controvertido caso da morte de Raúl Reyes em território equatoriano**

Conforme supracitado, trinta dias antes do Equador demandar a Colômbia ante a Corte Internacional de Haia, com fundamento nos danos ambientais e na população pelo uso de glifosato, bem como pela violação do espaço aéreo equatoriano durante as manobras de aspersão, houve um fato que viria a agravar as já delicadas relações entre os representantes do governo colombiano e equatoriano desde a implementação do Plano Colômbia. O referido fato foi anunciado em um comunicado da Casa de Nariño, através do qual se informava que durante ação especial do Exército, em 1º de março de 2008, Luis Edgar Devia (conhecido pelo pseudônimo de Raúl Reyes), porta-voz e segundo líder no comando das FARC, tinha sido abatido, junto com outros 19 guerrilheiros, durante um bombardeio nas proximidades de Sucumbios, território equatoriano (Montana, 2012:291).

Como era de se esperar, dadas as posições divergentes com respeito à narcoguerrilha, o governo equatoriano não foi informado dessa operação. Correia, após o pronunciamento de Uribe declarou ante a imprensa, que essa operação representou “uma flagrante violação do Direito Internacional Humanitário” (Minillo, 2008:1), solicitando posteriormente à OEA e à Comunidade Andina de Nações uma reunião especial para tratar do ataque, pedindo a condenação da Colômbia (Xavier, 2011)

Incrementando as tensões regionais, pela ruptura das relações diplomáticas entre Equador e Colômbia, o ex-presidente Hugo Chávez, no dia seguinte da operação em Sucumbios, militarizou a fronteira com a Colômbia e manifestou publicamente que uma ação semelhante àquela, se realizada pela Colômbia em território venezuelano, seria vista como

uma declaração de guerra ao país. Dessa forma, repudiou publicamente o ataque a Equador e ordenou ao secretário de defesa enviar batalhões das Forças Armadas venezuelanas à fronteira com a Colômbia.

Após o posicionamento venezuelano, Correia também militarizou sua fronteira, retirando a Francisco Suescum, embaixador em Bogotá, e expulsou o embaixador colombiano em Quito, Carlos Holguín, em 02 de março de 2008.

O apoio dos Estados Unidos ao combate militar da Colômbia contra a subversão e o narcotráfico, somado às militarizações na fronteira de Equador e Venezuela, instalou o temor de uma guerra no continente. Com base nisso, se reascendeu a polêmica da dicotomia soberania/segurança (Xavier, 2011).

Se de um lado houve o sucesso da operação militar, nos moldes do Plano Colômbia, acabando com um dos principais homens das FARC, por outro, a atuação colombiana gerou grandes preocupações e polêmicas no âmbito regional. Além da crise diplomática instaurada, a previsão da liberação de arquivos e documentos encontrados em computador apreendido na operação “que podem sugerir vínculos entre as FARC e o governo de Rafael Correa e de Chávez foi o fator desestabilizador da região”, conforme destaca (Minillo, 2008:2).

As duas primeiras semanas de março de 2008, diversos líderes da região se pronunciaram<sup>54</sup> e houve intensa discussão para resolver de forma pacífica os graves impasses, dada a complexidade da situação. No entanto, a situação criada pelas estratégias colombianas no combate à narcoguerrilha e o narcotráfico era especialmente tensa por quanto, no mesmo ano de 2008, havia-se conseguido que os doze países de América do Sul concretizassem no marco da integração regional a Unasul, uma união intergovernamental que pretende unir os mercados do Cone Sul e a Comunidade Andina. Dessa forma, um episódio como esse acarretaria sanções severas a Colômbia, caso estas houvessem sido postas, afastando-a da Unasul e aproximando seu mercado, como tem sido até agora, aos EUA. Além disso, por ser a Unasul uma iniciativa que pretende evoluir para dar maior solidez política e em matéria de defesa na região, solucionar de forma pacífica essa questão era amplamente conveniente para atingir esse objetivo.

Por outro lado, a situação era especialmente tensa porque os documentos apreendidos nos computadores retirados do acampamento das FARC indicavam ligações ilícitas entre membros desse grupo e os governos venezuelano e equatoriano. A esse respeito, Minillo (2008), destaca que tais documentos foram colocados a público comprometendo os Estados

---

<sup>54</sup>No dia 3 de março de 2008, Michelle Bachelet cobrou satisfações dos governos equatoriano e colombiano, Fidel Castro afiançou a atuação dos EUA como fonte dos conflitos da região e, no dia 6, o presidente da Nicarágua, Daniel Ortega, rompeu relações diplomáticas com a Colômbia em solidariedade ao Equador (MINILLO, 2008; MONTANA, 2012).



em menção. Adicionalmente, afirma essa mesma autora, foi constatado que aviões colombianos bombardearam um campo das FARC em Angostura, dentro do Equador, a 1.800 metros da fronteira com a Colômbia.

Perante essa acusação, o Governo Colombiano admitiu ter invadido espaços do país vizinho, mas defendeu-se afirmando que o plano inicial era de manter a tarefa dentro de seu território, mas esta acabou se estendendo quando da descoberta do paradeiro de Raúl Reyes, dentro de território equatoriano. Colômbia reconheceu também que se tratava de um assunto e dilema delicados, dados os infrutuosos pedidos de cooperação ao estado vizinho, no sentido de estabelecer mecanismos de vigilância que impedissem o trânsito de insurgentes colombianos<sup>55</sup> ao território equatoriano.

O equador, por sua vez, argumentou que a rapidez com que foi desenvolvida a operação apontava para um planejamento anterior, deslegitimando a teoria de uma perseguição que, iniciada em território colombiano, terminou por se estender ao vizinho. Sobre o pedido de impedir o trânsito dos guerrilheiros, não houve menção a respeito.

A descoberta de corpos mortos por ferimentos à bala e a afirmação de sobreviventes de que o acampamento foi atacado enquanto dormiam confirma a defesa do planejamento da permanência irregular de tropas colombianas no território equatoriano, servindo como forte argumento equatoriano (Minillo, 2008).

Para por fim a essas tensões, Uribe pediu desculpas formais em nome da Colômbia pela invasão territorial ao país vizinho, sendo grande parte do documento emitido na reunião dedicada à reafirmação do princípio de soberania territorial, buscando enfatizar a importância de não se repetirem atos semelhantes no futuro.

Cabe mencionar que nesse período o ministro de Segurança equatoriano admitiu negociar com as FARC, como parte da busca pela liberação de reféns, esforço anulado pela operação colombiana. Mas, os governantes do Equador e da Venezuela negaram veementemente as acusações de envolvimento com as FARC, e autoridades venezuelanas retomaram o fato de há meses atrás terem em sua posse documentos que comprovavam difusas relações entre os rebeldes e a polícia colombiana, que incluíam ao próprio General Naranjo, que é creditado por inúmeros sucessos na luta contra cartéis traficantes (Minillo, 2008). As acusações que constam nas informações apreendidas são esclarecedoras do papel da Venezuela na crise, fortalecendo a possibilidade de Marulanda se encontrar em território venezuelano quando da invasão colombiana ao Equador. Enquanto que a rápida mobilização de tropas em direção à fronteira com a Colômbia seria devida ao temor de que a operação no Equador fosse de natureza dupla passando à Venezuela. Entretanto, ainda há obscuridade

---

<sup>55</sup>As FARC nessa época já tinham sido elevados à categoria de terroristas.

quanto aos motivos desse país tomar tão decididamente um viés contra Uribe e posicionar tropas na fronteira entre os dois países. O exército colombiano apresentou em 2009 provas que demonstraram o financiamento e as relações entre o governo venezuelano e as FARC. Fato que desacreditou a veracidade da posição de Chávez de cooperar tanto com a luta antinarcóticos como com a diminuição da violência registrada na fronteira colombo- venezuelana.

O papel de Brasil, nesse momento de crise foi fundamental para amortecer as tensões diplomáticas, no sentido de circunscrever a crise de Colômbia e Equador exclusivamente aos dois países, deixando claro que não aprovava a interferência de terceiros países no conflito. A posição brasileira pode ser interpretada como uma não aprovação à participação de Hugo Chávez naquele conflito, mas também, referia-se aos Estados Unidos, país que rechaçou a incursão de tropas militares e policiais colombianas ao território equatoriano, mas sem deixar de reconhecer o direito de Colômbia à legítima defesa (Montana, 20012:290).

Cabe mencionar que Equador e Colômbia se confrontaram extraordinariamente perante a OEA solicitada pelo primeiro país. Colômbia defendeu a legitimidade da operação, fruto da luta contra o terrorismo e o narcotráfico na região, destacando que essa visava liberar o povo colombiano de um jugo de mais de quarenta anos de terror. Equador defendia a sua soberania territorial contra uma violação premeditada por parte do Estado colombiano (Minillo, 2008; Montana, 2012).

Apesar de o caso ter sido levado à OEA e de a Colômbia ter sido severamente criticada pela violação do espaço aéreo e terrestre do país fronteiriço não houve nenhuma punição, apenas uma advertência. Para alguns estudiosos do tema de segurança, o peso dos Estados Unidos na OEA certamente está relacionado à referida ausência de sanção, se bem que, por outro lado, é mister destacar também o peso dos interesses comerciais e de segurança pretendidos na região. De qualquer forma, a Colômbia teve que se comprometer a não realizar mais esse tipo de atos para não colocar em risco as já delicadas relações com os países envolvidos.

Ao tratar do episódio em Sucumbios, fica claro o papel que a Unasul pode vir a ter, no continente sul americano, como uma instância de cooperação em segurança e defesa, podendo chegar até adquirir, ou mesmo superar o peso da OEA (Xavier, 2011; Montana, 2012, Texeira, 2012). Isto porque, sabe-se que em dezembro de 2008, durante a Cúpula Extraordinária da Unasul, surge a proposta de criar o Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), resultante de uma série de intensas negociações político-diplomáticas entre os 12 países da região, conforme salientado por Teixeira (2012:192-193).

Distinto de iniciativas anteriores que se destacaram como arranjos *ad hoc*, a exemplo do Grupo de Contadora, Apoio e Grupo do Rio, o Conselho de Defesa emerge com o ineditismo e o potencial União das Nações Sul-Americanas de rivalizar com o sistema interamericano de defesa, de caráter hemisférico, em especial o sistema da Organização dos Estados Americanos (OEA). (Teixeira, 2012:192-193).

Nesse sentido, para responder à questão sobre qual o papel das instituições, pode-se afirmar que a Unasul teve um papel ausente nestas ocorrências. Dada a recente formação dessa instituição e a complexidade do caso colombiano, dos atores paralelos ao poder do estado e das estranhas participações de atores estatais dando apoio à insurgência armada não seria de se esperar que a situação pudesse ter sido resolvida naquela instância, embora se delineia a importância que a Unasul possa vir a ter futuramente.

Em tal direção, Teixeira (2012:193) afirma que ao lado de seu caráter inovador, no cenário regional, há que considerar o seu contexto de criação e a formação de sua agenda de cooperação em defesa. Para esse autor o CDS surge “no esteio de crises diplomáticas e militares regionais, dentre as quais se destacam a invasão e ataque a acampamento das FARC por tropas colombianas em território equatoriano e a crise separatista no departamento de Pando, Bolívia”. Salienta ainda que esses conflitos motivados por razões distintas, ambos compartilham o fato de serem localizados na sub-região andina. Eixo que, como salientado no capítulo 2 é foco de instabilidades e tensões na América do Sul.

No episódio relativo à demanda pelo uso de glifosato nas aspersões, é interessante notar ainda que mesmo existindo a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica OTCA (criada em 2002, como evolução do Tratado de Cooperação Amazônica de 1978), esta instituição não teve qualquer participação de intermediação ou sequer de discussão nas contendas Colombo-equatorianas, dadas as características do seu próprio instrumento constitutivo, tornando a OTCA praticamente num acordo regional de letra morta. Isso indica também a ausência de instituições capazes de lidar com assuntos ambientais, e mais ainda, relacionados com as abordagens dos problemas causados à segurança humana, mesmo que essa instituição seja líder no tratamento de assuntos indígenas.

Aqui chegando, pode-se dizer que ao colocar o episódio do glifosato e o de Sucumbios em diálogo, se pretendeu focalizar a importância da insegurança humana, na região e as características especiais do âmbito amazônico e seus atores. Trata-se de um problema de Estado, local, porém com capacidade suficiente de expandir-se à região causando impactos de diferentes níveis, sendo um exemplo, os impactos causados à ambiência. Embora Equador tenha apelado à Corte da Haia para conseguir uma mudança na postura colombiana, é inegável que valeu-se das abordagens da Segurança Humana para conseguir que as aspersões cessassem. No entanto, sendo o caso colombiano tão complexo, a crise estatal impôs ao Estado colombiano executar suas estratégias de aspersões com glifosato omitindo o direito da

população local de ver garantidos seus direitos, de um ambiente sadio e privilegiada sua segurança humana, como parte fundamental dos propósitos de um Estado.

Em segunda instância, buscou-se ressaltar que a irradiação e desbordamento de problemas locais deu-se (além da baixa capacidade estatal colombiana para lidar com seus problemas internos) pela escassa cooperação dos Estados vizinhos, que como vimos, até certo ponto agravaram a situação.

Por outro lado, como dito inicialmente, o caso do glifosato permitirá a Colômbia evoluir na sua percepção sócio-hidroambiental, dada a capacidade do Equador arguir acerca da importância que tem para o Estado proteger sua população. Sem esquecer que o cultivo da coca e o processamento da planta em cocaína provocam grande número de impactos nos espaços amazônicos de forma local e regional. Isto porque os impactos da plantação da coca estão relacionados com o desmatamento, com a erosão, com a destruição de áreas de preservação ambiental e com a destruição de importantes ecossistemas amazônicos, que integradamente revertem em severos impactos ambientais, hídricos, sociais e culturais. Além disso, sabe-se que o processamento da pasta de cocaína é devastador para a ambiência, sendo que tais atividades afetam as regiões em que são desenvolvidas tanto pela deterioração do solo como pela deterioração dos corpos hídricos e do ar. No processo de conversão da planta em cocaína, é necessária a utilização de muita água e de diversos produtos químicos como querosene, ácido hidrolórico, ácido sulfúrico e cetona, entre outros, os quais acabam vertidos nos rios, igarapés, lagos e águas subterrâneas, destruindo importantes ecossistemas aquáticos e terrestres e afetando a biodiversidade, devido à perda inestimável da flora e fauna. Paralelamente, essas substâncias afetam drasticamente a qualidade dos solos, provocando inclusive sua esterilização. Os cultivos ilícitos repercutem em forte erosão dos solos, tanto pelo manejo inadequado de químicos prejudiciais à ambiência como pelo estabelecimento de culturas em áreas extremamente íngremes, que deveriam funcionar como mata de proteção ao solo. Considerando o que se disse, não apenas a Colômbia poderá vir a ser processada pelas aspersões, mas pelo conjunto de problemas integrados que se expandem também aos países fronteiriços.

Para finalizar, é notório que o eixo andino, com todos os problemas destacados, tornou-se suficientemente importante para explicar as mudanças recentes na segurança regional e, dentre elas, a própria criação do Conselho de Defesa Sul-Americano e o papel que poderá desempenhar futuramente. Ainda que o caso das aspersões terem representado um argumento válido e importante, foi visto que a crise diplomática entre países irmãos como Colômbia, Equador e Venezuela, deu-se no marco das estratégias adotadas pelo Plano Colômbia. Desde outro ângulo, os conflitos induzem à cooperação na maior parte das vezes, e foi sucintamente

destacado que no marco da crise andina, algumas transformações aconteceram obrigando a mudar as percepções de ameaças e à criação do Conselho de Segurança Sul Americana, uma possível instância de diálogo e cooperação.

Em suma, o caso de Sucumbios e das aspersões aéreas com glifosato possibilitam pensar em mudanças políticas locais e regionais, principalmente no caso de buscar uma identidade sul-americana, tal como propõe a Unasul. Esses casos tratam de temas ligados tanto à segurança estatal e inseparavelmente dizem da segurança humana. Há duas opções, que os Estados cooperem ou que se enfrentem e pelo comportamento dos Estados nacionais nos episódios ora tratados, predomina a solução pacífica das controvérsias.

Desde outro ângulo e de forma conclusiva neste capítulo pode ser vista a dualidade dos discursos estatais; por um lado, negando os vínculos financeiros com a guerrilha e pelo outro, escondendo interesses individuais.

Nesses termos, a resolução dos problemas colombianos, referentes ao narcotráfico e ao terrorismo, continuam sendo um tema de baixa discussão regional, em fóruns específicos. Assim sendo, a visão que fica é de que a Colômbia continuará enfrentando os problemas que a assolam há décadas, sem contar com o compromisso iminente dos seus vizinhos para tratar desses problemas complexos de irradiação regional. Nesse caso, apenas a solidariedade perante dos problemas do vizinho país não é suficiente, dada a capacidade de desestabilização estatal que esses problemas podem causar à região.

## CONCLUSÕES

Neste trabalho foram abordados assuntos referentes à situação colombiana de violência e de conflito armado no país. Temas relacionados com a segurança estatal e a insegurança humana. Em termos conceituais, observou-se que a definição de maior relevância sempre está vinculada à segurança do Estado. Dessa forma, destaca-se que, para os estudiosos da denominada Escola de Copenhague, notadamente Waeber e Buzan, a segurança é um ato de discurso (speech act) no qual um agente securitizante designa uma ameaça a um objeto referente especificado e declara uma ameaça existencial, com a implicação de ter direito de usar meios extraordinários para repeli-la. Considerado esse aspecto, é identificado que nesse nível o discurso sobre a ameaça ao Estado é preponderante. O agente (*securitising actor*), que é responsável por construir o discurso de segurança, em matéria da ameaça concreta do narcotráfico e do terrorismo, oferece evidências de um construtivismo extremado – próximo, inclusive, da teoria da ordem do discurso de Michel Foucault – e atestando a contingência de uma ameaça: o que é entendido como ameaça se torna uma; então, não há diferença entre ameaças reais e percebidas. Essa possibilidade de tornar uma potencial ameaça em ameaça real cria uma distorção e até uma dúvida acerca da importância do conceito de segurança humana. Mas ele, na nossa perspectiva, não apenas acompanha as dinâmicas transformações da sociedade internacional, mas coloca em diálogo problemas não apenas vinculadas com aspectos territoriais, tal qual se percebe no caso colombiano, onde as ameaças à segurança humana são provocadas pelo próprio Estado e os diferentes atores do conflito armado.

A adoção do Plano Colômbia é resultado, não apenas, da incapacidade estatal de lidar com a insurgência armada, mas resulta também do apelo constante da própria sociedade colombiana, representada por ONGs, que observaram a constante violação de direitos humanos e humanitários em todo o processo de desmantelamento da insurgência armada e da violência causada pelos cartéis do narcotráfico. Dessa forma, se convertem em agentes que poderiam questionar a responsabilidade do Estado em garantir a segurança do povo. Apesar de as ONGs não terem o poder de decisão que tem o Estado para securitizar um determinado assunto, são atores relevantes para introduzir melhorias nas políticas públicas colombianas, tendentes à garantia dos direitos à sociedade.

A pouca cooperação regional de países vizinhos para discutir e encontrar meios para solucionar os velhos e conhecidos problemas internos colombianos, e assim evitar o transbordamento regional dos problemas domésticos, colocaram em evidência o isolamento do país. Fato que gerou o fortalecimento dos laços políticos entre Estados Unidos e Colômbia, influenciando na política externa e de defesa colombiana. Nesses termos, entende-

se que tal aproximação não terá volta, dado os laços de dependência criados pela Colômbia, sobretudo financeiramente, perante o isolamento do país e seus problemas.

Nessa dimensão destaca-se o papel ausente do Brasil, que, mesmo sendo um ator relevante na região, manteve uma política de não interferência nos assuntos internos dos seus vizinhos. Apenas a ajuda veio de Estados Unidos, a través de uma ingerência por convite, dada a crítica situação sócio-política do país. Por outra parte, quando os Estados Unidos catalogaram o terrorismo de ameaça global, a ser contida planetariamente a qualquer custo, facilitaram sua entrada e presença na América do Sul, apesar dos desconfortos regionais criados. Assim, percebe-se que para entrar no domínio da segurança, essa ameaça deve ser efetivamente declarada como existencial, indicando que há uma hierarquia entre os perigos enfrentados por um agente.

Finalmente, cabe destacar a assertividade das palavras de Waeber (1996), quem diferencia a politização da securitização de um assunto, ao afirmar que o segundo processo oferece ferramentas extraordinárias (além da política e, muitas vezes, da ordem jurídica) para a solução do problema. Nessa dimensão, entende-se que a gravidade dos problemas colombianos e o apelo da sociedade pelo fim dos confrontos e o combate à violência não evidenciou qualquer discussão preliminar da sociedade colombiana acerca da pertinência da adoção do Plano Colômbia. Disso pode-se compreender que o processo de securitização tem sucesso quando a construção da ameaça existencial pelo *policy-maker* é socialmente aceita e a sobrevivência passa a ser assunto crucial.

No complexo quadro colombiano, percebe-se que ao serem elevadas as Farc e o ELN à categoria de grupos terroristas, se legitima quaisquer tipo de operação comandada pelos Estados Unidos perante a iminência da ameaça hemisférica do terrorismo.

O caso colombiano nos apresenta um claro exemplo do transbordamento dos problemas em vários setores: no plano ambiental, pelos seus impactos na ambiência e ecossistemas, colocados em risco perante o uso extensivo de glifosato (ameaça que foi comprovada através de diversos relatórios); no setor societal, de uma parte, são evidentes os impactos causados pela migração da população, inclusive a território equatoriano e pela transformação de culturas indígenas, enquanto militarmente, os impactos foram visíveis ante a iminente situação de crise.

Pode-se inferir de todo o explanado, que o conflito colombiano exemplifica além de uma guerra prolongada, com raízes ideológicas, uma guerra contra a sociedade civil, na qual a segurança humana não se apresenta como um elemento ou condição que dirija as políticas de defesa colombianas. O escasso índice de sustentação social dos agentes armados não estatais, assim como o predomínio de ações contra a sociedade civil, em detrimento do número de

operações propriamente militares, vitima grande parte da população civil e ocasiona impactos hidro-ambientais, pela produção de cultivos ilícitos e a transformação da pasta de coca em cocaína, que fragilizam a segurança ambiental, hídrica e humana, especificamente nas áreas de combate e de plantio.

Assim mesmo, por tudo que foi tratado ao longo do trabalho, pode se deduzir que os problemas derivados da violência e do conflito interno, no contexto da segurança local e humana, não permitem generalizações. É preciso que na sua análise sejam levados em consideração fatores históricos e geopolíticos da Colômbia, que são intrínsecos a sua própria gênese. Isto porque, a diferença das palavras que se relacionam semanticamente com as coisas, conceitos como conflito, guerra, ameaça, terrorismo, segurança humana, estatal e hemisférica tratam de construções sociais que parte da visão do outro.

Assim fica claro que mesmo sendo os conceitos ferramentas epistêmicas que não necessariamente precisam se ajustar aos acontecimentos, mas que são construídos para permitir uma aproximação aos mesmos com o objetivo de compreendê-los e, eventualmente, operar sobre eles, não é possível traçar uma linha de pensamento na qual se possa dizer que na Colômbia existe segurança humana. Sua inexistência nos parece óbvia dado que o Estado, ao combater diversos grupos subversivos e várias organizações criminosas, termina por converter a população dessas áreas em vítima. Desta forma, a segurança humana nos aparece como um processo ou tópico complexo em seus elementos constituintes. Todavia, caberia considerar que a complexidade do caso colombiano demandaria a compreensão do fenômeno da insegurança multidimensional. Ou seja, a mistura indiscriminada de vários elementos de natureza diferente (como ameaça, perigo, desafio, inimigo), de origens variadas (como sociais, políticas, econômicas, ambientais, alimentares), que requerem vários tipos de respostas (econômicas, de saúde pública, culturais, educativas, militares, policiais), articuladas por diferentes agências do Estado (os diferentes ministérios e secretarias do Estado), da sociedade e das pessoas. Observa-se, assim, que a imposição da violência como elemento da história do país está relacionada com os desrespeitos à dignidade humana, aos valores e aos direitos que o povo tem - como parte fundamental da composição do Estado colombiano. Dessa forma, não parece pertinente num estado de Guerra Contínua, onde os atores da guerra se transformam, aplicar esse conceito de segurança humana. Conceito muito bem utilizado, como foi suficientemente explanado, pelo Equador.

Em relação ao transbordamento da crise colombiana se constata que houve duas formas, uma oficial, entre Estados, e outra paralela envolvendo o submundo do crime organizado e as guerrilhas com o apoio Estatal. Por outro lado, houve um transbordamento positivo, ilustrado pelo episódio em Sucumbios - não pormenorizado neste trabalho -, que deixa claro o papel que



a Unasul poderia vir a ter no continente sul americano como instância de cooperação em segurança e defesa.

No episódio relativo à demanda pelo uso de glifosato nas aspersões, é interessante notar ainda que mesmo existindo a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica OTCA, a instituição não teve qualquer participação, dadas as características do seu próprio instrumento constitutivo, que a torna praticamente um acordo regional de letra morta. No entanto, participação das comunidades epistêmicas tiveram papel relevante como agentes de pressão ao Estado equatoriano, com fins de securitizar o tema das aspersões aéreas, realizadas pelo Estado colombiano e assim proteger a população equatoriana contra os malefícios do glifosato. Assim como também criaram um discurso que colocava como ameaçador o uso desse químico para a preservação de ecossistemas vitais no contexto amazônico.

Aqui chegando, pode-se dizer que ao colocar o episódio do glifosato e o de Sucumbios em diálogo, se pretendeu focalizar a importância da insegurança humana na região e as características especiais do âmbito amazônico e seus atores. Trata-se de um problema de Estado com dimensão local, mas com capacidade suficiente para se expandir pela região e causar impactos de diferentes níveis no setor ambiental e societal, assim como também militar. Por outro lado, o caso do glifosato pode vir a fazer que a Colômbia evolua na sua percepção sócio-hidroambiental, devido a capacidade demonstrada pelo Equador para arguir sobre a importância que tem para o Estado proteger sua população. Sem esquecer que o cultivo da coca e o processamento da planta em cocaína provocam grande número de impactos nos espaços amazônicos de forma local e regional.

Em segunda instância, buscou-se ressaltar que a irradiação e desbordamento de problemas locais se deu, além da baixa capacidade estatal colombiana para lidar com seus problemas internos, pela escassa cooperação dos Estados vizinhos, que como vimos, até certo ponto agravaram a situação.

Para finalizar, é notório que o eixo andino, com todos os problemas destacados, se tornou suficientemente importante para ilustrar, e a partir disso tentar entender, as mudanças recentes na segurança regional. Em suma, os dois casos trabalhados, o da demanda do Equador a Colômbia pelos danos ambientais e humanos causados pelo glifosato, como e a crise gerada pelo Estado colombiano ao invadir território equatoriano, possibilitam pensar em mudanças políticas, tanto locais como regionais sobre os problemas que atingem a Colômbia, assuntos que tratam de temas ligados tanto à segurança estatal e inseparavelmente dizem da segurança humana, ainda que essa última seja paradoxal.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARBOLEDA, Sérgio e VALENCIA, Oswaldo. El libro rojo del Putumayo. Edición Española de Arboleda e Valencia, Bogotá, 1913. Tradução de Thompson, 1910.

ARAGÓN, Luis Eduardo. População e Meio Ambiente na Panamazônia. UFPA – NAEA. Belém. 2007

AYOOB, Mohammed. The Third World Security Predicament: State Making, Regional Conflict and the International System. Boulder and London. 1995.

BERRIO, Victor Manuel. Como si no hubieran existido. La Waka. Faid Editores. Cali. 2003.

BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. A evolução dos Estudos de Segurança Internacional. Ed. Unesp. São Paulo. 2012.

BUZAN, Barry; WÆVER, Ole. De Wilde, J. Security Analysis: Conceptual Apparatus Security: A New Framework for Analysis. Boulder: Lynne Rienner Publishers. 1998.

BUZAN, Barry e WÆVER, Ole. 2003. Regions and Powers: The Structure of International Security. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. La sociedad sitiada. Buenos Aires. Fondo de Cultura Económica Argentina. (2004).

CARVAJAL, Leonardo e PARDO, Rodrigo. La internacionalización del conflicto doméstico y los procesos de paz. In Desafíos y prioridades para la política exterior colombiana Fescol. Bogotá 2003.

CASTRO, André. Crise na Colômbia: Impactos e implicações para o Brasil. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão. 2009.

CASTRO SANTOS, Maria. Que Democracia? Uma Visão Conceitual desde a Perspectiva dos Países em Desenvolvimento. Dados - Revista de Ciências Sociais, vol.44, n.4, 2001. pp.730-771. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/dados/v44n4/a03v44n4.pdf>.

CENTRO DE MEMORIA HISTORICA DE COLOMBIA. Universidad Nacional. Bogotá. 2001.

CEPIK, Marco. Segurança na América do Sul: Traços estruturais e dinâmicojuntural. Análise de Conjuntura. Rio de Janeiro. No. 9. 2005. Disponível em: <http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/22210.pdf>

COLOMBIA. DNP (Departamento Nacional de Planeación). 1996. *Política de bosques*. Documento CONPES, N° 2834. Bogotá.

COMISIÓN CIENTÍFICA ECUATORIANA. El sistema de Asperciones Áreas del Plan Colombia, 2007.

CORNELL, Svante. Narcotics and Armed Conflict: Interactions. *Studies in Conflict and Terrorism*. Vol. 30. 2007. pp.207-227

CUNHA, Luis.V. Segurança Ambiental e Gestão dos Recursos Hídricos. Ed. Instituto da Defesa Nacional. Relatório da Série No. 2., No/. 86. Portugal. 1998.

DUQUE GUEDES, Maria. O papel síntese da Escola de Copenhague nos estudos de Segurança Internacional. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 3, p. 459-501, set.-dez. 2009. Disponible en: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-85292009000300003>>.Accedido en: 12 set. 2012.

ECHANDIA, CASTILLA, Camilo. El Conflicto Armado Colombia en los años noventa: Cambios en las estrategias y efectos Económicos. *Revista Colombia Internacional*. 2002.

\_\_\_\_\_El conflicto armado y las manifestaciones de violencia en las regiones de Colombia. Santa Fé de Bogotá. Presidencia de la República. 2003.

\_\_\_\_\_Evolución creciente del Conflicto armado en Colombia: la guerrilla. Universidad Nacional de Colombia (s/d) Cap. 1 Disponible em: [www.bdigital.unal.edu.co/1454/3/02CAPI01.pdf](http://www.bdigital.unal.edu.co/1454/3/02CAPI01.pdf). Acessado em Julho 25/2015.

ELLIOT, Lorraine. *The Global Politics of the environment*. Londres. Macmillan, 1998.

FELDMANN, Andreas. A shift in the Paradig of violence: non governamental terrorism in the Latin American since the end of Cold War. *Revista de Ciencia política* (Santiago), 2005. Vol 25, No.2, pp.3-36.

FUCCILLE, Alexandre; REZENDE, Lucas. América do Sul: Uma Nova Perspectiva. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cint/v35n1/a03v35n1.pdf>. Acessado 07 de maio de 2015.

GEOAMAZÔNIA: Perspectivas do Meio Ambiente na Amazônia. Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA, Organização do Tratado de Cooperação Amazônica - OTCA e Universidade do Pacífico. Brasília. 2008.

GLEDHILL, John. Segurança Humana: uma meta viável? *Cad. CRH* vol.25 no.66 Salvador Sept. /Dec. 2012. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-49792012000300009&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-49792012000300009&script=sci_arttext). Acesso em 22/6/2014.

GONZÁLEZ, Fernán. Clientelismo y Administración Pública: Para Leer la Política. *Ensayos de Historia Política Colombiana* Tomo 1. Santa Fe de Bogotá: CINEP. 1997.

\_\_\_\_\_Un Estado en Construcción: una mirada de largo plazo sobre la crisis colombiana. In MASSON, Ann. ORJUELA, Luis. *La Crisis Política Colombiana: más que unconflicto y un proceso de paz*. Uniandes. Bogotá. 2003.

HAMPSON, Fen Osler. Human Security In WILLIAMS, Paul (Editor) Security Studies: an Introduction. New York: Routledge, 2008.

HUNTINGTON, Samuel. The Clash of Civilizations. Foreign Affairs. Vol.72, 1993. pp 22-49

JAGGERS, Keith. War and the three face of Power: war making and state making in Europe and Americas. Comparative Political Studies. v.25. n.1 abr. 1992.

KEOHANE, Robert; NYE, Joseph. Power and interdependence. Third Edition. Longman. New York. San Francisco, Boston. 2001. Disponível em: <https://webfiles.uci.edu/schofer/classes/2010soc2/readings/8%20Keohane%20Realism%20and%20Complex%20Independence.pdf>

LAIR, Eric. El Terror, recurso estratégico de los actores armados: reflexiones en torno al conflicto colombiano. Revista Análisis Político, No.37, mayo-agosto, Iepri, 1999.

\_\_\_\_\_. Colombia: una guerra contra los civiles. In Colombia Internacional, número 49-50. Bogotá. 2001.

MADRIGAL, Alexander. La Formación del Estado Nación en Colombia durante el siglo XIX: el trazado histórico social de la institución del orden público. Perspectivas Internacionales. Cali. Vol 7. No. 1, Enero - Junio, pp. 219 – 235. 2012.

MARTINS Filho, João. As Forças Brasileiras e o Plano Colômbia. In Amazônia e Defesa Nacional. CASTRO CELSO (Org). FGV. Rio de Janeiro. 2006.

MASÓN, Ann. La Crisis de Seguridad en Colombia: Causas y consecuencias internacionales de un Estado en via de Fracaso. Universidad de los Andes. Bogotá. 2000. May/dic. pp 82-102

MATOS, Sergio; MONTENEGRO, Carlos; LOPES da Cruz. Securitización de Aspectos Societales en la Amazonía: Aproximaciones desde Brasil y Bolívia. Coleção Meira Mattos, Rio de Janeiro, v.7, No.30, pp223-233, set/dez, 2013.

MEJIA, Rafael. Metodologia de la investigación. Artes Gráficas Sagitario. La Paz. 2011.

MESTRE, Jose. Segurança Ambiental e Terrorismo. Revista Militar Portugal. Fev-Jun. 2006. Material acesso em setembro de 2008. Disponível em <http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=51>

MINAUDIER, Jean P. Histoire de la Colombie: de la conquête à nos jours. L'Harmattan, Paris. 1997.

MORILLAS, Pol. Génesis y Evolución de la expresión Seguridad Humana In Revista CidobD'AfersInternacionals 76. Barcelona. 2007.

MINILLO, Xamán. Equador e Venezuela. A regionalização da Crise colombiana. Mundorama. América do Sul. Brasília. 2008.

MONTANA, Mónica. Bacia Amazônica e Hidropolítica: Interdependência Hidrológica, Incipiente Regime Regional e Baixo Conflito. UnB. Brasília. 2012.

MONTERO, L. Carlos. Equador e Colômbia: antecedentes de um conflito anunciado. Boletim do Tempo Presente, n.5. 2008. Rio de Janeiro. 2011.

NASI, Carlo; RETTBERG, Angelika. Los estudios sobre conflicto armado y paz: um campo em evolución permanente. Colombia Internacional 62, jul-dic 2005. PP 64-85. [http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S0121-56122005000200005&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S0121-56122005000200005&script=sci_arttext)

OLARTE CAMACHO, Vicente. Las crueldades en el Putumayo. Disponível em: <http://www.banrepcultural.org/sites/default/files/brblaa624635.pdf> 1910.

\_\_\_\_\_ Los convenios del Peru. Bogotá, Eléctrica. 1911.

ORTIZ, Luis. Guerras civiles e Igreja católica em Colombia em la segunda mitad del siglo XIX in: Varios. Ganarse el cielo defendiendo la religión. Guerras civiles en Colombia, 1840 – 1902. Bogotá. Universidad Nacional de Colombia. 2005

ORTIZ, Roman. La Guerrilla Mutante. F. Leal (Ed) In: En La Encrucijada Colombia en El siglo XXI. Bogotá. Norma. 2006.

PARIS, Rolando. Human Security: Paradigm Shift or Hot Air? in Barry Buzan and Lene Hansen International Security Vol. IV *Debating Security and Strategy and the Impact of 9-11*, edited by Barry Buzan and Lene Hansen, 208–221. Sage Publications. London, 2007.

PÉCAUT, Daniel. "De la violencia banalizada al terror: el caso colombiano". Revista Controversia, No. 171, 1997.

PÉCAUT, Daniel. Guerra contra la Sociedad. Espasa. Bogotá. 2001.

PIERI, Vitor. Geopolítica de los Conflictos Intermestiços em Sudamérica. Revista de Geopolítica. V.2, no.2 Natal. P.28-48. Jul/dez 2011.

PIZARRO, Eduardo. Uma democracia sitiada: Balanço e Perspectivas do Conflito Armado na Colômbia. Biblioteca do Exército. Rio de Janeiro. 2006.

POLETTTO, Ricardo. Terrorismo e contra-terrorismo na América do Sul: as políticas de Segurança de Argentina, Colômbia e Peru. Tese Doutoral UnB. Brasília. 2009.

PROCÓPIO, Argemiro. O multilateralismo amazônico e as fronteiras da segurança. In: PROCÓPIO, Argemiro (org.). Os excluídos da Arca de Noé. São Paulo: Hucitec, p.67-162, 2005.

QUEIROZ, Fábio. Hidropolítica e Segurança: As Bacias Platina e Amazônica em Perspectiva Comparada. Tese Doutoral. UnB. Brasília. 2011.

\_\_\_\_\_, A hidropolítica Platina no contexto do Complexo Regional de Segurança da América do Sul: entre o conflito e a cooperação (1960-1979). Contexto Internacional. Rio de Janeiro, Vol 34, No.2, Jul/Dez 2012, pp 573-616.

\_\_\_\_\_, Revisitando o Conceito Clássico de Segurança. Rev. Intellector. Ano 9. Vol 9. Nº 19 Julho/Dezembro, Rio de Janeiro. 2013.

QUINTERO, Fernando. El libro rojo del Putumayo. El tiempo. Bogotá, 2000. Disponível em: <http://www.eltiempo.com/archivo/documento/MAM-1264921> Acessado em Maio de 2015.

RAMIREZ, Bernardo. El origen del Estado Colombiano. CEPENSAR CARIBE. Cartagena. 2010.

RANGEL, Alfredo. Conflicto Armado y Terrorismo en Colombia. Revista 16. Uniandes (Fac. Derecho). Junho 2003. Ed. No. 16. Bogotá.

\_\_\_\_\_, Prólogo. A donde van los paramilitares? Fundación Seguridad y Democracia. Bogotá. 2005.

REYES, Alejandro. Guerreros y campesinos, el despojo en la tierra en Colombia",Editoria norma, 2009.

RIVERA, J. Eustácio. La Vorágine. Editorial Norma. Bogotá. 1924.

Revista Semana: Las cuentas de las Farc. Edición 30 de Enero de 2005. Bogotá.

RUDZI, Gunther. O debate teórico em segurança internacional Mudanças frente ao terrorismo? Disponível em: Civitas – Revista de Ciências Sociais, v. 5. n. 2, jul.-dez. 2005 <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/viewFile/5/1598>

SALAZAR, Gustavo. Mirada Crítica al conflicto Colombiano. Universidad Nacional de Colombia. Bogotá. 2005.

SÁNCHEZ LOPERA, Alejandro. El desmoronamiento de la verdad social em Colombia de Camilo Torres. El sujeto como excepción. Universidad Nacional. Bogotá. 1997.

SANTOS, Marcelo. O plano Colômbia e o primeiro mandato de Álvaro Uribe (2002-2006). Cena Internacional, Vol.8. No. 2. 2006, pp.63-83.

SCHMID, Alex. Links between Terrorism and Drug Trafficking: A case of Narcoterrorism? 2005

SINCHI Instituto Amazónico de investigaciones científicas. Cultivos Ilícitosab e impactos

SINCHI (Instituto Amazónico de Investiga-ciones Científicas (SINCHI). 1999a. *Cultivos ilícitos e impactos socioeconômicos en la Amazonia colombiana*. Bogotá.

SINCHI. 1999b. *Guaviare, población y territorio*. TM Editores. Bogotá.

TENNA BELÉN,. B. Luca. La guerra de la cocaína: drogas, geopolítica y medio ambiente. Madrid: Editorial Debate, 2000.

TEIXEIRA JÚNIOR, AWM. Agendas e dinâmicas de segurança andina e o conselho de defesa sulamericano. In OLIVEIRA, RP., NOGUEIRA, SG., and MELO, FR., orgs. América Andina: integração regional, segurança e outros olhares [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2012. pp. 191- 2009.

TILLY, Charles. The Formation of National States In Western Europe. Princeton: Princeton University Press. 1975.

TICKNER, Arlene Beth. Tensiones y consecuencias indeseables en la política exterior de Estados Unidos en Colombia. Bogotá. 2000. Colombia Internacional, 49 pp 39-61.

\_\_\_\_\_ Colombia y Estados Unidos: Una relación Especial. In JARAMILLO, Grace (comp). Relaciones Internacionales: los Nuevos Horizontes. FLACSO, Ecuador. 2009. pp 57-74.

TOURAINÉ, A. Crítica da Modernidade. Tradução Elia Ferreira Edel. Petrópolis RJ. Editora Vozes. 1994.

TURTON, Aran; HENWOOD, Roland. (Eds). Hydropolitics in the developping world: a southern African Perspective. African Water Issues Ressearch Unit (AWIRU): University of Pretoria. 2002.

TOBÓN, William. Violencia, guerra civil, contrato social. Colombia medio siglo. Balances y perspectivas, Bogotá, IEPRI (eds), 2000. 46-54.

TOBÓN, Alfonso; GRANADA, Soledad e RESTREPO, Jorge A. Neoparamilitarismo en Colombia: una herramienta conceptual para la interpretación de dinámicas recientes del conflicto armado colombiano In: Guerra y violencias en Colombia: herramientas e interpretaciones / editores Jorge A. Restrepo y David Aponte. -  
- 1a ed. -- Bogotá : Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2009.

UNODC - Oficina de las Naciones Unidas contra La Droga y El Delito. Colombia: Monitoreo de Cultivo de Coca 2014. Bogotá. 2014.

URRUTIA, Francisco José. Los crímenes del Putumayo, Tipografía La Verdad, La Paz (Bolivia), 1912, p. 8.

URIGÜEN MOREANO, Hernán. Las implicaciones del conflicto interno colombiano para las fronteras de Ecuador, Perú, Brasil y Venezuela, 2000-2005

VARGAS, Manrique. Cultivos Ilícitos y Erradicación Forzosa en Colombia. Cuadernos de Economía vol.23 no.41 Bogotá Jul./Dec. 2004.

VAZ, A. O conflito colombiano: uma perspectiva global. Brasília. Irel. 2004.

\_\_\_\_\_. El conflicto colombiano: una perspectiva global. In: Colombia y su política exterior en el siglo XXI. Primera Edición. Bogotá, FESCOL/CEREC: 2005.

\_\_\_\_\_. Amazônia: Discursos e Realidades. Editora UFRR. Boa Vista. 2008.

VIECO, Juan. Desarrollo, Medio Ambiente y Cultura en la Amazonía Colombiana. Rev. Salud Pública; 13 (Suplet 1): 2-23, Jan. 2001.

VILLA Rafael. A Construção de um Sistema Internacional Policêntrico: Atores Estatais e não Estatais Societais no Pós-Guerra Fria. Revista Cena Internacional. 3 (2): 2001.

XAVIER MELO, Elaine. A Unasul e a OEA na Resolução de Conflitos Sul- Americanos. SÉCULO XXI, Porto Alegre, V. 2, Nº2, Jul-Dez 2011. Disponível em: [file:///E:/TCC/TRABJO%20FINAL%20DE%20CURSO/unasul%20OEA%20\(1\).pdf](file:///E:/TCC/TRABJO%20FINAL%20DE%20CURSO/unasul%20OEA%20(1).pdf). 2011.

YEPES, David. Los complejos de seguridad regional en América Latina: Colombia y la securitización de la ayuda oficial para el desarrollo. Analecta polit. Vol. 4, No. 5, pp. 371-387. julio-diciembre – 2013. Medellín.